

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO
DOS ACORDOS DE PESCA EM CAMETÁ/PA:
UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA OU UMA PRÁTICA DE RESISTÊNCIA?

BELÉM
2013

JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO
DOS ACORDOS DE PESCA EM CAMETÁ/PA:
UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA OU UMA PRÁTICA DE RESISTÊNCIA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva.

**BELÉM
2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Barra, José Domingos Fernandes, 1977-

A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência? / José Domingos Fernandes Barra. - 2013.

Orientador: Gilmar Pereira da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

1. Pesca - Cametá (PA). 2. Pesca artesanal - Cametá (PA). 3. Pescadores - Cametá (PA). 4. Pesca - aspectos econômicos - Cametá (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 639.2098115

JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO
DOS ACORDOS DE PESCA EM CAMETÁ/PA:
UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA OU UMA PRÁTICA DE RESISTÊNCIA?**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará.

Belém, 28 de Junho de 2013.

Professor e orientador Gilmar Pereira da Silva, Dr.
Universidade Federal do Pará

Prof. José Vicente de Freitas, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Doriedson do Socorro Rodrigues, Dr.
Universidade Federal do Pará

Profa. Marilena Loureiro, Dra.
Universidade Federal do Pará

Apresentada em: ____/____/____

Conceito: _____

A Olvandino Barra e Zeneide Fernandes, pescadores que me ensinaram a “remar” contra as dificuldades e me mostraram o quanto é importante dedicação e comprometimento para vencer na vida.

A Gislane, minha esposa, presente em todos os momentos das conquistas pessoais e acadêmicas. A Luciano, Gabriela e Giuliano, inspiração do esforço. FAMÍLIA, sem a qual não chegamos a lugar nenhum.

Aos pescadores do município de Cametá, que me ensinaram no convívio diário de vários anos a falar com propriedade, a saber de suas vidas, de suas histórias, de suas práticas.

A todos, tantos amigos, irmãos, companheiros, trabalhadores e trabalhadoras. Trabalho construído com a mão e participação de muitos, nessa rede coletiva de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, comandante a nos direcionar nesta viagem do saber e do conhecimento, pela vida.

Agradeço imensamente à minha esposa Gislane Damasceno, que compreende bem a importância da formação e, por isso, fez de tudo para me ajudar nessa conquista. Ela, que é também, de muitas formas, autora deste trabalho, foi e sempre será meu amor, meu incentivo e meu suporte.

Aos meus filhos Luciano, Gabriela e Giuliano, por terem, em vários momentos, de abrir mão da presença paterna sem compreender o porquê das viagens semanais. Luciano, que assumiu o papel de pai, teve de se desdobrar entre a dinâmica da vida de criança, os afazeres do lar e os estudos.

Aos meus pais Olvandino e Zeneide e aos meus irmãos Ana Maria, João, Rita, Lúcia, Zé Fernandes, Zé Vando, e Antônio, família de pescadores que aprendeu a vencer na vida a partir de um ensinamento ímpar chamado *honestidade*. Cada um de seu jeito, de sua maneira sempre esteve ao meu lado; uns mais presentes, dando-me dinheiro pra viagem, pra hospedagem, outros, orgulhosos de ter alguém que ousou acreditar e foi capaz de vencer através da educação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, companheiro e amigo que me inspira a viver, de fato, práticas emancipadoras de educação. Vejo nele alguém realmente comprometido em transformar a sociedade por meio da educação.

Agradeço à minha sogra Maria de Nazaré e ao meu sogro Jarbas Furtado, pessoas especiais sempre.

Ao meu cunhado Raimundo Nunes e à minha irmã Maria Rita, que me acolheram em sua casa durante o período de estudo, abrindo mão de seu espaço para também contribuir para minha conquista, minha eterna gratidão.

A todos os meus sobrinhos, representados aqui pelo Genilson “Cibalena”, exemplos de lealdade e compromisso, por terem me ajudado imensamente nos momentos das dificuldades, sobretudo, financeiras.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFPA e a todos os seus docentes, na pessoa da Profa. Marilena Loureiro, que criaram as condições para que eu me tornasse, de fato, um pesquisador.

Ao Prof. Dr. Doriedson Rodrigues, exemplo de dedicação e reflexo de comprometimento e engajamento do fazer docente, cuja história de vida muito se assemelha à minha e, nessa relação, me ensina a percorrer o caminho da prática docente de forma corajosa e afetuosa.

À Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, onde trabalhei durante vários anos e onde milito até hoje, por ter me ensinado que as conquistas vêm pela persistência e pelo trabalho, pois, com apenas alguns sócios e um prédio simples, essa entidade conseguiu se tornar referência de organização e de luta social.

Às muitas pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho de pesquisa, que considero, pessoalmente, resultado de um grande esforço coletivo!

A todos, obrigado pelo estímulo, pelas opiniões, pelos textos enviados, pelos comentários compartilhados, pelas críticas, pelas conversas e, também, pelos momentos de descanso e renovação da alma para continuar trilhando esse caminho difícil, mas prazeroso.

“É de fato maravilhosa a luta travada pela humanidade há tempos imemoráveis; luta incessante com a qual tenta rasgar e ferir todos os vínculos que a libidinagem de um só, de uma classe, ou até de um povo, tenta impor-lhe. O homem, que há um certo tempo se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que ninguém lhe imponha a sua vontade e pretenda controlar as suas ações e o seu pensamento. Parece que se trata de um cruel destino para os humanos, este instinto que os domina para quererem devorar-se uns aos outros, em vez de confluírem as forças unidas para lutar contra a natureza e torná-la sempre mais útil para as necessidades de todos os homens.” (GRAMSCI, 1976, p. 61)

RESUMO

A partir da relação Trabalho e Educação estabelecida dentro de uma comunidade de pescadores artesanais no município de Cametá, são analisados os acordos de pesca, enquanto formas estratégicas para a gestão dos recursos pesqueiros presentes nos rios e para o dia a dia desses trabalhadores. Buscamos, assim, na voz desses sujeitos (pescadores artesanais) identificar os problemas, as dificuldades e os ganhos com esses acordos, mas também como esses documentos são capazes de incitar mecanismos de organização coletiva, através da cogestão dos recursos pesqueiros entre os moradores das comunidades onde a experiência é realizada. Inicialmente buscando seu próprio reconhecimento e depois o reconhecimento como categoria, enquanto classe social, os sujeitos pescadores são estudados nesse processo de constituição quer em sua luta individual quer inseridos em movimentos sociais. Objetivamos, dessa forma, apreender a importância do seu trabalho e como ele está impregnado no seu saber e nas suas práticas econômicas e/ou organizacionais. Do mesmo modo, tendo como ponto de partida concepções que descrevem lógicas comunitárias que permeiam formas de acesso e exercem a manutenção e a gestão de seus espaços, queremos compreender quais os fundamentos que viabilizam o uso compartilhado dos recursos pesqueiros.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Movimentos sociais. Acordos de pesca. Colônia de pescadores.

ABSTRACT

From the relationship between Labor Education established within a community of fishermen in the *município* of Cametá, are analyzed fisheries agreements, while strategic ways to manage fish stocks in rivers and gifts for daily routine these workers. Thus we seek the voice of these subjects (fishermen) to identify the problems, difficulties and gains on these agreements, but also how these documents are capable of inciting mechanisms of collective organization, through the co-management of fisheries resources among residents of communities where the research is performed. Initially seeking his own recognition, then recognition as category, while social class, subjects studied fishermen are in the process of setting up either in their struggle inserted individually or in social movements. We aim thus to grasp the importance of his work and how it is steeped in their knowledge and in their economic and/or organizational practices. Similarly, starting from conceptions to describe logical community that are around ways to access and perform maintenance and management of its spaces, which we want to understand the fundamentals that enable shared use of fishery resources.

Keywords: Artisanal fishing. Social movements. Fisheries agreements. Fishing community.

LISTA DE SIGLAS

ACOPREMAJ	Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CP	Colônia de Pescadores
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CP Z-16	Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá
CUT	Central Única dos Trabalhadores
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IARA	Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MODERT	Movimento em Defesa da Região Tocantina
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG's	Organizações Não-Governamentais
PDA	Projeto Demonstrativo da Amazônia
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPG-7	Programa para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEPAq	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
SUDEPE	Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS:	
A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	19
1.1. CONSTRUÇÃO DO OBJETO	19
1.2. CARACTERÍSTICA DA PESQUISA	20
1.3. ABORDAGEM	23
1.4. COLETA DE DADOS	25
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO E MOVIMENTO: A FORMAÇÃO SOCIAL DO	
PESCADOR ARTESANAL	32
2.1. A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL	32
2.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO PESCADOR ARTESANAL; A EMERSSÃO E AFIRMAÇÃO ENQUANTO SUJEITOS POLÍTICOS	39
2.3. A CONQUISTA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES	52
CAPÍTULO III – O SENTIDO DO TRABALHO PARA O PESCADOR	
ARTESANAL	56
3.1. O SENTIDO DA PESCA ARTESANAL: O TRABALHO COMO FUNDANTE DO SOCIAL	56
3.2. SABERES TRADICIONAIS E NOVOS SABERES: UMA CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO	62
CAPÍTULO IV – ACORDOS DE PESCA: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA	
E ORGANIZACIONAL	66
4.1. OS ACORDOS DE PESCA E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	66
4.2. A LEGISLAÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA E O SIGNIFICADO PARA AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	70
4.3. A EXPERIÊNCIA: COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS ACORDOS DE PESCA	73
4.4. OS DESAFIOS, AS MUDANÇAS E OS RESULTADOS ALCANÇADOS NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL A PARTIR DOS ACORDOS DE PESCA	79
4.5. AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS: O QUE SE GERA A PARTIR DA AÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA	85
4.6. OS CONFLITOS, AS DIFICULDADES E A TOMADA DE NOVOS RUMOS DO PESCADOR A PARTIR DOS ACORDOS DE PESCA	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO	105

APÊNDICE B – QUADRO IDENTITÁRIO DOS ENTREVISTADOS	106
ANEXO A- ATA DO ACORDO DE PESCA DA LOCALIDADE DE JARACUERA GRANDE – CAMETÁ – PARÁ.....	108
ANEXO B- ATA DO ACORDO DE PESCA DAS LOCALIDADES DE PONTA DO XINGU, ILHA MALVINA, ILHA CAPIM E COSTA RICA – CAMETÁ – PARÁ.....	111
ANEXO C- AUTORIZAÇÃO DO IBAMA PARA A ATUAÇÃO DE AGENTE AMBIENTAL NOS ACORDOS DE PESCA NA ILHA DE TENTEM - CAMETÁ – PARÁ	111
ANEXO D- LEI DE CRIMES AMBIENTAIS UTILIZADO PELOS MORADORES DE CAMETÁ NOS ACORDOS DE PESCA- CAMETÁ – PARÁ.....	113
ANEXO E- PORTARIA DA COMARCA DE CAMETÁ SOBRE O USO DOS RIOS E MATERIAIS PESCA DENTRO DOS ACORDOS DE PESCA- CAMETÁ – PARÁ.....	114

INTRODUÇÃO

Este trabalho é, antes de tudo, resultado de uma vida dedicada aos pescadores artesanais do município de Cametá, no Estado do Pará; ora convivendo, ora trabalhando e estudando, fui, nesse período, “pescando” a dissertação que aqui apresento.

Desenvolvi esta pesquisa no espaço amazônico, onde a exploração dos recursos naturais sempre foi a base de sustentação para as populações locais, sobretudo os recursos provindos do meio aquático que possuem, para os pescadores artesanais por exemplo, uma significação maior, pois, enquanto fonte de alimentação, constituem-se modos de sobrevivência para esses indivíduos e, ao mesmo tempo, adquirem uma grande importância econômica para a região.

Assim, enquanto filho de pescador, convivi de perto com a rotina de trabalho de pescadores artesanais, acompanhando várias trajetórias de vida sempre marcadas por lutas, conquistas, ensinamentos e esperanças. Pude perceber em cada pescador que conheci o seu jeito peculiar de apreender o mundo e de transformar a natureza e a vida. Do ato de tecer a rede, de fazer matapi, até a própria pescaria, do domínio do céu ou do conhecimento sobre os ventos, marés, chuvas e influência da lua, até os fortes laços de amizade e de companheirismo, tudo isso constitui um conjunto de saberes que evidencia a especificidade do trabalho desse profissional, revelando que é no processo de conhecimento e de trabalho que o homem se torna mediador da natureza.

O fato de ser filho de pescador e de ter trabalhado em uma colônia de pescadores (especificamente na Z-16 de Cametá), além de exercer o cargo de coordenador regional da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (SEPAq), deu-me a oportunidade de fazer parte de um mundo em que o rio e a natureza representam, para os pescadores artesanais, a extensão de suas casas e de suas vidas.

Contudo, para realizar um estudo amplo, sistemático e formal dessa realidade, tive de “me afastar” do convívio diário que me trouxera ensinamentos tão grandes. E é exatamente isso que observo de modo preliminar na qualidade de pesquisador: muitos jovens esperam não ter uma vida exaustiva como a de seus pais, nem eles (os pais) desejam que seus filhos desenvolvam essa mesma atividade de pesca.

É com essa realidade que busco dialogar, a fim de construir conhecimento junto àqueles que fazem parte de minhas experiências de vida, da minha história.

Partindo da necessidade de conhecer, por meio de uma investigação científica, a relação trabalho/educação dentro de uma comunidade de pescadores e pescadoras artesanais no município de Cametá, é que proponho partir dos “acordos de pesca”, ressaltando a preocupação em se discutir estratégias que permitam perceber o processo formativo impregnado nessa experiência, além de levar em consideração os diversos agentes sociais envolvidos e sem esquecer, é claro, da importância econômica que essa atividade representa para a economia familiar e para a economia da região como um todo.

A escolha e o interesse em pesquisar esse objeto estão relacionados, conforme indiquei acima, com minha trajetória de vida e se justificam pela sua relevância, tanto do ponto de vista da experiência individual, quanto pela iniciativa coletiva de desenvolvimento econômico regional e organizacional que esses trabalhadores vêm desempenhando. Soma-se a isso a experiência vivenciada na elaboração do trabalho monográfico, em que tratamos acerca da experiência de gestão democrática desenvolvida pelos pescadores e de sua contribuição para o desenvolvimento educacional.

Como, na região tocantina, a pesca e a exploração de algumas espécies de árvores frutíferas, principalmente a do açaí, compõem a base da economia local, a diversidade de atividades exercidas pelas famílias surge como estratégia para enfrentar a sazonalidade dos recursos. Logo, o trabalho que construí a partir dos acordos de pesca e das relações território-ambientais desenvolvidas pelos pescadores levará em conta toda essa dinâmica natural, onde a sazonalidade dos recursos disponíveis conduz a população a um modo de vida particular, que se configura a partir de uma diversidade de atividades produtivas, como acontece, por exemplo, com os pescadores artesanais, que se dedicam à captura de peixe e camarão e à coleta de açaí.

Portanto, a pesca artesanal demonstra ser fundamental na economia familiar desta população ribeirinha e, por isso, é necessário desenvolver diferentes estratégias que permitam a continuidade desta atividade, de modo a garantir a reprodução cultural dos pescadores que têm na pesca sua principal atividade econômica bem como, a manutenção dos estoques pesqueiros.

Além disso, o trabalho sobre os acordos de pesca possibilita dar visibilidade às diferentes formas de participação, de mobilização e de cooperativismo desses mesmos pescadores artesanais, desvendando aspectos formativos referentes à vida organizativa proposta por eles.

Complementa-se ainda neste trabalho a questão da busca pela escolarização básica, necessária para a qualificação profissional e para a obtenção dos direitos constitucionais, uma vez que os trabalhadores da área da pesca tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de completar seus estudos na escola, espaço privilegiado para o desenvolvimento do saber sistematizado, como destaca Saviani (2008, p. 18): “ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado”. Este aspecto, porém, não impediu que os pescadores construíssem saberes na relação com o seu trabalho.

Compreender, por conseguinte, a problemática dos pescadores artesanais do município de Cametá tem se tornado um desafio para vencer o contraste existente: de um lado, pequena parte da população com acesso aos bens de consumo, e, de outro, uma parcela cada vez maior da população vivendo em um progressivo estágio de pobreza. Essa situação é preocupante e exige que façamos as seguintes reflexões:

- a) O município de Cametá tem passado, nos últimos anos (1980-2010), por um acelerado processo de urbanização, fato que tem provocado um acentuado êxodo do campo à cidade, responsável pelo crescimento acelerado de densidade demográfica urbana (POMPEU, 2003);
- b) a economia na zona rural de Cametá concentra-se basicamente na agricultura familiar e na pesca artesanal, e, ao longo do tempo, tem sido formada por uma mão de obra com baixa qualificação profissional.

Outro fator relacionado a esses entraves e que possibilita entender melhor os elementos dos movimentos sociais (GOHN, 1994), — em particular os da instituição que representa os pescadores artesanais, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, fruto da conquista desses movimentos —, são os problemas econômicos, culturais e sociais, uma vez que o município de Cametá, situado na Mesorregião Nordeste Paraense, Microrregião do Baixo Tocantins (IDESP, 1995), concentra uma população de 120.896 habitantes (IBGE, 2010). Dessa população, 41,42% residem na área urbana e 58,58%, na zona rural (IBGE, 2010). Desse número, 50% encontram-se na região das ilhas, que perfazem uma soma de 122 localidades e 523 comunidades (PRELAZIA DE CAMETÁ, 2005), situação que tem exigido políticas públicas de reafirmação desses pescadores residentes nos locais citados, formados por pequenas ilhas, ora de várzea, ora de terra firme.

Outra questão é a forma de trabalho em que os pescadores estão envolvidos, que, por sua vez, constitui uma história particular de construção de saberes, identidades, vivências,

crenças e costumes, sobre os quais foram impressas subjetividades e consciências que resultaram em intervenções no processo social real.

Tais elementos de natureza histórica, política, econômica, social e cultural, oriundos dessa população de pescadores artesanais, permitem, em uma primeira abordagem, perceber algumas relações com o processo de ensino e aprendizagem (formal ou informal), associadas à importância de seu desenvolvimento.

Logo, a problemática que instiga esse trabalho é: os acordos de pesca, prática cotidiana na vida dos pescadores do município de Cametá, contribuem para a formação de trabalhadores e trabalhadoras conscientes de seu papel na sociedade? Ou esses saberes vêm servindo para negar o trabalho desses profissionais? Que relações, identidades, vivências e formas de trabalho vêm sendo repassados às comunidades de pescadores artesanais por meio dessas experiências?

Uma das dificuldades para se estudar tal temática está na carência de literatura voltada para essa proposta. Não é nossa intenção saber por que essa vertente de estudo não tem despertado o interesse de muitos pesquisadores e arriscamos a dizer que esse fato se justifica pela recente incorporação da temática no campo científico. Segundo Santos (2002), esse campo de estudo começa a ganhar espaço a partir da década de 1990, quando se intensifica o processo de globalização da economia, e quando, conseqüentemente, o processo de trabalho também ganha outra dimensão. Essa realidade tem chamado a atenção de pesquisadores para o entendimento do saber no trabalho e as pesquisas vêm demonstrando que, no processo do trabalho, desenvolve-se educação (SAVIANI, 2008).

A categoria trabalho também é um elemento privilegiado nesta pesquisa, uma vez que ele, estando no centro da essência humana, permite que o homem construa relações, pois, do contrário, sem relações, seria impossível ao homem tornar-se homem e construir a sociedade.

De um modo geral, a articulação dos objetivos se situa nos seguintes componentes: i) identificar a concepção ideológica subjacente à formação do(a) trabalhador(a) através dos acordos de pesca nas comunidades de pescadores artesanais do município de Cametá; ii) entender em que medida o projeto de educação desenvolvido pela Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem procurado superar a lógica dominante, dando subsídios aos trabalhadores para se apropriarem do processo de trabalho como instrumento de compreensão de uma nova lógica que os tornem sujeitos na sociedade em que vivem; iii) analisar os modos e as condições que o sistema educacional tem ofertado para formar e

provocar transformações no homem amazônida. Esta proposta tem por fim compreender como essas ações desenvolvidas por entidades da sociedade civil podem estar contribuindo para a construção de políticas de Estado que beneficiem os trabalhadores que, ao longo da história, não têm tido acesso ao conhecimento de forma sistemática.

É importante salientar ainda que a presente pesquisa parte da hipótese de que os pescadores artesanais, ao se organizarem por meio de acordos de pesca, estão construindo com sua atividade profissional não só modelos econômicos realizáveis, mas também esperança de uma vida melhor.

Então, a escolha da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá como lócus desta pesquisa se deve ao fato de acreditar na força do movimento social e de uma economia solidária vivenciada a partir da autogestão coletiva direcionada por esses atores sociais. Essa entidade, fortalecida e reconhecida na região através do seu trabalho de organização dos pescadores, foi aos poucos crescendo e transformando o sentido de vida desses trabalhadores, constituindo-se, enfim, como espaço de saber e de construção social possível.

Quanto à estrutura deste trabalho, há quatro pontos principais. O primeiro trata da trajetória percorrida na construção da pesquisa, destacando a vivência com os pescadores e justificando o porquê do estudo. Assumo a opção teórica pelo materialismo dialético, enquanto concepção de ensino que ampara e abre caminho para o objeto desta pesquisa. Ainda nesse ponto, apresento a abordagem da pesquisa qualitativa como a que melhor atende aos objetivos de meu trabalho. Baseado em um estudo de caso, utilizei a entrevista semiestruturada e a observação como técnicas de coleta de dados.

O segundo ponto apresenta a história e a vivência do pescador artesanal com destaque para seus modos de vida, seus saberes, suas práticas e seus ensinamentos. Trago para a discussão a caminhada dos movimentos sociais dos trabalhadores da pesca, seus anseios, suas lutas e, principalmente, suas conquistas, dando relevo para a tomada da Colônia de Pescadores Z-16, de Cametá, enquanto mecanismo de luta e de afirmação política.

O terceiro ponto, que trata do sentido do trabalho para o pescador artesanal, apresenta uma discussão acerca da importância do trabalho a partir das perspectivas de Marx (1978, 1982, 1996), Frigotto (1994, 2010), Diegues (1995) e outros. Procuro, assim, estabelecer um diálogo entre aspectos das teorias desses autores, dada a necessidade de constituir um instrumento teórico que conduza à compreensão do mundo do trabalho.

O último ponto apresenta uma reflexão acerca da experiência dos acordos de pesca, elemento central do debate, analisando como vem sendo desenvolvida essa discussão, e

ainda buscando compreender a relação intrínseca desses acordos com o meio ambiente, o significado deles para os pescadores artesanais, a legislação que orienta esses acordos e as expectativas econômicas e organizacionais demandadas por esta experiência. Nesse capítulo não tenho a pretensão de mostrar a visão e o aspecto do todo organizado, mas sim os conflitos enfrentados cotidianamente, os enfrentamentos junto aos órgãos governamentais e junto às comunidades onde acontece a prática dos acordos.

Por fim, as considerações finais deste trabalho apresentam os avanços e os retrocessos dos acordos, as perspectivas e os resultados das vivências, refletindo os limites e possibilidades de sua criação.

CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

1.1. CONSTRUÇÃO DO OBJETO

A minha convivência com os pescadores artesanais me faz acreditar que toda a investigação científica parte de um desejo, de uma curiosidade, de uma inquietação, e deve ser orientada por um compromisso político do pesquisador para a construção social do conhecimento e, se possível, para uma transformação da realidade. A pesquisa, nessa dinâmica, tende a desafiar o próprio conhecimento que temos sobre ela, sendo mais que uma simples rotina ou uma ação forçada, pois pesquisar exige empenho, aprofundamento teórico-metodológico, reflexão, problematização, análise da realidade, descobertas, aprendizagens. É nesse sentido que pretendo apresentar a trajetória percorrida na construção dessa investigação, uma vez que, ao iniciar o trabalho de pesquisa, o pesquisador, por vezes, carrega consigo determinadas verdades e compreensões da realidade que podem se desfazer conforme aprofunda o diálogo com os diversos saberes.

Disso decorrem a importância de abordar o tema e as inquietações motivadoras desta pesquisa, que estão relacionadas tanto ao fato de ser filho de pescador, como também ao fato de ter a possibilidade de mostrar a construção de luta e estratégias de sobrevivência a partir da mobilização e organização dos pescadores artesanais em seu trabalho coletivo.

Iniciei esta pesquisa antes mesmo de entrar no curso de Mestrado Acadêmico em Educação, pois, trabalhei na Colônia de Pescadores de Cametá e isso me levou, já na graduação, a desenvolver uma reflexão sobre o tema, estabelecendo, segundo Cruz Neto (1999), uma relação de respeito e interação que eliminasse a obrigatoriedade da colaboração por parte dos sujeitos envolvidos:

Trata-se de estabelecer uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindo do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter, está inserido num jogo cooperativo onde cada momento é uma conquista baseado no diálogo que foge a obrigatoriedade. (CRUZ NETO, 1999, p. 45).

As formas de participação e os laços de confiança advêm do convívio por meio do trabalho e da vida diária, e com a partilha constante das experiências, a fim de compreender o significado social que é atribuído à sua realidade. Sobre a participação do pesquisador no contexto de sua pesquisa, Chizzotti (1995, p. 82) destaca que:

Essa participação não pode ser mera concessão de um sábio provisoriamente humilde, para efeitos de pesquisa. Supõe que o conhecimento é uma obra

coletiva e que todos os envolvidos na pesquisa podem identificar criticamente seus problemas e suas necessidades, encontrar alternativas e propor alternativas.

Em resumo, o objeto desta pesquisa está na relação trabalho e educação, dentro dos acordos de pesca vivenciados nas comunidades de pescadores artesanais, mais especificamente no trabalho realizado junto aos sujeitos da Colônia de Pescadores Z-6 de Cametá, no Estado do Pará.

A hipótese deste trabalho é a de que os pescadores artesanais, ao se organizarem para fazer a gestão dos recursos pesqueiros denominado “acordo de pesca”, estão construindo esperanças de uma vida melhor por meio de sua forma organizativa.

1.2. CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

Convém ressaltar que, para analisar a experiência dos pescadores artesanais, enquanto parte do tema desta pesquisa, tive que recorrer à literatura existente acerca da relação trabalho e educação, presente, sobretudo, nas obras de Nosella (2002), Chizzotti (1998), Machado (1994), Freire (1996), Marx (1988), Lima (2001) e outros.

Assim, no processo evolutivo da humanidade, percebe-se que, desde os primórdios, as descobertas, as conquistas de novos domínios, as inovações e avanços em todas as áreas do conhecimento sempre estiveram relacionados com o inconformismo, com a inquietação, com o senso de aventura e com a capacidade de refletir e criar, características próprias do ser humano.

É, portanto, a partir da ânsia de desvendar o desconhecido e de produzir novos conhecimentos que a humanidade é impulsionada para projetar o novo em direção a mudanças que denominamos *desenvolvimento*. As interações desses fatores conduzem à produção de crescimento, de progresso e de riquezas, em um processo contínuo de realimentação, que culmina com reflexos internos sobre a sociedade e sobre a qualidade de vida das populações.

Por se encontrarem inseridos no quadro mundial, onde o conhecimento científico e a pesquisa são de grande relevância, os estudos de hoje precisam ser formados em consonância com a realidade. Dessa forma, para proceder à análise dos dados coletados neste estudo, utilizamos o enfoque do materialismo histórico, a partir da sua especificidade quando discute particularidade em um conjunto de elementos inter-relacionados socio-historicamente, tal como observa Frigotto (1994, p. 73): “[...] Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular”.

A esse respeito, devemos observar que a totalidade refere-se a um conjunto de elementos articulados, tal como manifestado por Franco (2001, p. 132): “[...] a totalidade é um conjunto de atos articulados ou um contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolvem e se cria como produção social do homem”. Fica explícito que estudar um objeto em sua totalidade é concebê-lo nas relações que o cercam, que o constituem, sejam elas econômicas, culturais ou políticas.

Logo, o objeto deste trabalho deve ser apreendido como um todo relacionado, sem dicotomizar os fatos observados, ou seja, deve-se tentar desenvolver uma reflexão a partir das relações dos pescadores dentro da formatação dos acordos de pesca em que eles, os pescadores, estão envolvidos, pois, caso contrário, corre-se o risco de comprometer a própria construção do conhecimento, como constatou Frigotto (1994, p. 81) ao escrever: “[...] a teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá *na* e *pela* práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação”.

O materialismo histórico, considerado nesta perspectiva, possibilita analisar o desenvolvimento da história, da vida da sociedade, da ação e da reflexão dos homens no contexto social.

[...] as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda a humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais [...] (TRIVIÑOS, 1984, p. 51).

Para analisar a história da humanidade e compreender a ação humana, o materialismo histórico é destacado por Triviños (1984) como subsídio importante, no sentido de que, com esta visão, pode-se analisar a ação dos agrupamentos humanos, seja nos sindicatos, seja em outras instituições sociais. Daí a necessidade de buscar nessa ciência filosófica elementos que possibilitem analisar a relação trabalho e educação dentro das comunidades de pescadores.

Nesse contexto da análise dos saberes dos pescadores é necessário ainda discutir as literaturas que abordam os movimentos sociais, as relações dos homens entre si e dos homens com a natureza, a formação do(a) trabalhador(a), a qual é delineada por um processo de educação via acordo de pesca, o processo educacional e as alterações nas relações desses sujeitos com os recursos pesqueiros, conceitos estes que ganham significados relevantes quando discutidos sob o enfoque do materialismo histórico. Neste sentido, Triviños diz que:

O materialismo histórico define outras séries de conceitos fundamentais para compreender suas cabais dimensões, como: sociedade, formações socio-econômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção do homem, a personalidade, progresso social etc. (1984, p. 52).

As contribuições teóricas do materialismo histórico subsidiam as análises de forma que as deduções e interpretações feitas perpassam pela contextualização sociopolítica e histórica, ou seja, no caso do estudo dos acordos de pesca, elas permitiriam analisar a natureza contraditória dessas práticas.

Tal enfoque, fundamentado na teoria marxista, permite analisar as contradições entre exploração da força de trabalho e desestruturação do processo educacional desta categoria, além de estimular possíveis alternativas para a mudança deste cenário. Outro aspecto de grande relevância é a produção de conhecimento a partir do trabalho conjunto como forma de enriquecer e garantir a veracidade das informações.

Neste sentido, estudar o trabalho e a educação dos pescadores artesanais do município de Cametá, por meio dos acordos de pesca, exige a construção de uma pesquisa que privilegie as experiências acumuladas através da prática cotidiana por esses atores sociais.

De forma ampla, a pesquisa tem o objetivo de construir conhecimento sobre um determinado assunto em um processo com um conjunto de elementos, que possibilitará realizar uma análise sistematizada de um determinado objeto, ou seja, “pesquisa é ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” (GATTI, 2002, p. 9). Através da pesquisa não se constrói qualquer informação, por isso, o ato de pesquisar requer um procedimento específico de acordo com o assunto escolhido, de modo que a especificidade demonstre que não se quer construir qualquer conhecimento, mas sim uma compreensão crítica além do que se observa.

[...] o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos. Um conhecimento que pode até mesmo contrair esse entendimento primeiro e negar as explicações óbvias a que chegamos com nossas observações superficiais e não-sistemáticas. Um conhecimento que obtemos indo além dos fatos, desvendando processos, explicando consistentemente fenômenos segundo algum referencial (GATTI, 2002, p. 9).

A pesquisa, segundo Chizzotti (1998), tem o papel de investigar o mundo em que o homem vive, assim como investigar o próprio homem. Para adquirir conhecimentos, na perspectiva de apontar possíveis soluções para os problemas que afligem o homem, a pesquisa

é a alternativa de intervenção e desvelamento do problema. É ela que possibilita assegurar que as informações estão o mais próximo possível da realidade, fornecendo certa segurança (GATTI, 2002), mesmo no campo das ciências humanas, em que os resultados dos estudos podem abrir-se para outros questionamentos e incertezas. Isso porque a pesquisa não é algo fechado e não existe uma única maneira de pesquisar, pois o que se tem são indicações, propostas de investigar um assunto.

Não há um modelo de pesquisa científica, como não há “o” método científico para o desenvolvimento da pesquisa. Essa é uma falsa idéia, pois o conhecimento científico se fez e se faz por meio de uma grande variedade de procedimentos e a criatividade do pesquisador em inventar maneiras de bem realizar os seus estudos tem que ser muito grande. A pesquisa não é, de modo algum, na prática, uma reprodução fria das regras que vemos em alguns manuais. O próprio comportamento do pesquisador em seu trabalho é-lhe peculiar e característico (GATTI, 2002, p. 11).

1.3. ABORDAGEM

Concebemos a abordagem da pesquisa qualitativa como pressuposto investigativo mais eficaz para conduzir a compreensão do fenômeno aqui pesquisado. Não há, neste caso, um procedimento único a seguir, o que se tem são propostas, sugestões de fazer pesquisa porque investigar um assunto e construir o conhecimento que esteja à altura da realidade dependem muito da postura do investigador.

Este trabalho focaliza, pois, dados qualitativos, por defender uma visão ampla e, ao mesmo tempo, integrada do objeto a ser investigado. É também qualitativa, porque envolve elementos que interferem nos fenômenos estudados, tal como preconiza Lüdke e André (1986, p. 17):

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativo de pesquisa (que divide a realidade em unidades possíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

A pesquisa qualitativa, além da visão holística, se pauta na flexibilidade de investigar o objeto de estudo levando em consideração que, no momento oportuno, pode haver a necessidade de modificar alguns elementos da pesquisa, como mudanças de categorias, e outros elementos que porventura apareçam. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznnajder, (2002, p. 147), “as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos”. Isso pode

ser observado no saber e na atuação política dos pescadores, relacionados num contexto que envolve, dentre outras dimensões, o social, o cultural e o político.

Essa diversidade em torno do objeto da pesquisa não possibilita antecipar qualquer conclusão a respeito do que está sendo investigado, pois o foco da pesquisa vai criando os rumos do processo de investigação.

[...] nas pesquisas qualitativas [...] o foco da pesquisa vai sendo ajustado ao longo do processo. Assim, o grau de especificação do problema na fase de planejamento irá variar em função de característica deste, bem como da posição do pesquisador ao longo do continuum-qualitativo (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNNAJDER, 2002, p. 147).

Essa característica, principalmente no que se refere ao posicionamento do pesquisador, contribuiu para a escolha desse tipo de abordagem, de modo que o objeto estudado requer do pesquisador uma leitura ampla, envolvendo todo um contexto articulado. Este é um dos fatores que orienta nossas preocupações, de modo que tanto o objeto quanto o local da pesquisa estão inseridos em uma relação interdependente de fatores internos e externos.

Com relação ao local a ser investigado, ele deve ser analisado, segundo Bogdan e Biklen (1994), no seu contexto histórico e tratado na pesquisa qualitativa como um espaço que está inserido em diversos aspectos sociais. Disto decorre a importância do pesquisador nessa pesquisa, como frisa Triviños (1987, p. 128), “o chamado ‘ambiente natural’ de Bogdan existe, mas é ‘observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante à medida que não esquece esta visão ampla e complexa do real social’”.

O pesquisador que se utiliza da abordagem qualitativa considera os fenômenos pesquisados como elementos que possuem sentidos, como os gestos, os atos, as palavras, que são ações cheias de significado. Os significados dos elementos que envolvem o objeto de estudo são de suma importância na abordagem qualitativa, porque valorizam o modo como as pessoas vivem, sentem e pensam. Nessa perspectiva, os instrumentos de geração de dados, como a entrevista, devem ser mediados pelo dialogismo, de tal forma que se aproximem de uma “conversação”. Assim se expressam Bogdan e Biklen a esse respeito: “o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra” (1994, p. 51).

Na abordagem qualitativa, em suma, os dados são analisados de forma contextualizada, ou seja, as palavras e os documentos são discutidos a partir da riqueza do significado, respeitando a forma e o conteúdo, para que possam se aproximar da realidade. Valoriza-se também a descrição detalhada do objeto pesquisado, por entender que a descrição releva um conteúdo capaz de contribuir na construção do conhecimento em torno desse objeto. Isso demonstra que não se tem conhecimento pronto e acabado antes da geração dos dados, mas, ao contrário, as inferências, explicações e conclusões a que se chega devem ser analisados em um processo de construção contextualizada.

Para um investigador qualitativo que planeje elaborar uma teoria sobre o seu objeto de estudo, a direção desta só se começa a estabelecer após a escolha dos dados e o passar de tempo com os sujeitos. Não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechada e específica no extremo. O investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para perceber reconhecer as questões importantes antes de efetuar (sic) a investigação. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 50).

1.4. COLETA DE DADOS

No contexto da abordagem qualitativa, eu me propus a utilizar o estudo de caso, cuja principal vantagem é, de acordo com André (1995, p. 52), “[...] a possibilidade de oferecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de unidade social complexa, compostas de múltiplas variáveis”.

A especificidade do estudo de caso é um dos critérios utilizados para eu ter escolhido esse tipo de pesquisa, apesar de o meu objeto de estudo encontrar-se em um contexto particular, isso não o isola do contexto mais amplo onde acontecem as ações dos sujeitos pesquisados, tal como fora apresentado por Bogdan e Biklen: “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (1994, p. 89).

As perguntas, por exemplo, que foram utilizadas nas entrevistas, a partir desse tipo de pesquisa, não tiveram de ser tão específicas, assim, orientei-as para que fossem desenvolvidas em eixos temáticos acerca do objeto em estudo. Isso demonstra que o processo de organização da pesquisa para estudar o fenômeno é amplo e vai se afinando à medida em que nos aproximamos do objeto estudado. O estudo de caso, segundo Bogdan e Biklen (1994), nessa formatação de funil, faz com que o pesquisador se articule para estudar o objeto

delimitado, e, nessa organização, amplie da melhor forma possível o horizonte contextual da pesquisa, além de buscar definir os passos que irão compor cada processo, com um foco definido, a fim de que os dados gerados seja recolhidos, revistos e analisados até alcançar os objetivos determinados.

É nesse sentido que o estudo de caso se configura como um processo amplo que vai se estreitando, como menciona Bogdan e Biklen (1994, p. 90), “de uma fase de exploração alargada passa para uma área mais restrita de análise dos dados coligidos”. É essa restrição da análise dos dados que possibilita, então, compreender a complexidade do fenômeno investigado, ou seja, “a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto” (TRIVIÑOS, 1984, p. 134).

O estudo de caso possibilita, assim, construir o conhecimento de forma concreta, mais contextualizada e também voltada para a interpretação do leitor, que é fundamental para compreender o real significado deste objeto de estudo.

[...] o conhecimento gerado pelo estudo de caso é: mais concreto, configura-se como um conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo concreto e sensório do que abstrato. Mais contextualizado, nossas experiências estão enraizadas num contexto, assim também o conhecimento nos estudos de caso [...]. Mais voltado para a interpretação do leitor, os leitores trazem para os estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados aos velhos (ANDRÉ, 2005, p. 16-17).

O objeto desta pesquisa requer uma interpretação consistente por meio do estudo de caso; e este, por sua vez, de acordo com Triviños (1984), exige vários requisitos necessários para o processo e para o resultado do estudo, como objetivação, originalidade, coerência e consistência das ideias.

Quanto aos instrumentos e técnicas de geração de dados, fundamentais no processo investigativo, eles devem seguir os princípios que regem a pesquisa escolhida, pois não se escolhe um método de pesquisa aleatoriamente. Os métodos devem, segundo Gatti (2002), estar articulados com o conteúdo, com as características do objeto escolhido. Assim, as técnicas fazem parte do processo investigativo e sua escolha influencia o resultado da pesquisa, por isso, não se escolhe um método de pesquisa sem antes conhecer suas limitações.

A técnica escolhida permite a flexibilidade no processo de investigação, como destaca Triviños (1987, p. 138), ao considerar que o “[...] pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se

em técnicas e métodos que reúnem características [...] que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece informações”.

Definir as técnicas de coleta de dados não é apenas, de acordo com Gatti (2002), uma questão de rotina, de passos e etapas do processo investigativo, mas sim uma vivência em torno do problema, que requer consistência e objetividade para um resultado coerente, ou seja, “os métodos nascem do embate de idéias, perspectivas, teoria, com a prática. Eles não são somente um conjunto de passos que ditam um caminho, são também um conjunto de crenças, valores e atitudes” (GATTI, 1987, p. 54).

Segundo essa orientação, adotei neste trabalho a entrevista semiestruturada, pois compreendo que esse instrumento é suficiente para alcançar os objetivos propostos. A escolha dessa técnica se pauta no objeto deste estudo, porque pretendia gerar dados a partir de conversações em que as informações pudessem ser absorvidas naturalmente. Além disso, esse instrumento se relaciona com a teoria e os conhecimentos a que o pesquisador se vincula, além disso, ele proporciona uma interação entre quem pesquisa e quem é pesquisado, sem imposição em uma relação dialógica. Essa interação pode contribuir para criar um clima de confiança e propiciar a geração de informações importantes.

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (ANDRÉ & LÜDKE, 1986, p. 33).

Esse instrumento de geração de dados possibilita também abordar temas complexos, que envolvem diversas relações sociais, ou seja, que requerem uma análise profunda do objeto investigativo, conforme Mazzotti-Alves e Gewandsznnajder (2000, p. 168): “por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando em profundidade”.

Além disso, a entrevista possibilita uma aproximação entre o pesquisador e o pesquisado, que facilita o esclarecimento da finalidade da entrevista para o sujeito que está sendo pesquisado, e, segundo Moroz e Gainfaldoni (2002, p. 66), ela ainda “[...] tem a vantagem de envolver uma relação pessoal entre pesquisador/sujeito, o que facilita um maior esclarecimento de pontos nebulosos”. Acrescente-se ainda o fato de que se a “entrevista for mais profunda, as respostas são registradas a partir de questões previamente elaboradas sob as

quais o entrevistado discorre (questões semi-abertas) [...] que o entrevistador desenvolve” (CHIZZOTTI, 1998, p. 58).

A entrevista semiestruturada nos possibilita gerar as informações sem muita rigidez, porque faz com que os sujeitos entrevistados sintam-se confortáveis para responder os questionamentos relacionados ao objeto de pesquisa. O mais importante nesse tipo de entrevista é o significado atribuído pelos sujeitos entrevistados aos eventos que fazem parte da vida de todos, justamente porque o caráter de semiestruturação assegura confiança na construção do conhecimento para a pesquisa. Logo, as entrevistas têm a possibilidade de gerar os dados pelo menos no início da pesquisa, de maneira informal, de modo que o pesquisado sinta-se à vontade para falar, expressar aquilo que venha a contribuir para a pesquisa (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNNAJDER, 2000). Com isso, amenizam-se as situações que, por acaso, sejam desagradáveis para o entrevistado e, ao mesmo tempo, possibilitam a participação na construção do conhecimento.

Contudo, as entrevistas exigem cuidados. Por exemplo, no desenvolvimento do estudo não se pode esquecer-se do foco da pesquisa, já que essas informações irão contribuir para analisar o objeto investigado.

[...] a entrevista como qualquer outro instrumento, está submetido aos cânones do método científico, um dos quais a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possa modificar aquele real original (HAGUETTE, 1987, p. 75-76).

O que se busca na entrevista são informações que se aproximam da realidade em torno do objeto de pesquisa, daí os cuidados na entrevista para não comprometer os dados gerados em interação. Nesse sentido, Lüdke e André (1986) chamam a atenção para se conhecer os limites e as exigências da entrevista; nesse sentido, um dos cuidados que se deve ter ao utilizá-la são os elementos que não estão presentes nas falas dos sujeitos pesquisados, mas sim no comportamento que apresentam no momento do trabalho da geração de dados.

O entrevistador precisa estar atento não apenas (e não rigidamente, sobretudo) ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vai obtendo ao longo da interação. Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 36).

Gerar dados por meio das entrevistas requer, portanto, muita atenção, paciência e conhecimento do que realmente se quer saber. Assim, a entrevista semiestruturada permite ao entrevistador especificar o que se quer saber, e, ao mesmo tempo, possibilita ao entrevistado

se expressar da forma que achar conveniente. Nessas entrevistas, “[...] também chamadas focalizadas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNNAJDER, 2000, p. 168).

Outro ponto relevante no uso da entrevista semiestruturada está na postura do entrevistador, que pode fazer as adaptações necessárias no processo da entrevista, ou seja, “[...] a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente porque permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (ANDRÉ E LÜDKE, 1986, p. 34).

Além disso, mesmo que o entrevistador faça perguntas específicas durante a entrevista semiestruturada, os entrevistados são livres para se posicionarem de acordo com sua realidade (ALVES-MAZZOTTI, 2000), ainda mais porque o que o entrevistador deseja são informações úteis para discutir o objeto da pesquisa. Nesse instrumento de geração de dados, os informantes dialogar com aquilo que percebem e acreditam.

[...] queremos privilegiar a entrevista semi-estruturada porque esta ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a responsabilidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Com essa liberdade maior para o entrevistado e com a metodologia própria da entrevista semiestruturada, o informante participa efetivamente da construção do conteúdo da pesquisa e contribui para que se possa analisar com mais precisão o objeto pesquisado. Abre-se, assim, espaço para utilizar vários mecanismos na geração das informações, como a gravação de falas dos entrevistados, que utilizamos nesta pesquisa.

Quanto aos procedimentos para análise dos dados, considero que é uma fase que requer rigor intelectual e, acima de tudo, dedicação, porque se trata do momento da sistematização, da organização dos dados gerados na pesquisa. Assim,

[...] a análise dos dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo. (PATTO apud ANDRÉ, 1986, p. 42).

Esses dados são classificados de acordo com as informações geradas e as relações dessas informações são selecionadas de acordo com as categorias que configuram o corpo da pesquisa e, só então, realiza-se uma análise parcial das falas dos sujeitos entrevistados. Em

seguida, esses dados são relacionados com os referenciais teóricos e, assim, constituem o material para interpretação das questões de pesquisa:

À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando quantitativamente (*sic*) identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo “sintonia fina” que vai até a análise final (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 2000, p. 170).

Essas seleções façam parte dos procedimentos analíticos de qualquer pesquisa, conforme afirma André (2005, p. 55):

Desde o início do estudo, no entanto, são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados. Essas escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que vai sendo “aprendido” no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório.

Durante a análise, porém, tive o cuidado de sistematizar os dados ao final do processo de entrevistas, quando os organizei e os classifiquei de acordo com as categorias pertinentes do estudo. Essas possíveis categorias, que surgiram a partir dos eixos das entrevistas, tal como proponho para este processo, foram aqui classificadas em: trabalho, educação, movimentos sociais e iniciativas organizacionais e econômicas.

Identificar as categorias é um trabalho árduo e, para isso, o pesquisador deve ler e reler todo o material gerado nas entrevistas, como frisa André (2005, p. 56): “o passo seguinte é leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias descritivas”.

A pesquisa pode *a priori* permitir afirmar que as classificações das categorias não são definitivas e, por isso, podem sofrer modificações nos momentos oportunos, uma vez que elas não se esgotam no processo da análise. Tais categorias, selecionadas segundo o contexto em que está inserido o objeto da pesquisa, pauta-se no conceito marxiano.

Torna-se central, então, a categoria trabalho nesta pesquisa, por entender que é por meio do trabalho que o homem constrói seu saber, em um contexto articulado. Ora, esse trabalho, que possibilita ainda a construção do próprio homem e do mundo, “[...] ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos” (BRAVERMAN, 1987, p. 53). O trabalho está na essência humana, por isso, ao mesmo tempo em que o homem se relaciona,

transforma-se a si mesmo e educa-se, colocando “[...] ‘o conceito e o fato’ do trabalho como ‘princípio educativo’” (GRAMSCI apud MANACORDA, 1991, p. 136).

A categoria seguinte, a de movimento social, se explica porque a prática dos acordos de pesca só foi possível via movimento social, a própria Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá. Por isso, compreender o contexto histórico dessa colônia de pescadores possibilitou situar o território da pesquisa, contribuindo para termos noção do espaço pesquisado.

Com relação ao local/contexto escolhido para essa pesquisa, escolhi as comunidades de Paruru de Janua-Coelis e Jaracuera, ambas pertencentes ao município de Cametá, onde as experiências sobre os acordos de pesca são mais frequentes, mas também por possuírem nível significativo de organização, com boa atuação e com forte capacidade de reflexão.

Já os sujeitos informantes foram: os coordenadores da Colônia, dentro das próprias comunidades em que a experiência se localizava; os moradores participantes do acordo de pesca; e a executiva da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, composta pelo presidente, tesoureiro e secretário.

Importa salientar, por fim, que a presente investigação compreendeu um trabalho árduo de pesquisa bibliográfica sobre os pescadores e a pesca artesanal, podendo-se afirmar preliminarmente que os autores que tratam do mesmo tema desta pesquisa não contemplam de forma ampla a discussão em torno dos acordos de pesca.

CAPITULO 2 – EDUCAÇÃO E MOVIMENTO: A FORMAÇÃO SOCIAL DO PESCADOR ARTESANAL

2.1. A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL

Compreender a trajetória social de formação do pescador artesanal, levando em consideração aspectos como comportamentos, confiança, compromisso, solidariedade, e valores, contribui para os processos de inovação e de aprendizado a que estão associados. Os pescadores, ao longo da construção de suas identidades, com técnicas e saberes passados de geração em geração, construídos a partir de sua interação social, cultural, simbólica e, por que não dizer, territorial, apreendeu de maneira ímpar a “linguagem natural”, que lhes permite indicar a profundidade do rio e, até mesmo, a quantidade de peixes em determinado local. A partir dessas atividades e dessa vivência, surgiram interações sociais, econômicas, territoriais e culturais particulares que, ao longo do processo, não foram reconhecidas pela falta de políticas públicas voltadas a essa categoria de trabalhadores.

A história dessa formação do pescador está ligada à atividade da pesca artesanal, que, embora não seja a única atividade praticada pelas comunidades ribeirinhas, tem uma enorme importância na configuração dos modos de vida, nos processos produtivos e na formação da identidade dos sujeitos, uma vez que ela tem sido reconhecida como uma das principais fontes de subsistência para as comunidades de pescadores artesanais.

A pesca como prática cultural e econômica configura-se como uma ação que envolve uma combinação lógica de diversas práticas sociais da vida cotidiana, pois é executada de forma coletiva e acompanhada de outras atividades, como a agricultura, a caça e o extrativismo vegetal, particularmente nesta região do baixo Tocantins, caracterizada pela extração do açaí.

Especificamente com relação ao estudo sobre a formação social do pescador artesanal, percebi que ele tem assumido presença marcante no âmbito da pesquisa em educação, o que ajudou a construir no Brasil uma sociedade capaz de conviver com diferentes práticas sociais. Ao trazer inicialmente para o debate a compreensão e a caracterização da formação do pescador, estabelece-se, de modo intrínseco, a ligação entre esse pescador e sua atividade, que é a pesca artesanal, sobretudo pela vivência que esses sujeitos estão envolvidos.

Trata-se de buscar referência do saber desses pescadores no sentido de reconstruir e redefinir a identidade pertinente ao campo do conhecimento em Educação, estabelecendo a apropriação desse conhecimento nesse universo conceitual, cuja fundação está no princípio de

uma história particular, pois, desses saberes, sobre os quais foram impressas subjetividades e consciência, resultaram em intervenções no processo social real:

Diferente do saber técnico-científico, as relações que os pescadores estabelecem com os rios e matas são conformadas por saberes que estes sujeitos têm construído por meio de suas narrativas e oralidades, por relações que estabelecem um com os outros e com diferentes ecossistemas, ou seja, são saberes que são produzidos na vida cotidiana. Para além do empirismo ingênuo, estes saberes por serem construídos cotidianamente no exercício de suas práticas socioculturais, orientam e informam suas relações e conformam suas atividades produtivas. (SILVA, 2009, p 20).

Sobre este saber, Santos (1989, p. 56) afirma que, para se estabelecer como conhecimento, o conhecimento científico teve que romper com o senso comum, e, no momento, torna-se necessário fazer uma segunda ruptura, resgatando outras formas do conhecimento para uma nova ciência, mais afeita aos desafios contemporâneos. Não se trata de negar um em função do outro, mas sim de estabelecer um novo diálogo entre saberes, porque, em um modelo que contemple as questões da pesca artesanal, o saber dos pescadores tem muito a contribuir.

Em uma perspectiva mais abrangente, a pesca artesanal, uma das atividades extrativistas mais tradicionais na Amazônia, tem garantido o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos — mar, rios, lagos, igarapés, igapós, estuários de rios — e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial (McGRATH, 1993; LOPES, 2008). Por isso, o envolvimento da população pesqueira junto ao rio vai além da exploração para aquisição do alimento, uma vez que esse rio representa para o ribeirinho um espaço produtivo de trabalho socialmente construído (FURTADO, LEITÃO & MELLO, 1993; SILVA, 2001).

Com relação à importância dos rios, Simonian et al. (2010, p. 144) diz:

Sabe-se que os rios na Amazônia configuram-se como condição indispensável para a sobrevivência das populações locais, mormente daquelas que vivem nas regiões mais afastadas dos centros urbanos de porte grande. Os rios servem como importante via de comunicação, são fonte de proteína animal, servem para higiene pessoal e limpeza de utensílios domésticos, além de lugar de lazer ou brincadeira de crianças e adolescentes ribeirinhas, é exatamente por esta condição que as famílias amazônicas procuram as margens dos rios e igarapés para fixarem moradia e; ou fazerem suas roças.

Em resumo, o rio é uma via de acesso e comunicação, local de vivência e morada do homem, culminando com a sua relação com o ambiente e contribuindo para a sua própria conservação.

É possível perceber, então, que, por meio de seus saberes, as famílias de pescadores artesanais atribuem múltiplos significados e conhecimentos ao rio. A dimensão material desses significados está conformada por processos organizativos de seus hábitos e práticas culturais, configurados por meio de suas atividades agrícolas, de suas práticas de pesca e lazer, e de seus deslocamentos, entre outras; a dimensão simbólica está expressa principalmente nos seus rituais religiosos, conformada nas lendas e mitos, que ainda fazem parte do imaginário de muitos ribeirinhos, conforme suas tradições culturais.

Sem dúvida, os pescadores artesanais se caracterizaram, principalmente, pela simplicidade da tecnologia, mas também pelo baixo custo de produção. Baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou mesmo pela interação com os companheiros do ofício (MALDONADO, 1986), essa produção, que é alcançada por equipes de trabalho formadas por relações de parentesco, é, em parte, consumida pela família e o restante é comercializado.

Esse aprendizado com os “mais velhos” e com a própria experiência, segundo Diegues (1995), constitui o domínio do saber-fazer, cerne da profissão do pescador, materializado na figura do “mestre” depositário dos segredos do mar. A necessidade de transmitir esse conhecimento ao longo das gerações é a medida de confiança nele depositado. Muitos pescadores artesanais podem ser considerados, por outros da mesma profissão, como “artistas do mar”, mas só o mestre é que consegue ser o guardião da tradição.

O processo de formação dos pescadores artesanais, do momento de sua iniciação na pesca, passando pela profissionalização até chegar a mestrança, é assim descrito por Cardoso (2001, p. 60):

Inicia-se na infância por um processo por vezes lúdico e vai constituindo-se como uma cultura própria, uma cultura pesqueira [...] inicia-se na infância a vivência com os processos pesqueiros e passa por vários níveis de parentescos, pais, avós, cunhados, tios, irmãos [...] A profissionalização depende da possibilidade de uma pequena poupança a ser investida em terra na construção da casa ou na compra de uma pequena embarcação [...] a mestrança guarda em si a prática e conhecimento construído ao longo de décadas no trabalho com o mar.

As fases de aprendizagem do pescador artesanal revelam, portanto, que há, ao longo de sua trajetória, um processo de relacionamento e de apropriação com a natureza. A atividade da pesca torna-se, dessa maneira, uma articulação dos processos naturais e sociais na produção e reprodução do conhecimento.

A capacidade criativa como este sujeito lida com o mar, cuja relação está mediada pelo trabalho, é um elemento importante sobre o qual se assenta a noção da arte de ser pescador, tal como demonstra Ramalho (2008, p. 5):

A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios.

Compreende-se, portanto, que o saber local, enquanto patrimônio de uma população, enraíza-se como expressão simbólica e material de um determinado grupo social, a partir do seu jeito de ser, das formas de viver, estar e ver o mundo. As práticas subjetivas e objetivas corporificam e moldam modos de vida ao projetar formas de convivência reveladora de particularidades sociais. Refletindo acerca da comparação da arte da pesca a outras formas de trabalho artesanal, Diegues (1983, p. 198) diz que:

No caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato. Se compararmos o pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de capturas utilizados para diferentes espécies, num meio em contínua mudança.

Artesanal, nesse contexto, está associado à ideia de artesão. Desse modo, o pescador artesanal, ao usar sua habilidade e talento, circunscreve-se em seu conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, anzóis, matapis, conhecimentos sobre mudanças de local de pesca e do pescado, entre outros), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho não é estático, pois, em um meio em constante movimento e transformação, sempre é exigido um constante saber-fazer.

Sobre a formação desse pescador artesanal, Mello (1985) destaca que os europeus, desde sua chegada ao Brasil, ocupando o espaço amazônico inicialmente em busca das drogas do sertão (séc. XVII) e posteriormente expandindo a economia extrativista (fins do século XVIII), sobretudo da borracha, trazem consigo o costume da prática agrícola. Assim sendo, surge a figura do “pescador lavrador”, ou seja, o trabalhador que vai extrair para o seu sustento alimentos, tanto do mar (rios) quanto da terra, nunca sendo, porém, um especialista de atividade exclusiva.

A pesca era considerada uma atividade ocasional, restrita em geral ao período de safra (como o da tainha¹, por exemplo) e, em alguns casos, verificou-se uma transformação (parcial ou preponderante) do pescador lavrador em pescador marítimo, integrado ainda à pequena produção mercantil.

Em sua relação com o oceano/mar, os “pescadores marítimos” não só elaboram uma imagem de si próprios, mas também criam mitos e práticas rituais, classificam os recursos naturais segundo categorias específicas e têm linguajar próprio. Ao contrário de comunidades de pescadores que vivem ecossistemas litorâneos abrigados as sociedades marítimas desenvolveram práticas e rituais variadas, em geral destinadas a aplacar os espíritos do oceano/mar. (SILVA, 1982, p. 45).

Pode-se afirmar que os pescadores artesanais são condicionados pelos ritmos da natureza e pelas variações sazonais que determinam suas parcerias. Somado a isto, há outras características comuns: têm baixo nível de escolaridade; são produtores autônomos ocupando quase totalmente seu tempo de atividade de pesca e também são proprietários do seu meio de produção, sem vínculos empregatícios ou de assalariamento.

Em relação ao grau de escolaridade dos pescadores e das pescadoras, segundo dados do Ministério da Pesca, de 2011, atualmente mais de 80% dos pescadores são ainda analfabetos. O analfabetismo, acredito, contribui para manter e mesmo agravar os contextos de exploração desses trabalhadores. Essa situação se dá por várias razões, dentre as quais: ausência de escolas ao longo das comunidades e, quando elas já estão instaladas, há uma precariedade em seu funcionamento; inexistência de prédios próprios — muitas escolas funcionam com pequenas salas multisseriadas, na maioria das vezes em barracões comunitários, com um número limitado de professores qualificados, na maioria das vezes transferindo as metodologias urbanas para as atividades realizadas nas escolas rurais.

É apenas na década de 1980, segundo Gomes (2009, p. 10), que se inicia a estruturação de uma rede oficial de ensino, com a construção de pequenos prédios e a contratação de professores e professoras pelas prefeituras municipais. Pode-se dizer que melhorias na rede de escolas públicas das comunidades vão ser notadas apenas nos anos 1990, rompendo-se em parte com a situação anterior, marcada por interrupções, ausência de professores locais, professores sem formação pedagógica, além dos deslocamentos de alunos (crianças e adolescentes) e até professores por longas distâncias a escolas de outras comunidades.

¹ Para mais informações sobre a *tainha*, peixe típico da região amazônica, cf. Veríssimo (1970).

Apesar da baixa escolaridade,² esses pescadores exercem a pesca como atividade econômica prioritária, desenvolvendo relações de trabalho com base na parceria, com tecnologia de captura seletiva e não mecanizada. Constata-se, dessa maneira, um descompasso entre as escolas das comunidades e a vida local; em um ambiente onde a atividade da pesca se apresenta, na maioria das comunidades, como a principal fonte de sobrevivência e possuindo uma dinâmica definida especialmente pela relação direta com o rio, torna instável a frequência a uma escola rígida em seus horários e o cumprimento de seus procedimentos, objetivos e metodologias.

O distanciamento entre a pesca e a escola não pode ser compreendido, todavia, como sendo apenas uma questão de horário e de ritos externos; acredito que isso ocorra porque a escola não cumpre uma de suas funções mais precípuas: a da relação com a vida e com o trabalho local.

Por outro lado, esses pescadores, que foram ao longo dos anos ignorados pelo poder público,³ possuíam condições precárias de moradia, educação, saneamento e trabalho, que muito lentamente vêm sendo melhoradas ao longo dos últimos anos.

A falta dessas condições materiais contribuiu para moldar a figura do pescador como um desprovido de conhecimento, segundo uma conotação preconceituosa firmada na sociedade da época, que o rotulava como portador de “incapacidade”, resultante de seu “atraso e acomodamento” (MELO, 1985, p. 75). Eis, portanto, o que seria o retrato desse pescador:

Sedentário, lavrador à beira rio [...] Onde o encontrareis sempre furtando ao trabalho diário, sem ardor e nem pressa. O tempo, um “instantinho”, como ele diz, de ir a qualquer água, ali perto, como um de nós vai à cozinha “pegar peixe” ou “mariscar” na sua expressão típica. (MENDES, 1968, 69).

Maués (1979, 105) reafirma essa visão implícita, não menos taxativa, quando diz que:

² Com relação ao nível de escolaridade desses trabalhadores: “[...] o predomínio é do ensino fundamental incompleto. A impossibilidade de conciliação (estudo-trabalho) fundamenta-se no fato de passarem longos períodos no mar, o que acarreta sempre num déficit para o aluno aprendiz de pescador. Mas, mesmo com uma baixa escolaridade, são indivíduos que possuem um bom grau de esclarecimento no que diz respeito aos seus direitos, principalmente, os trabalhistas e às políticas desenvolvidas na esfera da pesca. São conscientes quanto às necessidades de sua comunidade e questionam as gestões da associação dos pescadores quando não procuram por melhorias para categoria. São também informados e conscientes das proibições e listas de espécies em extinção do IBAMA, contudo, isso não significa dizer que são obedientes às mesmas.” (ANDRADE, 2010, p. 109).

³ É possível afirmar isso porque não se tinha política para a pesca artesanal por parte do poder público, como, por exemplo, o atual seguro-defeso, destinado a garantir que, na época do fechamento da pesca, os pescadores recebam uma ajuda financeira; não se tinha também um projeto de alfabetização, como o “Pescando Letras”.

O pescador é sempre apresentado como incapaz, improdutivo, necessitando de ensinamento irracional em sua maneira de visualizar ou de operar o processo produtivo, inábil de aproveitamento dos recursos que a natureza coloca a sua disposição; alguém que executa sua atividade inadequadamente. [...] Ele aparece como alguém quase ou totalmente desprovido de conhecimentos científicos, que manipula uma tecnologia extremamente rudimentar, como de resto é também todo o seu instrumento de trabalho.

O processo histórico, ao qual esse trabalhador foi submetido, foi violento sob diferentes pontos de vista: “No final do século XIX, inúmeros pescadores artesanais tinham-se tornado verdadeiros proletários do convés, trabalhando 16 horas por dia em condições duríssimas no Mar do Norte.” (DIEGUES, 1995, p. 85). De pescadores de subsistência a proletários de convés, a atividade produtiva e criadora da pesca sofreu um processo histórico profundo, que foi de um estranhamento subjacente até um novo modelo que se apresenta com a colonização: o capitalismo. Nesse contexto, ao descrever a formação social do pescador na Amazônia, Veríssimo (1985, p. 7) ainda via uma característica peculiar:

O indígena é principalmente ictiófago, e conseqüentemente, pescador. A mata amazônica, sem embargo do seu volume e espessura, lhe não é obstáculo à vida fácil e cômodo que leva. A prodigiosa rede de canais – rios furos, igarapés, lagos ligados uns aos outros e aos rios próximos – que lhes oferecem o meio mais fácil, mais conveniente, mais propício às suas, aliás, resumidas, necessidades de vida social o desobrigam de devassá-la.

No geral, pode-se dizer que a figura do pescador artesanal foi ofuscada pelo fato de ele não ter institucionalmente uma profissionalização. A pesca não era concebida como uma única atividade, sendo vista como complementar da caça executada à época pelos povos indígenas. Ao se referir a essa categoria de trabalhadores, Thiago de Melo dizia ser comum a ideia de que “boa parte da população da gente do interior vive mesmo é de farinha de mandioca e de peixe” (2006, p. 27).

A definição normativa de “pescador artesanal” só foi dada oficialmente pelo Decreto-Lei 221/67, em seu artigo 26, que o define como: “[...] aquele que matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida” (BRASIL, 1967). Esse mesmo decreto define pesca como: “[...] todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida” (BRASIL, 1967).

Essa definição só foi possível porque não se tinha referência anteriormente do que seria a função do pescador artesanal. A explicação mais simplista é aquela que assegura ser qualquer pessoa que pesca, porém essa afirmativa é insuficiente para uma caracterização mais precisa. Outra possibilidade remete à noção de homem do mar, ou pessoa que passa sua vida

dentro de um barco, porém essa visão também é parcial e elimina a identificação de parte do grupo social.

Deve levar em consideração, segundo Diegues (1995), que os pescadores artesanais possuem percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e de dependência de seus ciclos. Estão associados a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não havia se tornado mercadoria, com grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado, mesmo existindo, não é total.

Os pescadores artesanais podem ser caracterizados, então, pela prática de várias atividades ligadas à sua sobrevivência econômica e cultural. Praticam, além da pesca, a mariscagem, a agricultura (na qual se insere também a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos) e o extrativismo, especialmente do açaí. Essa característica pluriativa pode ser percebida tanto na observação direta de sua rotina quanto no conteúdo dos diálogos estabelecidos entre as comunidades.

Esses trabalhadores, principalmente a partir de 1980, vêm se tornando um grupo social de muita importância econômica e cultural dentro da sociedade brasileira. Em sua atividade de pesca, eles sofrem influências das externalidades ambientais geradas pelos diversos atores sociais que ocupam o mesmo sistema – o caso mais visível nessa região, foi o da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a partir do discurso desenvolvimentista que, para os ribeirinhos, trouxe, dentre outras coisas, a diminuição do pescado, o aparecimento de doenças, a poluição das águas, etc.

A formulação de políticas públicas para a pesca, por vezes, possuiu um viés produtivista, que não conseguia atender às múltiplas dimensões da vida deste grupo, muitas delas só foram conquistadas via movimento social, haja vista que a visão setorial na pesca impossibilitava ações de formato mais sistêmico e holístico, que poderiam ajudar no estabelecimento de patamares de sustentabilidade da totalidade do sistema.

2.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO PESCADOR ARTESANAL; A EMERSÃO E AFIRMAÇÃO ENQUANTO SUJEITOS POLÍTICOS

Ao discutir a questão dos movimentos sociais⁴ e sua articulação em defesa dos pescadores artesanais, é preciso caracterizar o conceito mais amplo para compreender o

⁴ Por *movimentos sociais* referimo-nos a coletivos francamente organizados que atuam juntos de maneira não-institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade (SZTOMPA, 1998, p. 465).

avanço, o conhecimento e as práticas executadas por esses grupos. No entanto, não é tarefa fácil conceituar movimentos sociais, porque cada movimento possui suas especificidades.

No Brasil, a emergência dos movimentos sociais se confunde com a própria história do país, uma vez que as lutas indígenas travadas com os portugueses no início da colonização, e mais tarde as lutas quilombolas, guerras santas, banditismo, são analisadas conjuntamente por Dias (2007) como *movimentos populares tradicionais*, cuja motivação se explica a partir de um contexto histórico profundamente marcado pela opressão política e econômica exercida pela metrópole portuguesa, sendo que tal situação constitui o ponto de partida na análise das revoltas ocorridas desde o início da colonização até meados da segunda metade do século XIX. Nesse período, surgiram inúmeras rebeliões populares que se estenderam por todas as regiões do país e têm em comum a luta pela abolição da escravidão e a aspiração pela independência política do país.

Ainda nesse período da história brasileira, a constituição dos quilombos é considerada a principal forma de resistência, por parte dos negros africanos, à condição de exploração a que eram submetidos. Essa forma de organização se constitui num importante legado para as classes desfavorecidas, haja vista que, desde o início da história do país, as lutas por uma sociedade mais justa estiveram presentes.

Os Quilombos foram, justamente expressões marcantes destas lutas, a organização de negros escravizados, que criavam vários mecanismos para fugirem dos engenhos onde viviam e trabalhavam, para construir comunidades livres, atraindo também brancos pobres, indígenas, caboclos, motivados pela perspectiva de uma vida livre. Nestas comunidades, experimentavam uma organização da produção em certos casos muito desenvolvida, com técnicas agrícolas avançadas, artesanato, metalurgia, uma nova organização política, qualitativamente diferente da Colônia de Portugal, uma dinâmica social com princípios de liberdade e igualdade. (BRITO, 2005, p. 14).

Além das revoltas de escravos, esse período foi marcado por uma série de acontecimentos, tais como: a Revolução Pernambucana, de 1817, as rebeliões contra as Juntas Constitucionais e Infantarias Lusas (Bahia, Pará, Piauí e Paraíba), a Confederação do Equador (Recife), a Balaiada (Maranhão), a Setembrada e a Novembrada (Pernambuco), a Cabanagem (Pará), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul), a Sabinada (Bahia), a Revolução Praieira (Pernambuco) e outros (SOARES DO BEM, 2006, p. 1140-1141).

Se, por um lado, as inúmeras rebeliões têm significativa importância do ponto de vista da classe trabalhadora, desfavorecida, por ter proporcionado uma aprendizagem de que somente através de lutas é que se pode modificar a condição de existência; por outro, não se pode esquecer que essas lutas se deparam com diversos entraves, já que se colocam em

confronto com os interesses da classe hegemônica, o que, no século XIX, é caracterizado pela forte repressão, por parte do governo, às rebeliões populares. Na Cabanagem (1835-1840), por exemplo, “a repressão contra a revolta cabana chegou a assassinar cerca de 30% da população do Pará na época, estimada em cem mil habitantes” (ALMEIDA, 2010, p. 294).

Vale mencionar também que, entre o final do século XIX e o início do século XX, aconteceram várias revolta que ficaram conhecidas na história do país como *Movimentos Messiânicos*. Trata-se de movimentos comandados por um líder religioso, um “messias”, que, a partir de suas pregações religiosas, passa a reunir um grande número de fiéis — camponeses pobres — numa nova forma de organização popular, que foge às regras tradicionais e, por isso, é vista como uma ameaça à ordem constituída. São exemplos desses movimentos messiânicos: Canudos (1893-1897), na Bahia, e Contestado (1912-1916), entre Paraná e Santa Catarina, os quais são considerados por Brito (2005) como as primeiras tentativas de reforma agrária no Brasil, e que foram barbaramente reprimidas pelo Estado, em verdadeiras guerras sangrentas.

Já no século XX, o *movimento sindical* se expressou como a principal forma de organização entre os movimentos sociais, em decorrência do desenvolvimento de uma economia urbano-industrial. Tal organização sofreu influência decisiva das experiências dos imigrantes europeus, principalmente no que diz respeito ao trabalho assalariado e aos direitos trabalhistas conquistados em seus países de origem, isto é, uma realidade muito diferente da encontrada no Brasil, o que os motivou a se organizarem formando o que viria a ser os sindicatos. Assim, o movimento sindical sofreu diversas influências, como a dos anarquistas, no início do século; a dos trabalhistas e dos comunistas, na década de 1930, a do Golpe Militar, de 1964; e a do novo sindicalismo, a partir da década de 1980.

Até o início dos anos 1920, as principais lutas dos sindicatos estavam atreladas a melhorias de condições de trabalho dos operários, os quais reivindicavam, por meio de grandes agitações em greves, melhores salários, redução da jornada de trabalho, descanso semanal, regulamentação do trabalho feminino e infantil. Vale lembrar, no entanto, que nesse momento os sindicatos atuavam sem o reconhecimento do governo, como afirma Sousa (2002, p. 121), ao afirmar que: “Os primeiros sindicatos, no Brasil, surgiram como sociedade civil, não reconhecida, mas independentes”. Esse não reconhecimento por parte do Estado teve como consequência uma série de violentas repressões, com prisões e expulsões de imigrantes, o que resultou no enfraquecimento do movimento operário por boa parte dos anos 1920, e também o movimento não obteve resultados práticos com relação a suas

reivindicações por mudanças das condições de trabalho nas fábricas, supramencionadas anteriormente.

Na década de 1930 foram implementadas algumas reformas que, por um lado, atendiam parte das reivindicações dos operários e, por outro, constituíam uma estratégia do governo para controlar os sindicatos, inibindo, dessa forma, sua atuação. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a publicação do Decreto nº 170, de 1931, de acordo com o qual os sindicatos “tiveram reconhecido seu direito de representação, mas, em contrapartida, foram caracterizados como órgãos auxiliares do Estado, cuja constituição passava a depender de autorização prévia do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, criado em 1930”. (SOUSA, 2002, p. 121).

Nos anos 1940, o movimento operário volta a crescer, especialmente com a promulgação da Constituição Liberal de 1946, que vigorou até 1964. Por um lado, ela garantiu liberdade de associação e organização aos trabalhadores; por outro, preservou a estrutura sindical caracterizada pelo controle do governo sobre os sindicatos.

Mesmo diante do rígido controle que os sindicatos eram submetidos pelo Ministério do Trabalho, não impediu que a sociedade civil se organizasse em sindicatos paralelos aos oficiais, numa tentativa de fuga ao controle exercido pelo governo, tendo destaque os movimentos de associações de moradores nas áreas periféricas das cidades.

Na década de 1950 e início dos anos 1960, são as organizações camponesas que se destacaram no cenário das lutas sociais, em torno de uma só bandeira: a *reforma agrária*, mas também com objetivo de formar sindicatos rurais no intuito de fortalecer as lutas da classe trabalhadora rural, haja vista que esta categoria encontrava-se atrasada na questão da organização sindical, se comparada com outras categorias como a classe operária, por exemplo. Até 1956, de acordo com Sousa (2002), nenhum sindicato de trabalhador rural havia sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho; em 1957, apenas três tinham sido reconhecidos, sendo que, até 1960, no Brasil todo, somente oito sindicatos conseguiram o reconhecimento do governo. Isso não quer dizer, porém, que outros não estivessem organizados. O autor ainda descreve que, no ano de 1962, o governo brasileiro publicou duas portarias — a de nº 209A, de 25 de junho de 1962; e a de nº 355A, de 21 de novembro de 1962 — com a intenção de facilitar a legalização e reconhecimento dos sindicatos rurais, resultando na oficialização de mais de cem, nesse mesmo ano.

Enquanto o reconhecimento dos sindicatos rurais caminhava a passos lentos, os camponeses organizavam-se nas *Ligas camponesas*, dando visibilidade à questão da reforma

agrária e contribuindo significativamente para a organização dos trabalhadores rurais. Porém, “o regime militar dissolveu as ligas camponesas e desencadeou um violento processo de repressão ao movimento sindical de forma geral, perseguindo os comunistas que continuavam no comando de sindicatos” (SOUSA, 2002, p. 124). O fim das Ligas camponesas, em 1964, não impediu que outros movimentos de resistência no campo surgissem.

A onda de repressão que tomou conta do país, sobretudo na primeira década da ditadura militar, desmobilizou o modo de estruturação e de condução das lutas da maioria dos movimentos sociais, que passaram de um plano de atuação concreta para uma atuação na clandestinidade.

Em meados da década de 1970, os movimentos sociais reaparecem no cenário político brasileiro, com caráter ainda mais popular, pois “[...] as pessoas que passam a encabeçar a luta são oriundas de vários lugares (vilas, favelas, zona rural)” (BARRA; FURTADO, 2004, p. 47).

Nesse contexto, as principais reivindicações estavam voltadas para a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência da população pobre, tais como: moradia, saneamento básico, creches, transportes, saúde, terra para plantar etc. Outro ponto a destacar foi o episódio das greves dos metalúrgicos, que ocorreram na região do ABC paulista, no final da década de 1970, contribuindo para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e para a reorganização, na década seguinte, do movimento operário através das centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento dos novos movimentos sociais, que passaram a abraçar outras demandas, como a questão das mulheres, dos homossexuais, dos negros, das crianças, dos índios, do meio ambiente, entre outras:

De fato, os novos movimentos sociais não se esgotaram em demandas somente por inserção socioeconômica, mas pleitearam uma ampla reformulação dos padrões culturais. Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que impuseram o tema da identidade como central nessas demandas. (SOARES DO BEM, 2006, p. 1152).

Neste contexto, cabe salientar a contribuição do Movimento “Diretas Já” (1984-1985), para pôr fim ao regime militar, uma vez que esse movimento foi decisivo no processo de eleições diretas para presidente da República; e do amplo movimento pela Constituinte, que resultou na Constituição de 1988, na qual se verificaram avanços importantes com relação aos direitos sociais.

Se nas duas décadas precedentes os movimentos sociais tiveram grande visibilidade em função da acentuada atuação mediante greves e manifestações nas ruas, na década de 1990, no entanto, estes perderam tal visibilidade pelo fato de haver um declínio das formas de atuação, motivo pelo qual “Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal – o regime militar” (GOHN, 2007, p. 19-20). Todavia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi, nesse período, o movimento social mais atuante, ao lado das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que tiveram maior destaque.

[...] as ONGs passaram a ter muito mais importância nos anos 90 do que os próprios movimentos sociais. Tratam-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 80 junto com os movimentos populares. Agora são ONGs inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde, para clientela como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda, escolas de ensino fundamental etc. (GOHN, 2007, p. 22).

O fato de os movimentos sociais terem perdido visibilidade não quer dizer, necessariamente, que eles tenham deixado de existir, apenas mudaram suas formas de atuação, haja vista que a conjuntura político-econômica brasileira havia mudado, especialmente com o advento do neoliberalismo, em que o Estado exime-se da garantia dos direitos básicos à população. Deste modo, a partir de 1990, os movimentos sociais passam a se organizar de forma institucionalizada, com destaque na criação de *Fóruns Nacionais*, os quais promovem discussões sobre os problemas sociais, definindo metas e estratégias no sentido de solucioná-los, e “[...] isso lhes possibilitou sair do nível apenas reivindicatório, para um nível mais operacional, propositivo” (GOHN, 2007, p. 24). Outra questão marcante desse período foi a articulação dos movimentos populares com outros tipos de movimentos sociais, por meio da criação da Central dos Movimentos Populares.

No início do século XXI, os movimentos sociais adquirem outra forma de mobilização, caracterizada pela atuação em redes, o que, na verdade, constitui uma evolução do modelo organizacional edificado nos anos 1990. Agora os movimentos sociais passam a se articular não mais exclusivamente por demandas locais, mas também por demandas mais abrangentes como a questão da globalização, do meio ambiente, dos direitos humanos, etc.

No livro *Movimentos sociais no início do século XXI*, Gohn (2007, p. 31-32) apresenta dez eixos temáticos sobre os quais as lutas e demandas dos movimentos sociais no Brasil estão agrupadas, a saber:

(1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em três frentes de luta: a) articulação de redes sociopolíticas que militam ao redor do tema urbano (do habitat, a cidade propriamente dita) e participaram do processo de construção e obtenção de um ‘Estatuto da Cidade’; b) movimentos sociais populares dos Sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados); c) contra a violência urbana (no trânsito, ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio); (2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores); (3) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); (4) mobilizações e movimentos contra o desemprego; (5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas; (6) mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra); (7) movimentos étnico-raciais (índios e negros); (8) movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais); (9) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; e (10) movimentos contra as políticas neoliberais e os afeitos da globalização (contra Alca, Fórum Social Mundial etc.).

No sentido de promover uma estreita relação com o conceito que se assemelha à luta dos pescadores artesanais e após analisar vários autores que discutem movimentos sociais, compreende-se, a partir da visão de Souza (2006, p. 29), que é evidente:

[...] na historicidade dos movimentos sociais a busca pela liberdade, lutas contra a opressão e pela organização de um modo de vida específico. Os movimentos sociais são respostas conjuntas dos sujeitos aos problemas da sua realidade, reivindicando melhorias, ao mesmo tempo construindo história.

Os movimentos sociais, de acordo com Grzybowski (1987), constroem sua própria maneira de se organizar, de lutar, de participar das discussões políticas onde estão inseridos. Essa maneira de participar dos movimentos é fruto das reflexões construídas a partir do trabalho, como saberes desenvolvidos no contexto interno do movimento. Dessa forma, o trabalhador cria-se identidade e apresenta para o mundo sua concepção política e ideológica. Os movimentos sociais, portanto, têm desenvolvido uma dinâmica que afirma sua identidade social, ao mesmo tempo ampliam sua participação na discussão política na sociedade (GRZYBOWSKI, 1987).

Um movimento que objetiva mudança generalizada em todos os setores da sociedade é, segundo Touraine (1989, p. 233), um processo que combina “princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição

de um grupo de disputa de interesse”. Essa necessária análise e reflexão do processo de aprendizagem que os movimentos constroem, através de suas lutas políticas e sociais, colocam em debate mudanças na sua essência do foco perseguido por esses movimentos ao longo da história. Se for observada a ação concreta desses movimentos, chega-se ao entendimento de que diferentes estratégias, que variam da simples forma unitária de denúncia até a organização coletiva (mobilização, passeatas, marchas, negociações, enfrentamento), foram, ao longo do tempo, redefinidas.

O que se tem observado é que grande parte movimentos sociais não é radical no sentido de questionar e ser contra tudo, mas, pelo contrário, esses movimentos são constituídos por trabalhadores comprometidos com as mudanças da sua realidade concreta. No caso específico dos sujeitos deste trabalho, a pesquisa permitiu constatar que a organização em movimento de pescadores foi uma das estratégias encontradas para lutar de forma coletiva em prol dos direitos de uma classe. Suas formas de atuação o descrevem através da simples mobilização por um direito constitucional, e, mais presente, por um diferente meio que o caracteriza como um sistema de redes sociais, com o objetivo de torná-los mais orgânico. Os movimentos sociais têm construído, segundo Gohn (2006, p. 15): “[...] representações simbólicas afirmativas por meio de discurso e práticas. Eles criam identidades a grupos, antes dispersos e desorganizados. Projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”.

Compreende-se, portanto, que os movimentos sociais, ao longo da sua perpetuação, se caracterizaram como um movimento de base e de busca de transformação dos trabalhadores em seus diversos aspectos. Representa forças organizadas no sentido de juntar pessoas com o objetivo de buscas sociais, energizando potencialidades por meio de suas práticas e fazeres propositivo. A esse respeito, Gohn (2010, 23) reflete que a atuação desses movimentos de caráter progressista tem um sentido de desprendimento e busca permanente, pois “[...] atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnóstico sobre uma determinada realidade, constroem propostas e articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”.

As lutas em defesa principalmente da cultura local, neste caso, a dos pescadores artesanais, ajudam na construção de um novo padrão de civilidade orientado para a formação primeira do ser humano e não tão somente em preparar o homem para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente.

Podemos perceber, então, a ligação dos pescadores em movimentos sociais à medida que há uma interação com o uso dos espaços e com os recursos hídricos; a primeira, caracterizada pela falta do pescado e utilização de diversos tipos de apetrechos de pesca, e a segunda, pela implantação dos grandes projetos na Amazônia — nesse caso o da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.⁵ Nesse projeto, houve, sem dúvida, intervenção por parte dos movimentos sociais:

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região Tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação minero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região. (RODRIGUES, 2012, p. 35).

Nesse contexto, os pescadores, colocados diante de um amplo campo de embate, necessitam da politização e da formação de movimentos sociais para discutir questões que envolvem seus espaços de vida, sua moradia, seu trabalho, dentre outros. Destaca-se, enfim, a emergência de um novo personagem social, que é o *pescador artesanal*.

Enquanto o capital pregava o desenvolvimento regional com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, com mudanças na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por aquele e o cotidiano por eles vivido, construía formas opostas de entender a realidade e de nela intervir.

Assim, os pescadores artesanais exerceram, segundo Silva (1988), papel ativo em importantes momentos de luta social no Brasil, como podemos destacar na abolição da escravidão, na revolta dos cabanos e em outros momentos considerados importantes no cenário nacional. A esse respeito, Campos (1984, p. 4) observa que:

[...] foi na Cabanagem onde se visualizou o pescador participando de reações por uma melhoria na qualidade de vida. Os “Cabanos” – como eram chamados os integrantes da Cabanagem – em sua maioria, eram pessoas que moravam em áreas ribeirinhas da Amazônia, estando inseridos neste espaço geográfico, os pescadores. No entanto deve ser lembrado que a Cabanagem não era uma reação genuína dos trabalhadores da pesca, mais um processo onde o objetivo era um projeto maior de conquista social.

Podemos depreender, então, que os movimentos sociais dos pescadores no Brasil, sempre estiveram ligados ao contexto político em que vivenciaram a cada época. A construção da autonomia, como sendo a principal arma desses sujeitos, só foi possível na

⁵ A construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, no Pará, promoveu um desastre ambiental, o aparecimento de doenças, a diminuição do pescado da região e o êxodo dos pescadores para condições de extrema pobreza na zona urbana do município de Cametá, segundo texto da Revista da Z-16 (MMA, 2006).

conjuntura brasileira a partir dos anos 1980, ganhando visibilidade ações importantes como os seminários sobre a pesca artesanal, realizados em Brasília em 1985, e o chamado Movimento de Constituinte da Pesca,⁶ iniciado em fins de 1984 (CARDOSO, 2001, p. 101).

A autonomia para os pescadores era pensar os interesses dos movimentos sociais a partir de planejamentos estratégicos em termos de metas e programas e significava, além do conflito, estabelecer a incorporação de metas para priorizar a construção permanente da cidadania. Percebe-se, também, que novas estratégias foram instituídas, ainda que de forma incipiente, como a articulação de proposta para o setor da pesca em nível nacional.

Vale lembrar que a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Pesca (CPP), foi de fundamental importância para a compreensão ideológica e também a iniciadora da articulação e da mobilização dos pescadores artesanais na realidade contemporânea.

Soma-se a isso a organização dos pescadores no Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), nascido na década de 1970, a partir do Estado de Pernambuco, e que tinha como objetivo a formação e organização de pescadores nas colônias. A característica do MONAPE era procurar uma referência de mobilização, em que, segundo Sztompka, (1998, p. 465), pudesse formar:

Uma coletividade de indivíduos atuando juntos; objetivo comum da ação, uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar; a coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal; as ações tem um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais.

Nesse sentido, o papel primordial do MONAPE esteve ligado à organização da categoria de pescadores artesanais, defesa do meio ambiente, elaboração de propostas de políticas pesqueira, resgate da valorização desses sujeitos, fazendo com que eles tivessem clareza dos problemas de sua realidade e, assim, de forma conjunta, reivindicar melhorias, ao mesmo tempo construindo historicamente outra perspectiva de vida.

A existência desses movimentos, conforme observa Nogueira (2005, p. 78), revelam esforços de reinvenção, caracterizados seja à movimentação social, seja ao campo político-cultural, mais especificamente demarcado pela esquerda e pela democracia, isto é:

[...] a movimentação “alternativa” foi ganhando ímpeto e se alastrando por diferentes países, infiltrando-se como opinião e como incentivo à ação, pelos interstícios da vida contemporânea, a ponto de reivindicar a constituição de uma “sociedade civil” a ela vinculada. (NOGUEIRA, 2005, p. 78).

⁶ A constituinte da pesca é considerada um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes de organização dos pescadores.

A formação dos movimentos sociais contribuiu também para democratização e construção do espaço público no Brasil, à medida que:

[...] as massas se articulam em torno do projeto hegemônico da classe trabalhadora, elas se libertam da condição amorfa e fragmentada em que vivem, elas se tornam o ator coletivo histórico que promove a superação de todo particularismo, estabelecendo, no horizonte socialista, uma nova grandeza ético-política. (COSTA, 2002, p. 41).

Confrontos, embates, lutas braçais em atividades de passeatas foram cedendo lugar para a proposição. Ser propositivo é estabelecer relações de penetração de ideias e, para tanto, há de se efetivar políticas públicas pensadas por esses sujeitos nesses espaços coletivos, sendo necessário formar o que Gramsci (2004) chama de “*intelectuais orgânicos*”, a fim de representar os movimentos nas negociações, nos fóruns, nos debates. Por isso, aumenta cada vez mais o número de militantes que têm adentrado às universidades na busca da sistematização científica dos saberes.

Segundo Bava (1994; 65), a população menos favorecida vê sua exclusão cada vez mais evidente quando discute sua participação nas políticas públicas empreendidas dentro da sociedade — saúde, educação, trabalho, alimentação, segurança, transporte, moradia e outros —, o que aumenta o sentimento de desesperança, pois as expectativas de melhoria de condições de vida tornam-se cada vez mais minimizadas pela lógica do mercado, em que o capital faz com que haja a massificação das relações sociais de pessoas que têm em comum a maximização da situação de miséria e exclusão por conta da indisponibilidade de acesso ao acelerado desenvolvimento tecnológico, que, como um rolo compressor, esmaga todos aqueles que não acompanham seu ritmo desenfreado.

Essa grande parcela da população que aspira participar das decisões políticas com os mesmos direitos e representatividade, para que possam discutir e analisar os problemas, propõe alternativas que atinjam de forma benéfica suas bases sociais, tendo seus direitos garantidos como verdadeiros cidadãos, sendo sujeitos ativos na transformação do espaço de vivência.

Para que haja a participação maciça dentro dos movimentos sociais, faz-se necessário desconstruir um modelo de consciência que, por muito tempo, tem garantido o usufruto do lazer dos detentores dos meios de produção em detrimento do suor da classe trabalhadora.

Porém, o que se busca é uma possibilidade de se criar uma nova realidade diferente desta que está construída sem participação direta daqueles que carregaram os tijolos,

bateram a massa, plantaram as sementes, prepararam o alimento. Para tanto, Bava (1994, p. 61) reafirma que é necessário que a participação política torne-se um exercício constante, voltada para a participação do homem e da mulher, como cidadãos conscientes de seus direitos, e que sejam respeitadas suas diferentes realidades, saberes construídos na prática comunitária de seu cotidiano, rompendo com toda e qualquer forma de discriminação e preconceito.

A concepção central que deve alimentar a luta do homem e da mulher nesses movimentos é o pleno entendimento de que, para atingir a condição de seres sociais usufruindo de forma integral seus direitos, fazendo jus às suas potencialidades diversificadas, deve-se constituir na base das relações entrelaçadas pelo trabalho, e que envolvem seus semelhantes e a própria natureza, da qual utilizam recursos necessários à sua sobrevivência.

Portanto, a ação humana deve tornar-se objeto de reflexão crítica, diante das circunstâncias de vida (problemas, lutas e conquistas), levando a libertação contra a opressão e a exclusão social, no que diz respeito às etnias, ao sexo, à religião, aos gêneros e a outros, com plenos direitos ao trabalho e à dignidade humana. Frei Betto (1994, p. 43) consegue definir muito bem tal anseio quando afirma que:

No momento em que o homem emerge da percepção de vida como mero processo biológico para a percepção da vida como processo biográfico, histórico, ele começa a fazer a sua revolta como um marginal e bandido um potencial de contestação política. Ele começa a situar-se como um ser político.

Podemos afirmar, então, que os movimentos sociais reinventam o processo educativo. As mudanças só acontecem quando os sujeitos tomam consciência de suas situações e resgatam suas capacidades de indignação, e, para isso, a mobilização e a contestação funcionam como “despertadores de consciências”, mostrando as muitas realidades e os fatores em comum, e discutindo possibilidades de mudança.

É nesse sentido que Arroio (2001, p. 185) chama a atenção: “Às vezes estamos tão centrados na escola, temos um escolacentrismo tão grande e pensamos que, se os excluídos não passam pela escola, continuarão na barbárie. Fora da escola não há salvação”.

Por ser a escola primordial para a vida do ser humano, o movimento social busca reeducar a escola e o próprio conhecimento, como observa Arroio (2001, p. 187):

O conhecimento nos humaniza à medida que vamos humanizando-nos. O conhecimento torna-se mais humano, tem outro sentido para nós e para a escola. Somos capazes de entender o verdadeiro sentido até da escola e da teoria pedagógica na medida em que os humanizamos.

Fica evidente, portanto, que a constituição do sujeito passa por um sistema de compreensão ideológica de formação do ser. Esse processo tem como princípio básico a construção coletiva que só se torna possível num contexto de proposta política, isto é, envolve uma visão de mundo, de sociedade que se contrapõe ao que hoje se apresenta como hegemônico. Acerca da hegemonia, Costa (2002, p, 40) afirma que ela:

[...] é conquistada também e até mais propriamente no plano cultural, expressando assim, a capacidade de uma classe específica para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade produzindo consensos em torno de seu projeto político.

Ressignificar sua própria história, procurando elementos de contra-hegemonia, como afirma Gramsci (2004) e proporcionando uma capacidade transformadora dos e pelos próprios sujeitos, é o grande propósito desses movimentos vinculados ao setor da pesca.

Os movimentos dos pescadores artesanais se tornaram forças políticas, na medida em que ampliaram, a partir de um movimento de constituição de sujeitos, sua presença na discussão política e social, presença esta marcada pela responsabilidade, compromisso com a sociedade além do desenvolvimento de diversas identidades, a partir de suas ações e práticas.

Os trabalhadores pertencentes à região do baixo Tocantins, em especial, têm uma participação rica em movimentos sociais, organizacionais e políticos (COSTA, 2003).

Por meio de diversas formas organizativas esses grupos sociais têm participado de uma luta histórica por reconhecimento de direitos, por garantia de medidas compensatórias, que possibilitem a reordenação social dos seus modos de vida, estruturados na relação direta que estabelecem com os rios e com a floresta.

Outra informação relevante alcançada com a pesquisa é que, antes da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, na década de 1970, já existiam as chamadas Sociedades Rurais, que reuniam grupos de agricultores que trabalhavam em mutirões. No início da década de 1990, na região Tocantina, houve uma expressiva mobilização desses trabalhadores por meio de suas organizações (sindicatos de trabalhadores rurais, associações, colônias de pescadores), todos unificados no Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), conseguindo conquistar as primeiras linhas de crédito para a pequena produção familiar, em movimentos que ficaram conhecidos como “Grito do Campo”.⁷

⁷ O Grito do Campo foi um movimento liderado pelos trabalhadores da área rural, que foi desencadeado nos anos 1980. Sua principal reivindicação era uma política agrícola mais justa. O Grito do Campo abriu caminho para inúmeras reivindicações de trabalhadores no Brasil.

Os ribeirinhos,⁸ na avaliação de Costa (2003), são mais organizados e mais fortemente institucionalizados do que os trabalhadores rurais da terra-firme⁹. Tanto é assim que a organização dos movimentos sociais com maior peso político e social em Cametá (e na região do baixo Tocantins) ainda é a Colônia de Pescadores Z-16. Trata-se, segundo ele, da organização sindical que garantiu as maiores conquistas para seus associados nos últimos 10 anos, o que trataremos de forma mais aprofundada no decorrer deste trabalho.

2.3. A CONQUISTA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES

Na Amazônia, a constituição de grupos humanos sempre esteve histórica e intrinsecamente articulada com os ecossistemas territorialmente localizados, processo que alguns autores denominam de “movimento de mútua determinação”.

Por meio de diversas formas organizativas, essas famílias têm participado de uma luta histórica por reconhecimento de direitos, por garantia de medidas que possibilitem a reordenação social dos seus modos de vida, estruturados na relação direta que estabelecem com os rios e com a floresta. Portanto, a percepção local dos pescadores indica as transformações do universo sociocultural em face das mudanças no tempo social e na organização do espaço das reciprocidades das relações homem-natureza.

Nessa perspectiva é que foram criadas pela Marinha, na década de 1920, as colônias de pescadores, com objetivo de reunir pescadores de todo Brasil para atuarem como guias nos labirintos fluviais e para cuidarem dos porões dos grandes navios, tornando-se um instrumento de controle direcionado para fins operacionais.

Silva (1991), ao tratar sobre o processo de criação das colônias de pescadores no Brasil entre os anos de 1919 e 1923, identifica uma dupla estratégia do Estado e do capital para com os pescadores, que eram a de atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e de organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais. Tal situação de organismo de representação dos pescadores e aparelho do

⁸ Entende-se por ribeirinho a população que habita as margens do rio, nas várzeas, composta por comunidades de pescadores. Nas ilhas a vida diária é marcada pelo ritmo das marés. Na maré alta, as casas são totalmente cercadas de água e pode-se sair apenas com canoa. Retirando-se, a maré descobre terras lamacentas sobre as quais cresce naturalmente a palmeira do açai e, em menor escala, o cacau, que com a pesca e a madeira quando permanecem, são os únicos recursos desta população que se qualifica de “extrativista”.

⁹ A população da terra firme compõe a zona rural mais voltada para a agricultura. Na terra firme, as casas são feitas de madeira e geralmente são cercadas de algumas árvores frutíferas. As deslocamentos fazem-se com bicicleta ou a pé para juntar-se à única estrada sobre a qual passa um ônibus diário. As principais culturas são a mandioca e a pimenta, anualmente completadas pelo arroz, pelo milho e pelo feijão em pequena quantidade. A população não tem uma forte tradição agrícola, mas uma prática extrativista, e geralmente consideram a natureza como uma fonte inesgotável de recursos.

Estado, conforme frisado anteriormente, persistiu até 1988, quando o Movimento Constituinte da Pesca, levado a cabo pelos pescadores artesanais e seus organismos de apoio, como a CPP, buscou alcançar a equiparação das colônias aos estatutos dos sindicatos, através da promulgação do artigo 8º da atual Constituição Federal. Esse momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca.

É nesse mesmo contexto histórico que é fundada, pela capitania dos portos do Pará e Amapá, em junho de 1923, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, com objetivo de servir aos interesses do Estado. Durante muito tempo essa colônia, que passou a representar a categoria dos pescadores, permaneceu subordinada ao Ministério da Marinha (consideradas reservas), e seus integrantes eram obrigados a prestar serviços gratuitos a ela, tais como: guiar navios no labirinto fluvial amazônico, devido ao conhecimento marítimo que os pescadores possuíam, e pescar para alimentar a tropa da armada.

A partir da década de 1940, a subordinação das colônias de pescadores passou para o Ministério da Agricultura, que, entre outras coisas, estabeleceu o estatuto único para todas as colônias do Brasil, como se fosse uniforme a diferente realidade da pesca nas variadas regiões brasileiras. Desse modo, ao invés da subordinação aos militares, as colônias passaram a servir aos interesses de políticos e, por conseguinte, das elites locais.

Em Cametá, não era diferente. A partir de 1982, com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cametá passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, por meio de visitas às comunidades ribeirinhas, encontros, reuniões e cursos. A importância da Igreja Católica nesse processo de conquista foi fundamental e é expressa, com muita propriedade, por Diegues (1995; 130), ao relatar que:

Um fato novo nesse período foi o surgimento da Pastoral dos Pescadores, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Com a intervenção da Pastoral dos Pescadores, o escopo das lutas foi ampliado, abrangendo temas como a representação democrática, a comercialização, a aposentadoria e a previdência social.

Pode-se dizer que, hoje, a representação política dos pescadores artesanais é dada principalmente pelas colônias de pescadores. O trabalho atual das colônias passa pela busca pelos direitos constitucionais (auxílio-maternidade, auxílio-reclusão, aposentadoria por idade, seguro-defeso), bem como pela formação de lideranças sociais no sentido de ocupar cargos políticos representativos nas diferentes instâncias, destacando ainda que isso se dê por um processo de apropriação educacional e ambiental desses trabalhadores.

No caso mais específico desse estudo, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, criada na década de 1920, só agora nesses últimos tempos (início do século XXI) tem se articulado como exemplo de demonstração política, resistindo aos desafios de diversas naturezas, demonstrando ações práticas nas discussões sociais, materializando os direitos sociais dos trabalhadores no que tange à busca pela efetivação de políticas voltadas para os pescadores artesanais.

Um bom exemplo desta atuação da Colônia são os projetos que esta entidade vem desenvolvendo, entre os quais se destacam: “Projeto Pescando o Saber” (projeto de formação na área de informática para os filhos de pescadores); “Projeto Pescador Transformador”, que é um cursinho pré-vestibular, também voltado aos pescadores, no sentido de possibilitar o ingresso no nível superior; “Projeto de Gestão e Uso Compartilhado dos Recursos Pesqueiros”, que desenvolve ação educativa junto aos pescadores para o uso do rio, levando em consideração que esse espaço é que dá sentido à existência desse pescador. A colônia trata ainda do seguro-defeso, que foi criado devido à institucionalização e regularização da atividade de pesca como exercício profissional, o que possibilita ao pescador, quando cadastrado há mais de três anos, receber esse benefício por ocasião do período de proibição da pesca (período de reprodução), que vai de novembro a fevereiro de cada ano. Sobre a atuação política desses trabalhadores, Martins (2010) afirma que:

[...] os trabalhadores da Colônia Z-16 têm desenvolvido ações que proporcionam a construção de seus saberes a partir de seus trabalhos e de suas lutas. Em outras palavras, esses sujeitos aprendem nas relações sociais, a partir de seus trabalhos, que possibilitam compreender, discutir, analisar e propor alternativas de melhores condições de trabalho e vida.

A Colônia Z-16 de Cametá, a partir dessas ações, se tornou um espaço de construção de relações, onde os trabalhadores podem se articular em seu ofício, onde vivenciam e realizam suas ações, registros históricos dos saberes desses sujeitos, numa direção conjunta.

Ainda existe em muitas regiões — como é o caso da do baixo Tocantins — a formação de associações de pesca ou grupos de pescadores de cunho duvidoso, muitas vezes “criadas” com fins eleitoreiros e que buscam espaços de representação junto ao Estado. Essas associações e grupos não possuem raízes comunitárias de formação e não mantêm o valor da origem pesqueira como um importante laço de união; ou seja, são organizados mecanismos para a busca do seguro-defeso, via associações que não têm nenhuma política de benefício ao segurado, para conseguir tal benefício o trabalhador se presta, muitas vezes, a pagar por serviços inexistentes ou não realizáveis.

É preciso reafirmar que, ao falar da história de luta desses trabalhadores, estou me referindo ao homem concreto, real e histórico, com sua atividade prática e material, o pescador. Dessa forma, não comungo e me afasto do homem genérico, assim como do pescador genérico, a fim de evitar equívocos que incorrem quando alguns representantes do capital se referem aos “pescadores” como se fossem todos iguais.

Portanto, os movimentos sociais aqui citados se tornaram forças motrizes, na medida em que ampliam sua presença na discussão política e social, presença esta marcada pela responsabilidade, pelo compromisso com a sociedade, além do desenvolvimento de diversas identidades, a partir de suas ações e práticas. Entendem a sociedade por meio de várias análises, compreendem que a sociedade é dinâmica e, ao mesmo tempo, plural, e onde não prevalece uma única teoria social.

Por intermédio desses acontecimentos, vale lembrar que o Estado brasileiro passou a ter um reconhecimento dos pescadores como uma categoria a partir do início do século XX, quando se estabeleceram as relações oficiais e com a designação de órgãos públicos para tratarem do tema.

A evolução dessa representação, segundo os estudos de Cotrim (2008), pode ser apreendida na seguinte ordem cronológica: na década de 1920, o Ministério da Marinha era órgão do Estado responsável pela organização da pesca no Brasil; em 1967, durante o governo militar, a pesca estava submetida ao Ministério da Agricultura, no qual foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) — ainda nesse período foram criadas as normas do exercício da pesca, que são válidas até hoje (Decreto Lei 221/67); em 1989, foi criado o IBAMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, para onde migrou a pesca; em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e, no dia 29 de junho de 2009, Dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país, onde, atualmente, se encontra a gestão estatal da pesca.

CAPÍTULO III – O SENTIDO DO TRABALHO PARA O PESCADOR ARTESANAL

3.1. O SENTIDO DA PESCA ARTESANAL: O TRABALHO COMO FUNDANTE DO SOCIAL

Discutir a importância do trabalho para o pescador artesanal requer uma análise que contemple espaços formativos da dinâmica que envolve esses trabalhadores. Busquei, nesse sentido, aprofundar a compreensão acerca do processo constitutivo do pescador artesanal como resultante do seu trabalho, isto é, o trabalho enquanto elemento formador da consciência do sujeito, e este como responsável direto pela produção social da natureza. Ora, de acordo com Molon (2003, p. 56), a constituição do homem acontece dialeticamente pelo trabalho, no qual a consciência possui gênese e natureza social e a atividade humana é sempre uma atividade mediada socialmente e produtora de significados. Já Saviani (1989, p. 152) acrescenta que Trabalho e Educação são atividades especificamente humanas; isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, o ser humano, e em particular o pescador artesanal, pelo trabalho, ao transformar a natureza imprimi nesta uma dimensão humana.

Podemos dizer ainda que, pelo trabalho, ocorre a passagem do biológico ao social, vinculando o natural ao humano-cultural. Por isso, esse trabalhador não só se adapta à natureza, mas a transforma e, ao transformá-la, transforma a si mesmo, pois tem a capacidade de criar o mundo da cultura por meio dos instrumentos de trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1982, p. 297).

Por meio do trabalho acontece uma dupla produção: a produção dos objetos culturais e a produção do próprio homem, consoante a ideia de Rodrigues (2005, p. 21):

O homem não nasce pronto e acabado, mas constrói seus saberes num conjunto de relação, intermediada pelo trabalho e, nessa relação, educa-se. O homem é, para Gramsci, uma série de relações ativas que humaniza e se transforma através de sua atividade natural e social. Essa transformação é coletiva e se dá através do trabalho na existência humana. A existência do homem possibilita agir, pensar, criar. São essas ações que o homem utiliza para construir seu saber. As atividades práticas intermediadas pelo trabalho exigem transformações que requerem, por sua vez, um objetivo a realizar.

A atividade humana caracteriza-se, então, tanto pela reprodução ou repetição de algo já existente quanto pela criatividade, pela capacidade de imaginar, criar, combinar novas situações. Sendo o trabalho e a educação atributos do homem, o pescador artesanal não se limita a adaptar-se às condições estabelecidas pelo meio ambiente, pois o trabalho do pescador constitui um leque de significados que precisam ser revistos por meio do processo educativo à luz da teoria crítica e do materialismo histórico-dialético.

Acredito ser possível, ao deter-se nos processos de trabalho como produção histórica, buscar as formas de resistência da pesca artesanal, mesmo no contexto capitalista.¹⁰

Dessa maneira, o pescador artesanal, por intermédio de seu trabalho, foi criando as condições de um distanciamento do seu próprio objeto, graças ao caráter social de sua atividade produtiva. Isto é, além de pescar, foi criando a arte da pescaria, produzindo as técnicas, as diferentes formas de redes de pesca, alternativas econômicas e organizacionais, ao mesmo tempo, em que vai descobrindo o funcionamento das marés, os movimentos da lua e se apropriando de elementos da natureza. Com isso minimamente solucionado, ele aperfeiçoa suas embarcações, melhora suas casas, práticas sociais que simbolizam e se comunicam com seu trabalho, o qual é, segundo Engels (1952, p. 3):

[...] a fonte de toda riqueza. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que Isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Se, num primeiro momento, o trabalho dos pescadores historicamente era composto por uma atividade apenas de captura, então seu imaginário e seus símbolos estavam ligados provavelmente ao pescar para comer e alimentar suas famílias. Isso exigia uma determinada arte de pesca, ou seja, redes e apetrechos adequados a uma quantidade suficiente para um grupo social reduzido, mesmo que a organização não fosse por famílias, mas sim por comunidades.

Vázques (1978), ao afirmar que “o ser humano é tão mais rico quanto maior for sua riqueza de relações”, reflete acerca das múltiplas formas de apropriação da natureza, que produziria uma riqueza proporcional às necessidades do ser humano pleno, pois, no capitalismo, o homem se reduz ao problema do sustento, renuncia às suas necessidades

¹⁰ Sobre o processo histórico de constituição do trabalho, Engels (1952, p. 9) descreve que: “O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados”.

humanas em favor da busca pelo trabalho alienado e, conseqüentemente, pelo dinheiro para sua sobrevivência.

Entendo que o trabalho, no que se refere à produção de bens úteis materiais e simbólicos ou à criação de valores de uso, é condição indispensável à vida dos seres humanos em relação aos outros. Sobre essa ótica, o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. Por isso, o trabalho é humanamente indispensável ao homem desde sempre, criador de valor de uso, imprescindível à reprodução da vida.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1996, p. 303).

Para entender a dimensão criadora de vida do trabalho e as formas históricas que ele tem assumido, Frigotto (2010) considera que é crucial responder não à pergunta genérica: “o que é ser humano?”, mas sim: “como se produzem socialmente os seres humanos?”. É possível perceber na compreensão histórica fundamental que temos do ser humano por uma tripla dimensão: é individualidade, sendo; é natureza, constituindo e dependente de ar, água, comida, ferro, cálcio, vitaminas, sais etc.; e é ser social, produzindo sua individualidade e natureza em relação aos demais seres humanos. A individualidade que possuímos e a natureza que desenvolvemos (nutridos, subnutridos, abrigados, sem-terra, etc.) estão subordinadas ou resultam de determinadas relações sociais que os seres humanos assumem historicamente (GRAMSCI, 1978).

Diferentemente do animal, que é programado por sua natureza e, por isso, projeta ou modifica suas condições de vida, adaptando-se e respondendo instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência (LUKÁCS, 1978).

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. (MARX, 1978, p. 298).

A partir dessa elementar constatação, Max destaca uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, como decorrência dessa compreensão, princípio educativo.

O trabalhador, como criador de variedades uso, como trabalhador útil, e indispensável á existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982, p. 50).

Nesse sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo de necessidade e trabalho como mundo de liberdade. Segundo ele, o primeiro está subordinado às necessidades imperativas do ser humano, considerado em sua condição de ser histórico-natural, que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas — que, por sua vez, estabelecem relativa variação histórica — que o ser humano pode fruir do trabalho mais especificamente humano — trabalho criativo e livre ou trabalho não delimitado pelo reino da necessidade:

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. (ENGELS, 1999, p. 4)

Concebemos a atividade humana na perspectiva da abordagem sócio-histórica, defendida por Vygotsky (ano), cuja inspiração está em Marx no conceito de trabalho social, o qual apresenta dois sentidos: o primeiro, decorrente das análises da economia política, concebido por ele como atividade alienada e alienante do trabalhador que vive historicamente sob o regime da propriedade privada dos meios de produção; o segundo, como atividade humana criadora decorrente da análise filosófico-política que Marx faz em *O Capital* (PINO, 2006).

O trabalho constitui-se, para Frigotto (2010), em elemento criador da vida humana, em um dever e em um direito. Um dever a ser aprendido e socializado desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano — como ser natural — necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais e socioculturais, adjacentes na vida diária de pescador artesanal.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a

existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 1989, p. 154).

Por outro lado, podemos perceber que o trabalho e a propriedade dos bens do mundo também são um direito, pois é por eles que os indivíduos podem criar, recriar e produzir permanentemente sua existência. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma capitalista de trabalho alienado, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida.

Desde o século XVIII, em quase todas as sociedades, o trabalho vem sendo regulado pelas relações sociais capitalistas. Trata-se de um modo de produção social da exigência humana que foi se estruturando em contraposição ao modo de produção feudal e que se caracteriza pela acumulação de capital, mediante o surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para constituir-se, todavia necessitava — além do surgimento da propriedade privada — da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor duplamente de trabalhadores, ou seja, de não proprietários de meios de instrumentos de produção e tampouco de propriedade de senhores ou donos.

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: os periféricos — trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca com o fim de gerar mais lucros ou mais capital. Por isso, era preciso abolir a escravidão especialíssima, pois é a única capaz de incorporar um valor maior às demais mercadorias que coletivamente produz.

O trabalho assalariado passa a ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a cumulação e a riqueza de poucos, mediante a exploração e a alienação do trabalhador. Mas com a abolição da escravidão — que é em si algo positivo — a classe capitalista pôde construir ideologicamente uma positividade ao trabalho, explorando, e um critério de julgamento moral. Pessoa confiável é aquela que não é vadia, que trabalha e que não fica à toa. A afirmação do trabalho como algo nobre e positivo é fundamental à nova ordem social capitalista. Trata-se de uma maneira de forçar o trabalhador a empregar-se e a submeter-se à exploração e à alienação.

Esse processo de alienação faz com que o salário recebido pelo trabalhador no fim de semana ou do mês represente apenas parte do tempo pago pelo que produziu de bens ou serviços, a outra parte fica com quem empregou o trabalhador. Parte de seu esforço, que tem como resultado mercadorias ou serviços, é então alienada, ou seja, é apropriado pelo empregador (mais valia). O que mascara essa exposição é sua legalização pelo contrato de trabalho.

A mais-valia é sua propriedade, ela jamais pertenceu a outro. Se a adianta para a produção, ele faz, exatamente como no dia em que pela primeira vez pisou no mercado, adiantamentos de seu próprio fundo. Que, dessa vez, esse fundo se origina do trabalho não-pago de seus trabalhadores, não altera absolutamente nada na coisa. Se o trabalhador B é ocupado com a mais-valia que o trabalhador A produziu, então, primeiro, A forneceu essa mais-valia sem que se tenha deduzido um real do justo preço de sua mercadoria, e, segundo, B não tem absolutamente nada a ver com esse negócio. O que B exige e tem direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho. (MARX, 1996, p. 219)

A ideologia dominante passa a ideia de que, ao assinarem um contrato, patrão e trabalhador o fazem igualmente livres e nas mesmas condições. Na verdade, a situação do patrão, comprador de força de trabalho, e a do trabalhador, vendedor de sua força de trabalho, configurem uma relação de classe profundamente desigual. Nesse sentido, o contrato de trabalho, sob o capitalismo, é uma legislação da desigualdade ou uma exploração legalizada. O grau de exploração varia de país para país ou de região para região, fundamentalmente, de acordo com a organização dos trabalhadores que lutam por leis que lhes garantam direitos e com o maior ou menor número de trabalhadores que buscam trabalho. Em tempos de desemprego estrutural, como o que vivemos atualmente, aumenta também a exploração e a perda de direitos conquistados.

As grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são condicionadas por três circunstâncias: 1) a extensão da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou sua grandeza intensiva, de modo que determinado quantum de trabalho é despendido em determinado tempo; 3) finalmente, a força produtiva do trabalho, de tal forma que segundo o grau de desenvolvimento das condições de produção o mesmo quantum de trabalho fornece no mesmo tempo um quantum maior ou menor de produto. Combinações muito diferentes são evidentemente possíveis, conforme um dos três fatores seja constante e dois sejam variáveis, ou dois fatores constantes e um variável, ou, por fim, os três sejam simultaneamente variáveis. Essas combinações são ainda multiplicadas pelo fato de que, com variação simultânea de diferentes fatores, a grandeza e a direção da variação podem ser diferentes. (MARX, 1996, p. 147).

Em sociedades nas quais os trabalhadores estão mais organizados em sindicatos ou partidos não se eliminou a exploração do trabalho, mas tornou-se menor. Grande parte dos

países europeus tem, hoje, salário mínimo equivalente a cerca de mil dólares. No Brasil, o salário mínimo não atinge 270 dólares. Ampla literatura nos mostra as lutas da classe trabalhadora em defesa de seus direitos e como estes são atingidos em tempos de crise. O período entre o final do século XIX e início do XX, como nos mostra o historiador Eric Hobsbawm (1995), foi marcado por revoltas, lutas e guerras; na primeira metade do século XX, duas guerras mundiais e revoluções socialistas de 1917.

Portanto, o trabalho, enquanto atividade criadora para os pescadores artesanais, se estabelece em uma relação entre os fenômenos naturais e o outro. Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu conhecimento e na utilização dos seus instrumentos de trabalho em momentos precisos. O objeto da ação do seu trabalho não é estático e exige um saber-fazer sobre um meio em constante movimento e transformação. A formação da identidade desse trabalhador é resultante de uma relação de troca com a natureza, onde a reciprocidade é o princípio organizador do seu trabalho.

3.2. SABERES TRADICIONAIS E NOVOS SABERES: UMA CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO

Dialogar sobre o saber do pescador artesanal na trajetória de vida a partir do trabalho significa entender que os chamados saberes tradicionais foram criados nas estreitas relações entre o homem e a natureza. Dessa relação, é que nascem os saberes necessários para a inserção do homem na sociedade, pois estabelecem novas possibilidades de trabalhos que advêm da transformação do próprio sujeito a partir das relações sociais.

São conhecimentos transmitidos das gerações mais experientes para as mais jovens, principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano (MORAES, 2005). À medida que o homem amazônico se vê diante de fenômenos e situações particulares, ele desenvolve um conjunto de representações e significações que lhes permitam enfrentar as diversas situações que se apresentam em seu cotidiano, criando sempre novas formas de trabalho.

No contexto em que esta pesquisa se encaixa, a tradição é interpretada como algo em movimento, dinâmico, um conhecimento inveterado transmitido de geração a geração, pois o saber tradicional dos pescadores artesanais é cumulativo, ou melhor, ele é produzido por gerações sucessivas e evolui a cada passagem; é empírico, pois se confronta com o teste da experiência diária, com a “ida” a campo, e é dinâmico, uma vez que se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas.

Devido à vida que levam, ao conhecimento acumulado e à educação que recebem desde pequenos, os pescadores conhecem também os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza, tendo, na maioria das vezes, como condição de sua reprodução, a manutenção do equilíbrio ambiental.

Os saberes tradicionais são, com frequência, desvalorizados também pela comunidade científica, por estarem localizados, segundo Allut (2000), na parte mais baixa da “árvore do saber”, no que diz respeito à formação que os pescadores possuem. Nesse pensamento, os pescadores não geram conhecimento confiável, porque não receberam a instrução necessária para isso, ou seja, não frequentaram escolas, nem universidades para o ensino dessas habilidades. Então não seria possível que esses saberes tivessem valor de verdade, uma vez que não derivariam do método científico.

Os conhecimentos tradicionais que os pescadores artesanais trazem em sua “bagagem” profissional são, dentro de seu lócus, muito importantes do ponto de vista da contribuição para a conservação da natureza, uma vez que esses saberes são construídos pela observação constante do ambiente em que vivem. Logo, o conjunto de saberes teóricos e práticos que os pescadores artesanais possuem sobre o comportamento, a reprodução e os hábitos da vida que levam, do trabalho que executam, assim como os ciclos naturais, oferece uma rica fonte de informações de como manejar, conservar e utilizar os recursos pesqueiros de uma maneira sustentável. Tratar, portanto, desses conhecimentos dentro da perspectiva da importância das tradições, conforme a dimensão que assumem atualmente os problemas socioambientais, demonstra o quanto é necessário o surgimento de novos caminhos para a sociedade. Caminhos estes que devem ser compreendidos à luz de uma nova sensibilidade e de uma nova racionalidade acerca da natureza.

Os saberes, nesse contexto, são vistos como insuficientes, pois foram construídos com base em um empirismo ingênuo, resultante somente de percepções causais elaboradas sem controle no processo de observação. Negam, com isso, a relação secular que os pescadores têm com o ambiente marítimo e também todo o rico e detalhado conhecimento acumulado ao longo de várias gerações. Para Castro (2000), esses conhecimentos devem, sim, ser priorizados, objetivando valorizar os recursos naturais para poderem controlar e racionalizar seus usos sob padrões ocidentais de sustentabilidade.

Cada um busca em seu âmbito objetivo semelhante: oferecer certo controle da natureza, no primeiro caso, na forma de explicações causais, marcadas por teorias complexas de médio e longo alcance e, no segundo caso, recorrendo a outras estratégias explicativas que

necessitam de interpretação rápida, a fim de possibilitar a tomada de decisões objetivas e pontuais. Com isso,

Não se nega a importância dos saberes dos pescadores como elemento de fortalecimento de uma identidade classe, mas sim a realidade socioeconômica que inviabiliza a atividade laboral do pescador, impedindo-lhe que se constitua sujeito de uma práxis produtiva definidora também de classe. (RODRIGUES, 2012, p. 160).

Os saberes dos pescadores nesse novo cenário vislumbram, portanto, dois sentidos:

- a) é um saber dado no movimento da pesca, que se aprende no convívio familiar e cuja dinâmica se expressa nas práticas artesanais, nos conhecimentos da natureza, em um caráter transgeracional, em que as concepções e crenças são passadas por meio das gerações familiares (MALDONADO, 1986), fornecendo a base da convivência dos pescadores artesanais entre si e com o seu ambiente.

Através do seu conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir famílias, de organizar o trabalho. (MALDONADO, 1986, p. 7).

- b) está relacionado à tendência para diminuição do número de pescadores artesanais ameaçando a continuidade da pesca artesanal pelas futuras gerações, pelo fato de a sustentabilidade econômica, ou seja, a pesca artesanal não ser capaz de manter por si só o homem do mar em seu local de morada.

Sendo assim, temos uma contradição no que se refere ao trabalho e, por conseguinte, à educação no contexto dos pescadores artesanais, pois, ao mesmo tempo em que o saber é transmitido maioria das vezes de pai para filho, esses pais não desejam que seus filhos reproduzam esta cultura. Torna-se preponderante, então, buscar compreender que variáveis estariam ocasionando tais ambivalências.

No que tange à primeira questão, segundo Costa (2004, p. 257), o saber familiar e a dependência dos recursos naturais levam a crer que a atividade da pesca artesanal se dá de forma exclusiva como prática de subsistência. Com relação à segunda proposição, o desejo dos pais de mudança da atividade pesqueira para os seus filhos ocorre pela falta de acesso aos bens sociais e de políticas públicas centradas com ênfase maior nos centros urbanos.

Podemos considerar que as comunidades de pescadores construíram um repertório de conhecimentos sobre os produtos dos rios e da mata, como peixes, camarão, açaí, ervas, madeira, palhas, frutas, que, por meio dos seus saberes, têm garantido usos múltiplos desses recursos, utilizados tanto na sua dieta alimentar e no tratamento de suas doenças, quanto na fabricação de objetos domésticos e de apetrechos de pesca, na construção de suas moradias e na comercialização de pequenos excedentes.

O rio e a terra são compreendidos não só como espaço de trabalho, mas também de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária e de educação. Essas representações estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, constroem, ampliam ou reconstroem saberes que têm garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

CAPÍTULO 4 – ACORDOS DE PESCA: UMA ALTERNATIVA ECONÔMICA E ORGANIZACIONAL

4.1. OS ACORDOS DE PESCA E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

A politização dos pescadores instrumentalizados em suas manifestações ao longo dos últimos anos tem sido acompanhada de uma maior visibilidade destes sujeitos sociais como agentes políticos em luta por melhores condições de trabalho, moradia, saúde e pela valorização de seu saber. Assim, segundo Saviani (1989, p. 154), diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si, agindo sobre ela e transformando-a e, em última instância, ajustando a natureza às suas necessidades:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a *produzir* seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (Marx & Engels, 1974, p. 19).

Por conseguinte, ao propor uma discussão sobre acordos de pesca, inicia-se, sem dúvida, um debate sobre o meio ambiente. Assim, diante da crise socioambiental, a Educação Ambiental surge como proposta para enfrentar esta conjuntura, demandando um processo educativo que direcione para o contexto em que vive a comunidade, promovendo mudanças nas suas formas de organizações e mobilizações, e gerando processos participativos.

Os pescadores artesanais, dentro da lógica do “ir além, fazendo com que nossas ações se traduzam em escolhas e atitudes claras e em efeitos coletivos e sociais” (LOUREIRO, 2004, p. 48), vêm buscando potencializar o processo de vivência na construção de sonhos possíveis no contexto dos acordos de pesca.

A articulação com outros setores para a reformulação dos instrumentos de gestão da pesca, pela incorporação da pesca de pequena escala como escopo das políticas para o setor, para que seja cumprida a legislação ambiental e para encaminhamento de denúncias e lutas, entre outros aspectos, apontam não só para os conflitos presentes na atividade pesqueira como também a importância do que convencionou tratar de pesca artesanal, convergindo para novas práticas e estratégias de preservação dos recursos naturais.

O processo educativo deve impulsionar, sem dúvida, a necessidade de interesse coletivo, interrogando práticas desafiadoras, questionando situações de exploração por meio do esforço permanente de construção de alternativas econômicas e sociais.

É plausível acreditar que uma educação conscientizadora possa desencadear um processo para libertação do ser humano, tal como Freire (1996) acreditava, entretanto, deve-se compreender que a emancipação do ser humano envolve a inter-relação dos fatores políticos, sociais e educacionais. Não se pode esquecer ainda que a educação possui, de acordo com Freire (1996), uma função utópica, entendida como um processo de autorreflexão das contradições do presente e reflexão crítica do futuro.

O compromisso que se apresenta, dessa forma, à Educação Ambiental é o da denúncia do modelo da racionalidade econômica e o anúncio da possibilidade alternativa que permita construir um modelo capaz de ser integrado à gestão coletiva a que estão sugerindo os pescadores através dos acordos de pesca.

Esta importância se baseia na adoção de técnicas de captura de maior seletividade e de menor escala de depredação, podendo ser considerada menos impactante ao ambiente explorado, pois a pesca extrativa, que consiste em um processo de apropriação da natureza pelo trabalho humano, apresenta uma forte dependência dos processos naturais.

Além do aparato tecnológico e da aproximação com o objeto de trabalho, a pesca artesanal pressupõe o conhecimento de alguns fenômenos naturais, tais como o conhecimento de ventos, águas, marés, fundos, correntes, comportamento de cardumes e uma série de outros processos, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação desses conhecimentos.

O conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e fornecem elementos para a ação dos pescadores frente às questões ambientais tornando importante a contribuição do conhecimento dos pescadores na definição das políticas para o setor, aliando ao saber produzido na esfera das ciências que tem por objeto a atividade pesqueira.

À medida que o homem foi se distanciando da natureza e passou a encará-la como uma gama de recursos naturais disponíveis a serem transformados em bens consumíveis, começaram a surgir problemas socioambientais e a ameaça da sobrevivência no nosso planeta. A Educação Ambiental surgiu então como uma necessidade de mudança na forma de encarar o papel do homem no mundo, uma vez que parte da sensibilização para conscientizar os indivíduos sobre suas atitudes em relação ao meio em que vivem.

Para que se possa compreender a Educação Ambiental em um contexto mais amplo, que englobe o seu caráter não só biológico e social, mas cultural, político e histórico, é

necessário primeiramente entendermos as relações da natureza com o homem e a sociedade, uma vez que essas relações indicam caminhos diferentes para pensar a educação ambiental.

A compreensão dessas relações implica no entendimento de representações diferenciadas acerca do meio ambiente, que se caracterizam, segundo Tozoni-Reis (2004, p. 33), por “três concepções distintas e tendenciais da relação homem-natureza: aquelas que consideram pressuposto básico o sujeito natural, o sujeito cognoscente ou o sujeito histórico”.

A primeira concepção diz respeito às ideias de que o homem deve se submeter às leis da natureza, uma vez que ele é apenas mais um elemento presente nela. Percebe-se que esta é uma visão bastante romantizada, idílica, onde, para se voltar ao equilíbrio ambiental, deve-se voltar ao equilíbrio natural; o homem é um perturbador, dominador da natureza. A humanidade domestica, domina e se apropria de seus recursos; qualquer intervenção humana é intrinsecamente negativa, sendo que todas as vezes que o homem se volta para a natureza tem a intenção de tirar algum proveito em seu próprio benefício. Essa representação se caracteriza como o *sujeito natural*, e, em muitas ciências, ainda hoje, prevalece pensamento. Essa representação se caracteriza como o *sujeito natural*, e em muitas ciências, ainda hoje, prevalece esse pensamento.

Na representação do *sujeito cognoscente*, aponta-se a falta de conhecimentos sobre as leis da natureza como sendo a causadora dos problemas ambientais. Aqui a natureza não é intocável, mas deve ser usada racionalmente, e, portanto, a degradação ambiental pode ser amenizada pelo avanço dos conhecimentos técnico-científicos adquiridos pelo homem.

O conhecimento é o mediador da relação homem-natureza e deve ser transmitido através da educação, e a partir dessa conscientização garantir que o homem haja como fiscalizador da natureza. É uma representação que percebe essa mediação como mecânica, ou seja, basta conhecer para preservar, “saber usar (conhecimentos técnicos e científicos), para poder usar mais e sempre, mas sempre usar” (TOZONI-REIS, 2004, p. 34).

O conhecimento sobre a natureza é fundamental, mas essa tendência nega a forma do uso desse conhecimento pelos diferentes indivíduos, que muitas vezes utilizam esses saberes para poderem se aproveitar mais dos recursos naturais.

A terceira tendência vê a relação homem-natureza construída a partir das relações sociais, portanto histórica e social, conceituada como uma relação não mais entre o homem e a natureza, mas entre a sociedade e a natureza. Nessa relação sociedade-natureza a história e a cultura são mediadoras, e as consequências das ações do homem são historicamente determinadas.

Nessa concepção, denominada *sujeito social*, os determinantes dos problemas ambientais são a política, a economia e a cultura capitalista, que têm papel fundamental no processo de degradação do meio ambiente, uma vez que esse modelo econômico produz cada vez mais necessidades (ou desejos?) e, conseqüentemente, mais meios para satisfazê-las, utilizando os recursos naturais. A conscientização ambiental entra aqui como um processo de reflexão histórica, articulando conhecimentos e valores para a transformação da relação homem-natureza-sociedade.

O meio ambiente se gera e se constrói no processo histórico das inter-relações entre sociedade e natureza, portanto a compreensão dessas relações deve ser mediada pelos estilos de desenvolvimento vigentes. A mentalidade consumidora gerada pelo modelo econômico vigente é, nessa concepção, a causa imediata dos problemas ambientais, uma vez que o que se valoriza não é o “ser”, mas sim o “ter”. Produz-se nos indivíduos o espírito consumista, onde a prioridade é adquirir coisas desnecessárias, sem que haja a real necessidade.

A separação entre o homem e a natureza reflete-se em toda produção humana, em particular no conhecimento produzido pelo modelo de desenvolvimento da nossa sociedade. A fragmentação do saber, ou seja, as especializações do conhecimento aprofundou a compreensão das partes. Mas o meio ambiente é, em primeiro lugar, uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar, que possibilite uma visão holística da realidade, que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente em que se vive.

A interdisciplinaridade tem sido apontada como exigência da Educação Ambiental, também sendo apresentada como uma perspectiva de abordagem importante para o enriquecimento da compreensão da dinâmica homem natureza, pressupondo o diálogo entre os diversos saberes, ou seja, a Educação Ambiental coloca a necessidade de ampliar o diálogo entre o homem e a natureza e dos homens entre si, e, além disso, uma prática dos conhecimentos das ciências e a integração de um conjunto de saberes não acadêmicos. É preciso, de acordo com Leff (2001), um novo diálogo que englobe a tradição e a modernidade, implicando um processo de hibridação cultural, onde se valorizem saberes populares produzidos por diferentes culturas.

4.2. A LEGISLAÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA E O SIGNIFICADO PARA AS COMUNIDADES RIBEIRINHAS

O surgimento dos acordos de pesca na Amazônia demonstra que os grupos usuários são agentes ativos que se relacionam com o recurso, entre si, e com o sistema externo, e respondem de acordo com os padrões de oportunidades e limites ambientais (ecológicos, sociais e econômicos). Como o ambiente de várzea é heterogêneo e dinâmico em todas estas dimensões, os acordos de pesca devem ser analisados como uma instituição igualmente dinâmica, com resultados variados, segundo as características ecológicas e sociais de cada caso. Para entender a legislação relacionada aos acordos, em primeiro lugar, é necessário retomar ainda que de forma sistêmica uma descrição destes pescadores, destacando-os em suas características mais essenciais e que os diferenciam dos outros tipos de pescadores.

Os pescadores artesanais se caracterizam, principalmente, pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção, produzindo com equipes de trabalho formadas por relações de parentesco e compadrio, sem vínculo empregatício entre a tripulação e o mestre dos barcos. A produção é, em parte, consumida pela família e, em parte, comercializada, sendo a pesca baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício (MALDONADO, 1986). O processo de manejo sustentável nas áreas de várzea deve levar em conta, segundo McGrath (2007, p. 25), algumas premissas básicas:

- a) A diversidade de ambientes na várzea (solo, cobertura florestal e recursos hídricos).
- b) O respeito à estratégia de apossamento e uso diversificado dos recursos naturais da economia familiar e comunitária, o que envolve: agricultura, pesca, extrativismo florestal, criação de pequenos animais domésticos, pecuária e caça de subsistência.
- c) As regras internas de uso dos recursos naturais, as quais não podem contrariar a legislação ambiental em vigor; parte da legislação ambiental que regula o manejo precisa ser revista para conciliar os princípios básicos da organização coletiva e de manejo de recursos locais.
- d) As regras do plano de manejo devem ser flexíveis e revistas periodicamente para se adequarem à realidade socioambiental.

- e) A complexidade do empreendimento deve ser compatível com a capacidade organizacional do grupo comunitário responsável pelo projeto, e seu desenvolvimento deve acompanhar o desenvolvimento da capacidade do grupo.
- f) Em sistemas de cogestão é essencial que o governo conceda às comunidades o poder de definir as regras do sistema, mecanismos para arrecadar fundos para custear as despesas com o sistema de manejo e o direito de excluir pessoas que não são membros do grupo responsável pelo sistema de manejo e, portanto, não contribuem para a manutenção do sistema.
- g) Devem ser revistas as normas administrativas de manejo, com o intuito de estimular o manejo integral e a não regulamentação das atividades estanques, ou seja, unificar em um único processo as normas administrativas que regulam o manejo florestal e o desmatamento no imóvel rural na Amazônia brasileira.
- h) O objetivo principal da proteção ambiental, ou seja, do manejo comunitário, deve ser a *manutenção dos serviços ecológicos dos recursos naturais*.

Muitas medidas de regulamentação das atividades pesqueiras foram implementadas na Amazônia, primeiramente através da SUDEPE, criada em 1962, e extinta em 1988, e depois pelo IBAMA (FREITAS, 2002, p. 229). Desde os anos 1970, ocorrem nos Estados do Pará e do Amazonas sérios conflitos relacionados ao aproveitamento pesqueiro (HARTMANN, 2001, p. 12). Têm-se notícias da celebração dos primeiros acordos comunitários de pesca nessa mesma época, segundo dados do IBAMA (AZEVEDO, 2004, p. 57). Nesse período, os acordos de pesca eram realizados por lideranças da própria comunidade sem a necessidade de serem legalizados ou regulamentados. Com o passar do tempo, essa situação foi se alterando e os conflitos de pesca começaram a aumentar. Nesse sentido, os acordos de pesca surgiram como uma forma de lidar com os conflitos e estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais. Discutindo sobre a legalidade dos acordos de pesca, Rodrigues (2012, p. 241) analisa que:

Para além dos documentos oficiais criados pelo Ministério do Meio Ambiente, como a Portaria 029, de 31 de dezembro de 2001, as normas de pesca desencadeadas pelas comunidades significaram a utilização de seus saberes sobre os rios e as ações de pesca, como materialidade concreta para a efetivação dos acordos e das determinações da própria portaria.

Vários acordos de pesca foram celebrados desde esse período, no entanto, até hoje se questiona a validade legal desse tipo de instrumento, mesmo tendo o IBAMA, órgão

responsável pelo gerenciamento pesqueiro no Brasil, elaborado um documento em 1997 considerando os acordos de pesca legalizáveis. Posteriormente, em 31 dezembro de 2002, o mesmo órgão publicou a Instrução Normativa nº 29, reconhecendo os acordos de pesca como instrumento de ordenamento pesqueiro e estabelecendo critérios para a regulamentação dos mesmos.

De acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa Instrução Normativa mencionada, entende-se por acordos de pesca “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área definida geograficamente”. Essa Instrução Normativa também vai apresentar, em anexo, uma série de procedimentos para a regulamentação dos acordos de pesca, definindo como regulamentação “a edição de ato normativo do IBAMA com adoção de regras ou medidas acordadas” (Art. 2º, parágrafo único).

Os critérios para regulamentação dos acordos de pesca pelo IBAMA estão previstos no Art. 1º da Instrução Normativa. Para a edição dessa instrução, segundo as considerações do próprio IBAMA, levou-se em conta, entre outros aspectos: a priorização na implementação de processos de administração participativa, a representatividade dos acordos de pesca em termos de redução de conflitos sociais nos cursos das pescarias e a existência de várias portarias que regulamentam acordos de pesca na região amazônica.

Cabe também mencionar as previsões constitucionais a esse respeito. Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a competência para legislar sobre pesca, entre outros assuntos, foi prevista no Art. 24, VI, como sendo concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Também aos municípios foi prevista a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber (Art. 30, I e II, respectivamente). Possibilitou-se um tratamento mais específico ao tema levando em conta a realidade local. Além da previsão constitucional sobre o assunto, destaca-se a Lei 7.679, de 1988, que trata da proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, e o Decreto Federal 221, de 1967, também denominado Código da Pesca. De acordo com o Art. 1º do Decreto-Lei 221, a pesca é definida como “toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais frequente de vida e que seja ou não submetido ao aproveitamento econômico”. Os corpos d’água e os organismos que neles vivem são de domínio público, de modo que o exercício da pesca pode ser praticado por qualquer pessoa, respeitadas as demais

normas regulamentadoras. O Decreto-Lei vai ainda definir os tipos de pesca existentes: comercial, esportiva e científica.

Sobre a fiscalização participativa, o pescador atua como um educador ambiental junto à comunidade. A lei estabelece e caracteriza-o como agente ambiental voluntário. A Instrução Normativa nº 19 de 2001 do IBAMA, institucionalizou a atuação desse agente e, posteriormente, foi instituído o Programa de Agentes Ambientais Voluntários, através da Instrução Normativa nº 66, de 12 de maio de 2005. No entanto, as organizações comunitárias e os agentes ambientais voluntários têm poderes muito limitados de fiscalização dos acordos de pesca, restritos apenas à constatação e não à autuação. Os acordos de pesca podem definir a maneira como os recursos pesqueiros serão utilizados, mas não pode definir quem pode ou não pescar.

4.3. A EXPERIÊNCIA: COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS ACORDOS DE PESCA

A difusão de acordos de pesca ocorre geralmente em comunidades e localidades ribeirinhas, cujas trajetórias sócio-institucionais se destacam pelo fortalecimento da participação social em organizações coletivas, assim como o estabelecimento de instituições e práticas locais de caráter coletivo. Os moradores dessas localidades, em geral, se destacam pela participação social ativa, seja por meios de entidades locais, seja nas colônias de pescadores. Pode-se notar que, em geral, há formação política de lideranças locais e de comunitários na região do baixo Tocantins.

A gestão coletiva de participação dos acordos comunitários de pesca nas áreas ribeirinhas, na tentativa de organizar a pesca em suas respectivas comunidades, sofreu influência principalmente pela Igreja Católica, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da criação da Comissão Pastoral da Pesca (CPP).

Posteriormente, conforme ressalta Almeida (2007, p. 9), outras iniciativas governamentais deram sequência a esse processo, como a criação do Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais (IARA), responsável pela administração dos recursos pesqueiros do médio Amazonas nos Estados do Pará e do Amazonas, e que teve início em 1990 com a implementação de um programa de cooperação técnica entre o IBAMA, e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ). O IARA surgiu, entre outros motivos, para

dar resposta à necessidade de mediar conflitos sociais entre os diferentes grupos de usuários dos recursos pesqueiros na região.

Para poder realizar a gestão dos acordos de pesca e adquirir uma representatividade institucional, inclusive junto a órgãos públicos, como o IBAMA, geralmente são criadas associações constituídas pelos moradores e pescadores da comunidade local. É o caso, por exemplo, da Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho (ACOPREMARJ), entidade sem fins lucrativos da comunidade de Jorocazinho de Baixo, situada no norte do município de Cametá, criada com o intuito de gerir o acordo de pesca instituído naquela comunidade por volta de 1993.

Nos acordos, um grupo de pescadores controla o acesso e o uso de um território pesqueiro bem definido, ou melhor, os acordos de pesca exprimem regras que regulam o uso do recurso pesqueiro definidas por membros da comunidade ou grupos de usuários locais, incluindo medidas e sanções a serem tomadas contra infratores. A fiscalização fica também a cargo da própria comunidade, que precisa de apoio governamental para dar efetividade aos acordos de pesca. Na realidade, essa postura é mais simbólica do que efetiva e serve para legitimar ações da comunidade.

A partir dessas experiências, faço uma abordagem a partir das práticas vivenciadas e da pluralidade das vozes dos pescadores e das pescadoras em diferentes comunidades, onde diversas estratégias econômicas e organizacionais foram e estão sendo praticadas. Ressalto que vivenciei a prática dos acordos por um longo período e que procuro privilegiar as falas dos sujeitos envolvidos, para que eles pudessem expressar diferentes visões sobre os projetos e, inclusive, dar sugestões para uma nova dinâmica para manutenção dos acordos.

A gestão das regras do acordo de pesca envolve um conjunto de ações coordenadas entre os moradores e pescadores ribeirinhos. As práticas de pesca, incluindo o uso de apetrechos e equipamentos, sofrem uma forte influência de tais regras. Há, inclusive, a prática de pesca coletiva, como é o caso da pesca do mapará, também conhecida como “bloqueio”.

Como o mapará é um peixe que circula em grupo, em cardumes, e a sua incidência no baixo curso do Tocantins é um fato cada vez mais raro, depois da construção da barragem de Tucuruí, a sua pesca envolve esforços conjuntos de vários pescadores. Constituem-se turmas com cerca de 50 pescadores ou mais, que utilizam rede aberta. O resultado da pesca do mapará é dividido em grupo, inclusive para as famílias da comunidade

local que não participam da pesca do mapará e da própria associação comunitária. Cerca de metade do resultado da pesca pertence ao “dono” da rede, que também cumpre a função de “taleiro” na pesca. O restante é dividido entre o grupo de moradores e pescadores, sendo que uma parcela maior é reservada aos agentes ambientais voluntários, pois o exercício da função impede a participação direta na pesca.

A pesca do mapará assume, portanto, a feição de uma verdadeira congregação entre os pescadores, e o sucesso da pescaria resulta em um caráter festivo para as famílias ribeirinhas da comunidade. Isso porque o mapará, cujo consumo é geralmente associado com o açaí, compõe o alimento mais apreciado pelas famílias ribeirinhas do baixo Tocantins. Pode-se dizer até que a pesca do mapará é um dos grandes mobilizadores para a adoção dos acordos de pesca no baixo Tocantins. O fato de as áreas ribeirinhas que adotam os acordos de pesca se destacarem como as de maior captura do popular mapará torna-se, sem dúvida, um motivo de grande difusão dos acordos de pesca, especialmente em Cametá.

Por isso, pode-se afirmar que a difusão dos acordos de pesca adquire uma maior motivação na “satisfação” pela busca por um melhor padrão de consumo alimentar e de qualidade de vida por parte das famílias ribeirinhas, especialmente com o acesso ao consumo do mapará. Sem dúvida, este é um traço fundamental que difere as experiências dos acordos de pesca de outras experiências de desenvolvimento sustentável e local que, muitas vezes, são atreladas a objetivos de uma maior inserção na economia globalizada e na conquista de novos nacos de mercados internacionais. Não obstante a relevância da escala local, pode-se perceber situações de adoção de inovações no processo de aprendizagem e na introdução de apetrechos de pesca.

As experiências dos acordos chegaram ao município de Cametá no ano de 1999 e, hoje, acontece em 32 comunidades, tais como: Pacuí de Cima e de Baixo, Guajará de Cima, Cuxipiarí Furo Grande, Cuxipiarí Costa, Maú, Ovídio, Joroca de Baixo e Paruru de Janua-Coelis. Nessas comunidades, associadas a esta experiência dos acordos de pesca, acontecem diversas estratégias econômicas e organizacionais, como a piscicultura, melicultura, manejo florestal e criação, renda e conservação ambiental, por meio da gestão dos recursos pesqueiros (laboratório de produção de alevinos, fábrica gelo).

Para que fossem concretizados os acordos no município de Cametá, no entanto, entendo que foram tomados dois caminhos: primeiro, um viés de entrada através da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, órgão representativo e de grande expressão sindical. Configura-se por um trabalho de organização e conscientização um caminho para a busca da

qualidade de vida dos pescadores e pescadoras que, ao longo do tempo, foram subjugados como um povo ou uma classe sem cultura, sem saber, onde serviam apenas para instrumentalização da pesca em si, pois, a ideia de o ser humano ser sujeito de sua própria história se personifica:

No momento em que o homem emerge da percepção de vida como mero processo biológico para a percepção da vida como processo biográfico, histórico, ele começa a fazer a sua revolta como um marginal e bandido um potencial de contestação política. Ele começa a situar-se como um ser político. (FREI BETTO, 1994, p. 43).

O segundo está relacionado diretamente à política voltada para os pescadores artesanais em suas comunidades na atividade coletiva. Compreende-se que a vida dos pescadores em suas localidades não está atrelada somente à atividade pesqueira, como uma única forma de sobrevivência, o que obriga a buscar alternativas para manter-se no seu local de morada. Para a efetivação dessas estratégias, foi necessário um certo período de amadurecimento dos pescadores, pois, além de causar certa desconfiança, com o passar do tempo os grupos foram ficando mais fortalecidos e unidos.

As comunidades, por meio do processo organizativo, foram ganhando força e se estruturando enquanto mecanismos capazes de juntar pescadores em uma mesma forma de pensar: a luta pela sobrevivência e a formação de um sujeito onde o elo central baseava-se na melhoria de vida das famílias.



Esse movimento não poderia ser realizado tão somente e por conta da comunidade, era preciso instigar a Colônia Z-16 a buscar recursos e financiamento, a fim de implementar projetos de gestão participativa que viessem alterar os modos de vida dos pescadores.

Tal reflexão sobre mudança do meio de vida já havia sido alterada por ocasião da implantação da Hidroelétrica de Tucuruí no início dos anos 1980. Moradores do município tinham o rio como uma fonte de sobrevivência tranquila e inesgotável, o pescado era

abundante, a água era de boa qualidade e a morada, principalmente à noite, era sem preocupação, como relata D. Rita, moradora e pescadora da comunidade de Joroca de Baixo, para quem a vida era mais sossegada e dava para viver de forma tranquila:

Nós morávamos tranquilo. Tinha o peixe, tinha o açaí, tinha frutas... e tudo. Só bastava jogar uma malhadeira¹¹ na frente da casa e pronto, estava feito o almoço e a janta. Não era preciso se preocupar, pois o rio nos tranquilizava. Quando a gente pegava peixe (mapará) a gente vinha com o casco lotado, e passava dias e dias comendo o mapará de tudo quanto era jeito. A gente podia dormir a noite com as portas abertas sem medo de nada.

Essa forma de viver passa a ter uma nova dinâmica a partir da implantação da Hidroelétrica de Tucuruí, pois, o tão sonhado “progresso” apregoado pela elite e pelo governo na época, causou grande impacto na vida dos pescadores. Os principais agravantes decorrentes dessa situação foram: queda na economia proporcionada pela escassez do pescado e o desaparecimento de várias espécies de peixes; diminuição acentuada dos cardumes de mapará, peixe típico e símbolo da região; baixa produtividade dos solos de várzea, implicando na queda da produção de frutos como o cacau e o açaí; poluição da água e assoreamento do rio Tocantins, o que aumentou consideravelmente as doenças. Sobre a existência de projetos dessa natureza, Falkemback (2001, p. 15) reflete que:

Estabeleceram no bojo de uma luta que buscou, portanto, resgatar condições de vida para essa população atingida pelos danos sociais e ambientais decorrentes de projetos culturalmente invasivos, socialmente excludentes e politicamente antidemocráticos.

Todos esses fatores interferiram diretamente na geração de renda e provocaram uma mudança sistemática no modo de trabalho e reprodução dos pescadores que, a partir de então, passaram a buscar novas estratégias de sobrevivência, vendo no corte predatório do açazeiro, para extração do palmito, uma das maiores fontes de economia. Outras atividades começaram a existir, como a criação de pequenos animais e o próprio nascimento dos acordos de pesca e da piscicultura.

Vale ressaltar que as contradições entre crescimento econômico e manutenção dos ecossistemas que os sustentam encontram-se cada vez mais em evidência; e não apenas pelas condições de vida, já bastante precárias das populações mais pobres — como também os altos padrões de consumo material e energético das sociedades contemporâneas (BUARQUE, 2006; FOLADORI, 2001; SACHS, 2004; XIMENES, 1997). Os indicadores da deterioração dos ecossistemas em todo o mundo tornam-se alarmantes, à medida que a capacidade de suporte das áreas de floresta vem sendo reduzida.

¹¹ Material de pesca utilizado com muita frequência por pescadores da região tocantina.

Contribuem para isso o desmatamento, a expansão da erosão em terras cultiváveis, a poluição de rios e mares. Somados a todas estas questões, existem os agravantes da exaustão de fontes de energias não renováveis e do desordenado crescimento populacional, principalmente em regiões mais pobres (FERNANDES, 2006; SOUZA, 2000). Tais questões estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento sustentável e pressupõe trazer para o campo de análise a condição de pobreza e exploração da maioria dos seres humanos, o processo intenso de degradação do meio ambiente e as possibilidades para reverter este cenário.

As ações implementadas pelas comunidades por meio dos acordos de pesca na região amazônica têm representado importante estratégia para a proteção da biodiversidade, e trazem à tona questões relacionadas com as demandas das populações residentes nas áreas ribeirinhas.

Essa experiência de gestão das águas tem sido, portanto, um importante instrumento para a elaboração de propostas capazes de auxiliar a sobrevivência de populações tradicionais, pois, ao mesmo tempo em que lhes garante a geração de renda, permite a exploração ordenada com vistas à sustentabilidade. Aliado a isso, projetos de apicultura, piscicultura e manejo de açais têm representado uma alternativa viável no sentido estimular o trabalho e a permanência das famílias na área ribeirinha, respeitando seus limites e impedindo a implantação de culturas degradantes.

Para garantir, enfim, que os rios continuem tendo importância para a vida e sejam capazes de garantir renda à população local, faz-se necessária a inserção de novas técnicas e de trabalhos voltados para diversificação da produção. Neste sentido, o acordo de pesca, na análise dos participantes das comunidades, tem sido muito importante não só por proporcionar auxílio financeiro e acompanhamento técnico aos pescadores deste município, mas pela possibilidade de provocar a mudança de concepção dos atores em relação a novas formas de vivência, respeitando os limites do meio ambiente. Neste sentido, transcrevo o depoimento de Doriélio, morador da comunidade Pacuí, para quem o acordo de pesca é:

[...] um projeto que é sustentabilidade, ele não é um projeto de dois três anos e acabou, ele deixou um marco na nossa vida, um total significado. É um projeto de sustentabilidade, não um simples projeto, um projetinho como se diz, ele vem pra dar na vida dos cidadãos conhecimento, que é principal, o básico da nossa vida. Não é só dar condição [...], mas é dar o conhecimento em si pra que a gente possa tocar o nosso negócio com o nosso próprio conhecimento.

Outro depoimento sobre os acordos é o de Zé Flávio, líder sindical e morador da Comunidade ribeirinha, que exerceu por duas vezes o mandato de vereador:

Os acordos de pesca é um projeto que foi pensado para desenvolver o povo da Amazônia buscando alternativas, é lógico que nenhum projeto, nenhum programa que diga isso aqui tá perfeito, tá pronto, ele vai se ajustando no decorrer do tempo que aí vem erros e acertos, vamos aproveitando nossos acertos e vamos corrigindo nossos erros, o que não pode é parar, já se diz é um programa de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável, então ele vai se ajustando.

Percebe-se também que a Colônia Z-16, além de fazer acontecer essa experiência, sentiu necessidade também de buscar, junto aos órgãos governamentais e não governamentais, financiamento a essas comunidades, como forma de incentivar e dar maior participação aos membros. Uma das parcerias se deve às iniciativas produtivas comunitárias desenvolvidas na Amazônia pelo Projeto Demonstrativo da Amazônia (PDA), que é a base do Programa para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), para incrementar a produção sustentável das populações tradicionais (extrativistas, seringueiros, ribeirinhos e índios). Esse é um fator considerado fundamental para melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, mantendo-as nas suas localidades e evitando o desmatamento causado pelos grandes empreendimentos. A esse respeito transcrevo o depoimento de Ênio, morador de comunidade de Guajará:

A importância do PDA foi muito grande e também muito aproveitosa por que ele trouxe o manejo de açaizá, trouxe outros conhecimentos como a criação do peixe, e outras e outros desenvolvimento porque além do PDA outras pessoas também ampliaram, fizeram até empréstimo pra cavação de poço, criação. Hoje, toda parte tem açaizá manejado, por causa dos pequenos grupos que se formaram, aprenderam e mostraram e esse foi um ponto fundamental por que nem o FNO ele não deu essa capacitação pra ninguém. O meio ambiente, aqui ele é difícil pra trabalho, mas ele melhorou bastante, e tem umas outras áreas também que o PDA deve ainda movimentar. Aí nos já citamos que um projeto pra ir buscar pelo PDA a extração da andiroba, esse, tenho certeza que essa produção é maior que o próprio açaí que vocês vem a demanda que tem, é uma outra fonte de renda maior. Então, além que se já vê muito que o PDA está dando, a gente vai ter mais esse incentivo, é evitar também o devastamento da andiroba. O PDA foi um dos principal projeto que veio na área da pesca, isso sem dúvida nenhuma.

4.4. OS DESAFIOS, AS MUDANÇAS E OS RESULTADOS ALCANÇADOS NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL A PARTIR DOS ACORDOS DE PESCA

A produção amazônica possui características peculiares que precisam ser entendidas para que o ecossistema seja preservado sem que, para isso, populações inteiras tenham de abrir mão de suas formas de vivência e garantia de qualidade de vida. Sobre o PDA, assim se manifesta D. Rita, moradora da Comunidade de Jorocazinho:

O PDA, pra mim trouxe muitas experiências, não só pra mim, mas como pra comunidade e pras famílias que aprenderam e levaram a sério. O que PDA trouxe, pra nós, trouxe muitos benefícios, muitos conhecimentos, muitas amizades. A gente fazia curso em certos grupos e a gente passava até três dias em uma localidade e com isso a gente foi apanhando nosso conhecimento nossas amizades. Depois veio manejo, principalmente o manejo de enriquecimento que hoje só não foi boa pra nós a copaíba e graviola. Esse manejo de enriquecimento entrou no PDA que a gente discutia muito as coisas que já tinham sido devastado na ilha, por que o PDA veio ensinar um manejo diferente, o primeiro manejo que nós aprendemos era que tirava tudo das áreas, depois que o PDA veio dizer que não, por isso que foi feito o manejo não só do açaí mas como o manejo de enriquecimento e com isso a gente procurou buscar nas discussões as nossas árvores nativas daqui.

Uma mudança significativa pode ser vista nas pequenas comunidades da região. A capacidade de negociação mudou, houve melhoria na geração de renda, nas questões de saúde, higiene e educação. Ainda segundo D. Rita:

Os acordos de pesca ajudou muito, trouxe vários cursos, a gente teve aquela participação da igreja que sempre apoia, eu acho muito fraca a participação que a gente vê é que nossos governantes não investem, essa é a grande dificuldade que a gente tem. Tudo que nós temos de aprendizado, de benefício pra nossa comunidade é através dos projetos, por que com quem a gente consegue se adaptar, com quem você consegue conversar, dizer onde é sua dor é com as Ongs é com esses projetos. A grande dificuldade que a gente tem ainda é a de conscientizar mais famílias. Eu imagino, espero que os acordos continue do nosso lado trazendo essas oficinas, esse aprendizado pra melhoria das nossas famílias. As nossas famílias tá precisando de mais aprendizado de mais formação e através do acordo em nossa comunidade, a gente pode trazer essa formação essa conscientização, nessa luta. Espero que isso tenha progresso e que daqui seja algo de esperança para o futuro das nossas famílias.

Para que as ações dos acordos de pesca possam se consolidar de maneira efetiva, constatei com esta pesquisa que se faz necessário implementar conjunto de políticas públicas,¹² envolvendo os âmbitos federal, estadual e municipal. Experiências na região tocantina, como o Pescando Letras,¹³ têm representado apenas uma das etapas do processo e necessita de ações articuladas e sistemáticas para constituir-se como alternativa de sustentabilidade. Neste sentido, é de suma importância que se viabilizem investimentos por parte do poder público nas áreas de infraestrutura e serviços básicos — como saúde, educação, lazer, energia elétrica — capazes de proporcionar condições de vida mais dignas às comunidades ribeirinhas.

¹² As políticas públicas consideradas neste trabalho envolvem saúde, educação, transporte, segurança alimentar e habitação.

¹³ Projeto lançado em 2009 pelo Governo Federal para alfabetizar os pescadores artesanais, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

As consequências sociais e humanas com relação aos modelos de desenvolvimento baseados na exclusão e na pobreza da maioria têm sido bastante questionadas (LIMA, 2001; SIMONIAN, 2007; SOUSA, 2002). Como se observa na Amazônia, que tem representado um laboratório de políticas desenvolvimentistas desastrosas, onde os principais prejudicados são as populações tradicionais e moradores das áreas rurais. Parte dos projetos e ações desenvolvidas nesta região concebe as pessoas como objetos e não como participantes e agentes de construção da realidade.

Contrapondo-se a essa lógica, os acordos têm proporcionado o desenvolvimento de novas metodologias de elaboração e execução de projetos, trazendo como inovação a ampla participação dos atores envolvidos. Com isso, as populações rurais passam a compreender cada vez melhor o processo de exclusão ao qual estão submetidas, de modo que, para Arroyo et al. (2004) e Gohn (1999), o campo no Brasil está em movimento e começa a cobrar ações mais significativas. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores que estão mudando o jeito de a sociedade olhar para área rural e seus sujeitos. É necessário começar a encarar a zona rural como um lugar rico e cheio de vida, liberdade e bem-estar, e, para isso, é fundamental que cada cidadão ribeirinho tome consciência de sua condição.

É preciso, entretanto, que estes sujeitos compreendam que o melhor modo de conseguir a sua realização é gerando união dentro da própria comunidade, a fim de conquistar cada vez mais saúde, educação e efetivação de políticas públicas voltadas para suas necessidades. A construção desta sociedade sustentável envolve a promoção de uma educação que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, os processos de produção e apropriação dos bens econômicos, bem como das instituições, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo.

Nesse cenário, o desafio tem sido o de propor um novo projeto de sociedade, no qual os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais sejam criticamente revistos. Isto implica levar os cidadãos a uma compreensão de que sua realidade imediata sofre os reflexos da realidade social, ao mesmo tempo em que as ações individuais vão se somar às ações de outras pessoas para compor o tecido social. Esta relação dialética entre o individual e o coletivo vai dar movimento à realidade, e poderá concretizar-se em um mundo mais justo e sustentável aos humanos e a outras entidades não humanas, mas sem as quais não haveria o mundo tal qual o conhecemos.

Em uma pesquisa preliminar¹⁴ na região, alguns moradores da área ribeirinha consideraram que esse projeto implementado no município tem sido fundamental para a mudança de concepção em relação aos rios e à floresta, bem como novas formas de gerar renda sem destruir o meio ambiente. Afirmam que os acordos de pesca são fruto de um processo de discussão realizado em sucessivas reuniões com o objetivo de assegurar o máximo de representatividade daqueles que exploram os recursos pesqueiros e que começaram perceber que a qualidade de vida estava sendo ameaçada por conta da diminuição do pescado.

Os representantes da Colônia de Pescadores Z-16 (CP Z-16) de Cametá expressaram sua consciência de que se fazia necessária alguma atitude frente aos efeitos perversos da destruição das florestas e da diminuição do pescado. A esse respeito, Nei Lobato, morador da comunidade de Cuxipiarí, diz que:

O principal motivo do surgimento desse projeto foi primeiro a questão do impacto da barragem, o fechamento da barragem a partir de 84 e 85 a partir disso nós começamos a sofrer as consequências pra cá e a gente começou então essa discussão de organização pela prelazia e foi criada a CPP que é a Comissão Pastoral da Pesca, e através da CPP a gente começou a discutir alternativa por que a gente já tinha uma visão que futuramente ia acabar nosso pescado. Com isso a gente começo a discutir projetos de alternativa pra que o pescador pudesse sobreviver sem precisar sair, migrar da ilha dele e uma das alternativas que a gente encontrou logo de primeira foi a questão piscicultura. Já tinha tido uma experiência lá em Abaetetuba e aí a gente foi pra lá, ver a experiência, ver como era trabalhado e nós viemos pra cá. Na verdade até o próprio técnico veio aprender aqui com nós por que ainda se tinha muita experiência nessa área houve muita resistência do pessoal que tava na administração naquela época. Mas assim mesmo a gente acreditou que ia dar certo. A partir daí que a gente começou a trabalhar com projetos que fossem financiados porque o projeto da prelazia só era orientado. Só era orientação a gente não tinha financiamento nenhum.

Era necessário dar uma resposta às consequências sociais e econômicas geradas pela Usina Hidroelétrica de Tucuruí (como mencionado anteriormente), que expulsou a população nativa de suas terras, causou subemprego em municípios atingidos pelos efeitos nefastos da hidroelétrica, como foi o caso de Cametá. Para Zé Flávio, morador da comunidade de Pacuí:

Uma outra coisa também que se fez o povo se mobilizar foi os grandes impactos sofridos, porque já se vivia numa sociedade perversa, sofremos aqui o impacto da barragem de Tucuruí, aí o povo empobreceu, já era pobre de pobreza aí ele baixou pra ser miserável, é muito importante resgatar isso

¹⁴ A primeira etapa desta pesquisa aconteceu em outubro de 2009, consistindo em um *survey* nas comunidades de Pacuí e Cuxipiarí. Tornou-se uma publicação nacional do ministério do meio ambiente, na qual eu estava envolvido. O título desse trabalho foi “Acordos de Pesca no município de Cametá: uma alternativa econômica e organizacional”.

por que a sociedade hoje, principalmente a juventude não tem conhecimento desses fatos, os que começaram, os que lutaram houve uma necessidade. Tinha um canto que o povo extrativista cantava esse canto que dizia que é melhor lutando do que morrer de fome, o índice de analfabetismo imenso aqui na região, o povo sem profissão, sem conhecimento pra buscar outras alternativas [...] aí se buscou de todas as formas [...] aí a Igreja. O grande carro chefe da nossa luta, juntamente com a colônia, e depois com o sindicato. A necessidade foi o carro chefe pra ir se buscar o nosso direito.

Uma das respostas foi dada pelos acordos de pesca, que reúnem critérios básicos que regulamentam a pesca em um rio, atendendo aos seguintes aspectos: a) apetrechos de pesca; b) local de pesca; c) espécies de peixe; d) estação do ano. Para que tais acordos pudessem ser implementados com mais força, foram imprescindíveis os investimentos realizados a partir do PDA, como comenta Nei Lobato, morador da comunidade de Cuxipiarí:

Nós começamos então a pensar nesse projeto PDA que nós tínhamos discutido com o GTA que a nossa região aqui não era incluída no plano do GTA e conseguimos abrir brecha pra que a gente entrasse aqui pelo GTA Marajó e o que deu suporte pra que fosse aprovado nosso projeto de piscicultura pelo PDA foi justamente esse primeiro projeto que tinha sido feito pela prelazia e nos mandamos fotos, filmagem pra lá pra provar que deu certo então pra eles poderem aprovar o projeto e financiar.

Os resultados alcançados com os acordos de pesca têm sido muito importantes para a preservação do pescado, bem como para a conscientização da população ribeirinha em relação à proteção dos rios. Transcrevo, a esse respeito, as palavras de Martenis Wanzeler, secretário da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá:

O que compensa todo esse esforço que é feito no período da preservação é uma captura em grande quantidade, que o povo acha que vai compensar né! Quando essa captura a quantia pescada não supera a expectativa a modo que o pessoal fica um pouco né! Mas, no geral a gente quer dizer que o acordo de pesca tá sendo muito bom quando a gente cumpre né! Eu vejo como uma dificuldade aqui no Pacuí é que existe um estatuto que tem um bucado de norma, [...] que ainda não existe uma linha dos acordo de pesca possa ser analisado as propostas. Existe umas normas muito carregadas que de certa forma algumas pessoas tem dificuldade pra cumprir, que não tem um conselho técnico que analisa, que poderia tá orientando. Todos os acordos de pesca tem suas regras, tem uma ali ou outra aqui e acabamos punindo algumas pessoas por que tem gente que sobrevive exclusivamente da pesca. Então ele vai lá pescar e pega uma punição do acordo...

Ainda assim, os desafios têm sido bastante numerosos, especialmente aqueles de ordem geográfica e ambiental, como é possível verificar no relato de Dorielio, morador da comunidade de cuxipiarí:

A nossa foi difícil mesmo, por conta de que essa deficiência da nossa região geográfica, que as outras tem a facilidade, quanto as outras localidades que tem esse, podemos chamar de poço de criação, deviam sair na frente, na luta do acordo, eles não, aqui por conta de que as pessoas que sempre tive aqui

pensadores, que não se preocupava tanto com nós. Nos não tinha onde o peixe se alojar mas tinha onde criar. Por isso a gente iniciou uma luta que o acordo no município de Cametá onde ele nasceu foi aqui na ilha, eu ainda lembro como hoje, no dia cinco de março de 1999, foi uma luta que a gente sem ter a bacia geográfica a gente pensava em preservar, foi aqui que nasceu essa preocupação por conta da necessidade, não foi fácil. Todos os dias, em reunião, de casa em casa a gente de sol em sol. O que era o nosso trabalho? Era uma conscientização de que havia uma necessidade da gente criar um negócio chamado de acordo, que não funciona ainda as mil maravilhas, mas que precisa ser dado sustentabilidade, precisa ter recurso pra que esse negócio realmente continue. As coisas não nascem assim aperfeiçoadas, isso vem de muita luta, muitos de nós envelhecemos na luta. Eu queria pelo menos que o novo tivesse alguém que pudesse tá ressaltando que hoje em dia são muitos projetos, muitos benefícios, posso dizer assim, mas que isso não caiu do céu, hoje em dia muitos não sabem nem zelar pelo que tem. Não foi uma luta minha mas, foi uma luta nossa, pra gente hoje em dia a gente possa tá dando continuidade, existe ainda necessidade, o que tem que ver com bastante calma é quem tá necessitado.

Ainda segundo o Manoel do Carmo, morador da mesma comunidade:

O nosso rio é raso, o acordo¹⁵ que a gente fez aqui na nossa comunidade era não usar malha 05 pra baixo, mas quando passa o tempo mais parece que o povo esquece. Na época deu muito certo. Quem tinha malhadeira teve gente que queimou. Teve gente que entrou no projeto do INCRA que mesmo sendo área de preservação pediu malha 05. Eu acho que também foi uma falha nossa de não orientar os nossos pescadores antes de fazer os pedidos de material de pesca, mas são coisa que no decorrer do tempo pode ir normalizando, conscientizando o pescador por que isso é uma responsabilidade de todos nós.

As ações têm gerado novo dinamismo na economia local, gerando renda e melhoria geral das condições de vida das famílias envolvidas. Isso é o que se verifica nos depoimentos de moradores de áreas ribeirinhas:

[...] pra mim trouxe muitas experiências, não só pra mim, mas como pra comunidade e pras famílias que aprenderam e levaram a sério os acordos trouxe, pra nós. No início foi muito bom, trouxe muito benefícios, muitos conhecimentos muitas amizades, porque a gente procurou socializar muitos conhecimentos com as comunidades e até por que a gente fazia curso em certos grupos e a gente passava até três dias em uma localidade e com isso a gente foi apanhando nosso conhecimento nossas amizades. E pra nós a gente teve um aprendizado bom e nisso nos acordos de pesca. Ele ajudou muito, trouxe vários cursos, a gente teve aquela participação da igreja que sempre apoia, eu acho muito fraca a participação que a gente vê é que nossos governantes não investem, essa é a grande dificuldade que a gente tem. Tudo que nós temos de aprendizado, de benefício pra nossa comunidade é através

¹⁵ O processo para criação do acordo de pesca foi bastante conflituoso e contou com participação inclusive do IBAMA. Após a piscicultura, começaram as reuniões para decidir como seria implantada a apicultura. Após ter construído o local para criação, a atividade foi implantada. No entanto, em 2008, por falta de prática, conhecimento e auxílio técnico na área, em consonância com a carência financeira, os trabalhos pararam. Em 2009, retornaram, mas com baixa produção, e poucas pessoas trabalhando, mas só que, dessa vez, mais encaminhados, conseguindo inclusive uma pequena coleta de mel.

dos projetos, por que com quem a gente consegue se adaptar, com quem você consegue conversar, dizer onde é sua dor é com as Ongs é com esses projetos. A grande dificuldade que a gente tem ainda é a de conscientizar mais famílias. Eu imagino, e espero que continue do nosso lado trazendo essas oficinas, esse aprendizado pra melhoria das nossas famílias. As nossas famílias tá precisando de mais aprendizado de mais formação e pelo acordo a gente pode trazer essa formação essa conscientização, nessa luta. Espero que isso tenha progresso e que daqui seja algo de esperança para o futuro das nossas famílias. (D. Rita, moradora da comunidade de Jorocazinho)

Esta foi uma das respostas dadas às consequências sociais, expressadas na demora de implementação de políticas públicas capazes de criar um dinamismo novo na economia, para gerar emprego, renda e melhoria das duras condições de vida a que os pescadores estão submetidos, tais como: falta de financiamento para o setor, falta de escolas adequadas à realidade local e de postos de saúde nos distritos. A criação dessa alternativa econômica produziu expectativa na sociedade local, pois representantes do MMA anunciaram que se tratava de um avanço para a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. Tal aspecto está bem retratado na fala de Manoel do Carmo, da comunidade de Cuxipiari:

A nossa luta através de sindicato e colônia vem de muito tempo e esse povo luta pra quê? Para que nos tenhamos uma vida digna, por que é um direito nosso. Nós vamos lutar porque nos vamos buscar o nosso direito de viver dignamente, então esse projeto já vem, mas é através de uma luta de muito tempo que há muito tempo nós lutamos. Isso já é fruto da nossa luta. Era a necessidade foi a busca dos direitos constitucionais que às vezes não tinha.

A criação dos acordos já se constituía em uma luta antiga de muitos pescadores ribeirinhos, por entenderem que o modelo econômico baseado na exploração extrativista do pescado era insustentável e acelerava a degradação dos recursos naturais.

4.5. AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS: O QUE SE GERA A PARTIR DA AÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA

Associada ao acordo de pesca, uma alternativa de fortalecimento econômico para os pescadores do município de Cametá é a piscicultura, que tem sido utilizada como proteção e fortalecimento das experiências, bem como fonte de renda e alimentação. Segundo os entrevistados, os grandes desafios foram a falta de conhecimento em relação às técnicas de criação e o convencimento dos moradores de que, mesmo morando próximos dos rios, a sobrevivência a partir dos estoques pesqueiros estava ameaçada.

Na verdade, aqui pra nós a piscicultura quando ela surgiu aqui pra nós não sabia o que era. Veio um projeto da prelácia de Cametá [...] mas na época tinha trabalhador aqui que não sabia nem pegar numa inchada pra cavar, foi brigado a gente sair foi ver experiência em Igarapé-Mirí, e daí a gente

abraçou e começamos a trabalhar [...] e aí fomos fazer a experiência e o resultado foi imediato, na época nós tiramos peixe com oito meses depois que PDA veio pra ajudar de novo, a gente trabalhou de novo, não só nós aqui, mas outras comunidades também trabalharam e hoje a gente ver que os tanques dá lucro não dá o resultado 100% mas ele ajuda a gente na alimentação do dia-a-dia e também ajuda a gente a não tá todo dia no rio, pescando, só tirando de lá. (Manoel do Carmo, morador da Comunidade de Cuxipari)

Houve também muita dificuldade para construção dos tanques de pesca, como foi expressado na fala abaixo:

Pra gente dar o avanço no trabalho a gente se reuniu, nos éramos 10 pessoas e fomos trabalhando lá e uma hora a gente comia uma vez no dia e acreditando que nos ia conseguir preparar o tanque que era pra nos ter o peixe, pra nós era importante isso, então pra nós foi bom a gente pegou a prática do trabalho, como tratar do peixe da água. (Benedito, morador da comunidade Cuxipari)

O processo de construção dos tanques e a criação dos peixes representaram um desafio, mas também ricas etapas no aprendizado dos moradores:

Teve gente que não deixou só na teoria nos ensinou na prática, a gente não sabia nem o jeito de pegar no pá, e ele dizia o manejo é assim, o nosso recurso veio só no final, teve dia que nós trabalhamos só comendo ovo, mas nós acreditava que nós chegava lá, gastamos 285 dias, é muito grande o poço, mas nós cavamos, no final chegamos e entregamos tá aqui o poço. (José Maria “Pução”, morador da comunidade de Pacuí)

Além dessas ações, os acordos geraram também a iniciativa, na região do baixo Tocantins, com a apicultura. Esta atividade não despertou maiores interesses até a colheita dos primeiros litros de mel, só então passou a merecer atenção especial.

Olha a gente iniciou aqui esse projeto e foi muito bom aqui pra comunidade nós não sabia mesmo nada de como trabalhar com apicultura e graças a esse projeto nos fizemos um curso aqui pra gente começar a trabalhar [...] e depois começamos já a trabalhar o processo da colheita, onde pra nós foi uma grande honra e agora a gente já não encontra essa dificuldade tanta que muitas pessoas ainda tem dificuldade por não ter certos equipamentos pra também trabalharem por que ainda foi muito pouco o que veio pra nós aí a gente ainda tem que compartilhar com esse povo que quer trabalhar. E foi muito bom pras famílias porque a gente já tem uma ajuda para sobrevivência da família. (Marçal, morador da comunidade de Pacuí)

Contudo, ainda existem muitos desafios a serem vencidos para a produção de mel, como as habilidades para se trabalhar com esse empreendimento, a venda do produto no mercado local, a matéria-prima, etc. Os pescadores contemplados pelo projeto vislumbram, dentre outras coisas, uma renda mais significativa.

A produção de mel aqui é um sucesso. Agora um dos problemas da produção de mel aqui é o mercado. Vender o produto e vender bem vendido. Nós

temos muita produção de mel, o problema é conseguir esse mercado e a conscientização da população com a preservação da floresta. Essa questão da preservação e essa questão da nutrição, do conhecimento da nutrição do mel, a importância dele na alimentação, falta incentivar mais, incentivar a população a usar o mel de abelha não só como um remédio, mas como um alimento.

Outro fator que, de acordo com os entrevistados, diminuiu o sucesso da apicultura foi a pouca quantidade de recurso financeiro.

Infelizmente nós tivemos alguns atrasos por falta de condição, falta de recurso às vezes até o acompanhamento faltou então ele dá sim ele é um trabalho bom, dá resultado, ele é um trabalho de cuidado (apicultura). Ninguém não tinha condição (financeira) certas horas, o grupo mesmo ninguém era assalariado, a gente pedia o acompanhamento, mas não era toda vez que podia vim, então o fracasso foi todos os três. (Benedito “Besteira”, morador da comunidade de Cuxipiarí)

Outra atividade econômica vivenciada pelos pescadores, em decorrência do projeto sobre os acordos de pesca, foi o manejo de açaiçais, como forma de garantir maior produtividade e exploração consciente dos recursos da floresta.

A importância do foi muito grande e também muito aproveitosa por que ele trouxe o manejo de acaizá, trouxe outros conhecimentos como a criação do peixe e outras e outras desenvolvimento porque outras pessoas também ampliaram, fizeram até empréstimo pra cavação de poço, criação. Hoje, toda parte tem açaiçá manejado por causa dos pequenos grupos que se formaram, aprenderam e mostraram e esse foi um ponto fundamental por que nem o FNO ele não deu essa capacitação pra ninguém. (Ênio, morador da comunidade de Guajará)

Mesmo diante dessa conquista, vários problemas vêm surgindo no sentido de constituir uma mudança nas relações econômicas da sociedade em que esta realidade se faz presente. É grande o desafio a ser enfrentado pelas políticas e ações ainda necessárias nas comunidades ribeirinhas para que ocorra a inclusão efetiva de seus moradores a condições de vida melhores. Um grave problema enfrentado ainda é o da dificuldade em se trabalhar a conscientização ambiental e a exploração racional dos recursos naturais, já que, na ausência de alternativas, as pessoas acabam cometendo atos danosos às florestas e aos rios, pela constante ameaça de ausência de renda.

Por isso, os acordos de pesca são norteados por uma concepção que considera as dimensões política, econômica, educativa e cultural, respeitando as especificidades dos mais variados grupos sociais, e levando ainda em consideração não só suas limitações, mas também suas demandas. A nova concepção de desenvolvimento remete tal discussão ao problema da participação em nível global, regional e local. É preciso compreender o desenvolvimento como uma maneira de resolver as necessidades de uma comunidade, e, para isso, é

fundamental que esta mesma comunidade tenha a possibilidade de compor suas propostas e expor seus anseios. Neste sentido, torna-se imprescindível definir no seio do grupo o que se entende por necessidade e quais são elas:

O desenvolvimento sustentável consiste, assim, numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com *equidade social e conservação ambiental*. Essa transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadores da base da organização da sociedade e da economia. (BUARQUE, 2006, p. 70).

Faz-se necessário, portanto, priorizar o desenvolvimento de habilidades técnicas, capacitando os homens por meio de instrumentos educacionais capazes de transformar a realidade e conscientizar a massa populacional. Sob esse aspecto, o processo formativo tem contribuído para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, de autoconfiança e de autoestima dos grupos. Para tanto,

Sugere-se que o projeto nacional de desenvolvimento deve emergir gradualmente de um diálogo conduzido, tanto em nível local como nacional, entre todos os atores significativos do processo de desenvolvimento (governo, camponeses e trabalhadores, empresários, intelectuais e a sociedade civil organizada), com vistas a alcançar objetivos negociados e a definir as obrigações contratuais de todas as partes envolvidas (SACHS, 2004, p. 87).

Assim, a sustentabilidade necessita, além de “tecnologias sadias”, padrões diferentes de relacionamento social, organizações comunitárias coesas, solidárias e baseadas em fortes motivações e valores e interesses comuns. Mediante tal possibilidade, cada comunidade tem que ser orientada a participar de maneira ativa na construção de seus próprios caminhos, ou, como disse Buarque (2006, p. 27),

[...] qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento local deve se estruturar em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e capacitação tecnológica. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida.

Deste modo, é urgente a necessidade de aumentar cada vez mais a participação ativa dos pescadores nas discussões relacionadas ao modelo de sociedade que se quer alcançar e desde já definir os parâmetros e diretrizes a serem seguidas para que se alcance tal objetivo.

Essa tarefa não é fácil, uma vez que as diferenças são muitas e os problemas tornam-se mais complexos. Tais questões exigem, então, mais esforços voltados ao diálogo e à exploração da riqueza identitária e diversificada inerente, como é o caso das comunidades que têm o acordo de pesca. Essa questão é destacada na fala de Martenes Wanzeler, secretário da Colônia de Pescadores de Cametá:

Umas das grandes dificuldades foi a implantação da coletividade, antigamente a população era acostumada a trabalhar assim individual. Quando a gente começou a discutir o projeto teve que mudar pra questão coletiva e esse grupo tá de parabéns por que aderiu. Essa falta de coletividade vem gerando problema nas outras organizações, o acordo de pesca é um. Também um dos fatores que a gente observa aqui na ilha é o próprio ambiente, a questão geográfica da localidade. Não tem um poço natural em que possa ser preservado e depois fazer uma grande captura de peixe. Aí se desmotiva e o pessoal acha ah eu vou preservar todo tempo e depois o peixe vai embora. Faltava fazer um estudo, mas a experiência dos pescadores diz isso, em outros lugares há uma captura muito grande, com uma diversidade muito grande de espécie.

Esta tarefa implica na participação ativa de toda a comunidade, que deve descobrir por si só suas necessidades, mas também compreende uma ação de caráter educativo, relacionado diretamente à educação popular, haja vista que a finalidade dos projetos é melhorar a vida cotidiana da maioria. Essas ações ocorrem quando vislumbramos o incentivo à apicultura, o manejo de açazais, a piscicultura e o estímulo aos acordos de pesca. Dentre as questões geradas com essas alternativas, destacam-se:

- a) a compatibilidade entre as metas de desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, considerando que o uso sustentável dos recursos naturais constitui uma base para o bem-estar das populações tradicionais;
- b) conceito de gestão social dos recursos naturais;
- c) entendimento de que a organização de populações locais tem um papel fundamental para alcançar melhorias nas condições de vida e o uso sustentável dos recursos naturais.

As vantagens da participação na concepção de um projeto de desenvolvimento começam pelo saber compartilhado da problemática local e pela identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas, desde a sua visualização até a sua implantação. Nessa

perspectiva, a legislação brasileira não deixa a desejar, pois garante os direitos aos cidadãos, ao procurar atender suas demandas, e respeita suas especificidades, procurando contemplar os seus anseios. Para Ney Lobato, morador de comunidade de Cuxipiarí:

Um fato importante para gente por ter avanço nas conquistas, na nossa luta foi justamente a constituição de 88, onde nós conseguimos discutir e mandar para os nossos deputados para eles fazerem passar, aprovar por lei, pra gente então depois tá recebendo o benefício. O acordo de Pesca nem tinha pra cá pra nossa região, ele era do Marajó, foi um projeto criado para preservação da Amazônia. Nós fomos pra lá, o movimento dos pescadores e discutindo com o pessoal da direção conseguimos abrir essa brecha para que o GTA Marajó jogasse o projeto pra cá.

No entanto, não basta somente que a legislação garanta esses direitos, é preciso que exista uma série de fatores que interfiram em sua implementação, pois se espera transformar as políticas públicas brasileiras em efetivos instrumentos de inclusão social. Deve-se, então, superar a concepção devastadora e buscar a sustentabilidade nos processos de conservação da natureza para que as populações locais tenham condição de viver sem degradar e sem a angústia da pressão produzida por empresários que lucram com a destruição da floresta. Tal condição é necessária para compreender as dinâmicas socioambientais que compõem a realidade dessas populações, a fim de permitir a elaboração de propostas coerentes e compromissadas com a melhoria da qualidade de vida.

4.6. OS CONFLITOS, AS DIFICULDADES E A TOMADA DE NOVOS RUMOS DO PESCADOR A PARTIR DOS ACORDOS DE PESCA

É possível afirmar que o enfoque metodológico de resolução de problemas, estimulado pelos acordos nas comunidades de pescadores, como meio para a problematização da realidade, deve ser encarado como uma preparação para o enfrentamento de situações conflituosas comuns às áreas ribeirinhas. Este enfrentamento pode ser uma ocasião democrática para, quando não se conseguir superar o conflito totalmente, ao menos esclarecer posições e começar a trabalhar com consensos ou acordos específicos.

O acordo de pesca é um acordo de moradores que tem os incisos que cuida da pesca, mas ele é do modo geral, é invasão da propriedade dos outros, é questão de pequenos animais é uma série de coisas. Um projeto que tem que ser ajustado. O grande avanço da história da luta do povo foi porque a igreja assumiu como carro chefe e as universidades através dos grupos acadêmicos assumiu [...] aí vinha dar o apoio pra esses humildes companheiros aqui do meio do mato. Isso ajudava demais o movimento. A gente encontrava as pessoas com uma outra cabeça. Nós tivemos um período do conformismo. A igreja batia, batia, conscientizava, mas o povo estava aqui conformado, não acreditando que quando fosse fechar a barragem tudo isso ia acontecer, por que tinha ainda fartura. Então organizamos sindicato começamos a organizar

colônia por que sabia que isso ia acontecer. Quando aconteceu era gente no sindicato e todo mundo acreditou. Nos tivemos um momento de dificuldade até que nós conseguimos avançar. Hoje nós temos entrando numa outra fase do chamado conformismo. Aí tem a bolsa família tem uma serie de coisa. A gente fica batendo, olha precisamos se organizar pela manutenção desses projetos por que se não ele pode se tornar superficial na vida das famílias sem conhecimento da produção, de gerar produção, de gerar riqueza, e aquela velha ditadura volta a imperar o conformismo chegou, as pessoas não querem se expressar nem pra denunciar. Eu acho que PDA não cuidou especificamente como deveria ser do conhecimento, não consegui multiplicar, não teve um acompanhamento preciso. Hoje por exemplo se tiver investimento, pesquisas, aproveitando os conhecimentos adquiridos, os erros, é um processo, o PDA em parte colaborou, falta motivação. O projeto do PDA é mais uma fonte de renda que chega na vida do cidadão. (Zé Flavio morador da Comunidade de Pacuí)

Nas comunidades investigadas, os conflitos começam a ser superados, de maneira tímida, graças ao engajamento de algumas famílias de extrativistas, bem como a atuação de lideranças comunitárias e o incentivo dos projetos financiados pelo PDA.

De fato até mesmo lideranças de comunidade achava a gente de doido, diziam assim: vocês são doidos morando numa bacia amazônica pensando em criar peixe, aonde já se viu? Isso é lá pra onde não tem água, e isso deixava a gente revoltado [...] chamar a gente de louco. Era coisa de louco só a nossa fé impulsionava de que ia dar certo, isso era uma das maior dificuldade sem falar das outras condições financeiras e etc. (Doriélio morador da Comunidade de Pacuí)

Mesmo se encontrando desarticulado algumas vezes, o movimento social se faz presente para exigir ações do poder público local e cobrar medidas capazes de garantir o cumprimento das legislações; a exemplo disso está à atuação da CP Z-16. As populações residentes nas comunidades investigadas carecem de um processo formativo capaz de lhes proporcionar esclarecimentos empreendedores, para que tenham condição de enfrentar as mudanças na dinâmica local geradas pelo mercado.

As comunidades investigadas desenvolvem atividades capazes de mostrar aos moradores novas formas de enxergar o meio ambiente, vislumbrando-o como espaço de trabalho rentável e sustentável, como observou Martenes Wanzeler, secretário da Colônia Z-16 de Cametá:

Nessa linha de projeto demonstrativo, eu vejo que ele consegue fazer isso aí em alguns casos, mas não generalizado, nem todo mundo conseguiu criar alguma coisa que impedisse de viver exclusivamente da pesca, como a criação de frango, mel de abelha, nesse sentido o PDA foi uma alternativa, não foi descaso, esbarrou na questão financeira mesmo.

No momento em que os pescadores começam a se apropriar dos conhecimentos e informações gerados pelo processo formativo, a relação com o meio ambiente assume um

papel cada vez mais desafiador. Uma vez articulados conhecimentos e informações com demandas e perspectivas locais, cria-se a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam, mas também há a intensificação dos riscos ambientais.

O desafio do fortalecimento da cidadania para a população ribeirinha se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres e de se converter, portanto, em ator corresponsável na defesa da qualidade de vida. Logo, uma proposta de sustentabilidade deve culminar em um aprendizado social, baseado no diálogo e interação em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados.

O entendimento sobre os problemas ambientais se dá por uma visão do meio ambiente como um campo de conhecimento e significados socialmente construídos, que estão perpassados pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse. Para os pescadores entrevistados, o que incentivou as ações foi o fato de estes grupos sociais apresentarem um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais voltado especialmente para a subsistência. Estas populações fazem o uso intensivo de mão-de-obra familiar, e de tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos historicamente acumulados.

A ideia de sustentabilidade implica, dessa maneira, na prevalência da premissa de que é preciso estabelecer uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos através de práticas educativas.

Espera-se que esses atores sejam capazes de estabelecer um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos. Uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Sem dúvida, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma grande limitação de consciência na sociedade com relação às implicações do modelo de desenvolvimento em curso. O cerne das atividades ecologicamente predatórias tem como eixo central o desgaste e a ineficiência das instituições sociais, inacessibilidade aos sistemas de informação e comunicação, bem como os valores adotados pela sociedade. Para que haja uma mudança de concepção, é preciso estimular uma

participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma maneira de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

Por conseguinte, a participação, enquanto processo social, gera a interação entre atores sociais diferentes na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tal contexto, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos, independentemente de sua condição de gênero. Para Gohn (1999), estas são algumas das concepções fundantes que auxiliam o entendimento do campo vasto de luta e composição entre projetos de participação para a sociedade. Além disso, essa participação é também promoção de cidadania, realização do sujeito histórico e instrumento por excelência para a construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento a um grupo, classe, comunidade e local (BAUMAN, 1997). Em certo sentido, a participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser “senhor de si mesmo”. Sobre isso, transcrevo o relato de D. Rita, moradora da comunidade de Jorocazinho:

O Acordo ajudou muito, trouxe vários cursos, a gente teve aquela participação da igreja que sempre apoia, eu acho muito fraca a participação que a gente vê é que nossos governantes não investem, essa é a grande dificuldade que a gente tem. Tudo que nós temos de aprendizado, de benefício pra nossa comunidade é através dos projetos, por que com quem a gente consegue se adaptar, com quem você consegue conversar, dizer onde é sua dor é com as Ongs é com esses projetos a grande dificuldade que a gente tem ainda é a de conscientizar mais famílias. Eu imagino, espero que continue do nosso lado trazendo essas oficinas, esse aprendizado pra melhoria das nossas famílias que tá precisando de mais aprendizado de mais formação e pelo acordo a gente pode trazer essa formação essa conscientização, nessa luta. Espero que isso tenha progresso e que daqui seja algo de esperança para o futuro das nossas famílias.

Quando se tem por foco a educação emancipatória, observa-se que uma das deficiências de processos participativos está em enfatizar o envolvimento de cidadãos em situações de escolhas eleitorais. Como consequência desse posicionamento e da própria trajetória da cidadania, no Brasil, tem-se um cidadão passivo (CARVALHO, 2001). Ele espera tudo do paternalismo de governo e sua institucionalidade; tem-se, pois, uma população que busca seus espaços de modo atomizado e desorganizado. Ainda, tem-se uma educação formal que instrumentaliza para a intervenção técnica e não prepara para a vida coletiva.

Nesse modelo, também há de se incorporar:

[...] a percepção comunitária dos fundamentos básicos do manejo, o uso comunitário dos recursos florestais em áreas de uso sustentável definidas em consenso entre as comunidades e o estabelecimento de fóruns e mecanismos de tomada de decisão e resolução de conflitos [...] [juntamente com] [...] o

uso de técnicas e instrumentos de avaliação e controle bem definidos. (PIRES, 2003, p. 2).

O fortalecimento e o gerenciamento de associações comunitárias têm sido um desafio a ser alcançado. Segundo Pires et al. (2002), a criação das associações comunitárias precisa ser fortalecida, as regras da comunidade devem ser formalizadas, definindo melhor os papéis das pessoas que integram a comunidade e fortalecendo a organização comunitária.

Anualmente, os associados analisam o andamento das associações, identificam os pontos positivos e negativos, as lições aprendidas e desafios e o grau de alcance dos objetivos dos comunitários. Esta avaliação inclui uma autoavaliação dos associados e oferece indicações das principais dificuldades encontradas pelas associações e o seu grau de amadurecimento (PIRES, 2003).¹⁶

As dificuldades principais estão relacionadas à quantidade de técnicos para acompanhar os projetos em execução, maior apoio financeiro, heterogeneidade cultural e das práticas produtivas, entre os habitantes, que apresentam uma cultura arraigada de exploração dos recursos da floresta (não manejada).

Outro fator foi a desconfiança de alguns participantes em relação aos objetivos de sustentabilidade a serem alcançados o PDA (especialmente a construção de tanques para piscicultura). Isto diminuiu a participação comunitária, o que se “[...] complica com a dificuldade encontrada pelos participantes na conciliação de tempo para a realização de outras atividades econômicas (pesca, agricultura, etc.), além das limitações impostas pela sazonalidade da várzea” (PIRES et al., 2002, p. 3). Outro fator limitante foi a dependência de agentes externos à comunidade, visto que as comunidades não dispõem, de acordo com Pires et al. (2002), de recursos financeiros próprios para arcar com os custos iniciais necessários às associações.

Contudo, os resultados apresentados pelo PDA têm sido bastante positivos, especialmente no que se refere à elaboração de outras alternativas de renda às populações ribeirinhas. Os contemplados pelo projeto argumentam sua importância principalmente no que concerne à mobilização dos ribeirinhos, à conscientização ambiental, ao estímulo ao empreendedorismo e à capacidade de geração de renda.

Sim, foi positivo sim. A partir do começo da implantação do acordo que conseguiu a desenvolver varas atividades como a formação para o trabalho, a implantação da piscicultura, o manejo florestal, os acordos de pesca... e com

¹⁶ Ao longo dos anos, os coordenadores comunitários e lideranças dos setores têm assumido uma maior participação e responsabilidade na organização das assembleias anuais e os custos financeiros para sua realização.

certeza ajudou muito as famílias a melhorar as condições de vida, pelo fato de ter mais alimentação, ter o peixe e hoje é uma consolidação também a questão do beneficiamento de palmito, a produção de alevinos, que a dificuldade nossa maior tá sendo adquirir esses alevinos que são lá de terra alta e a gente tendo aqui vai facilitar não só pro grupo, mas pra gente que tem um pensamento regional, não só do município de Cametá, assim pra tá abastecendo a região com alevinos, então com certeza foi um ponto muito positivo na colônia de pescadores. (Nei Lobato, morador da comunidade de Cuxipiarí).

O acordo também possibilitou o fortalecimento de organizações da sociedade civil, a exemplo da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, de outras associações de pescadores, assim como de comunidades, desenvolvendo metodologias que estimulassem a mobilização, o senso de coletividade e as iniciativas locais. Houve importantes trabalhos fomentando práticas produtivas capazes de melhorar a qualidade de vida local que não culminavam com a destruição dos rios. Além destes aspectos, outro importante resultado alcançado foi a prestação de auxílio financeiro, técnico e administrativo para que as entidades alcançassem autonomia e adquirissem instrumentos para melhor discutir, propor e elaborar políticas públicas para as populações ribeirinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender o sentido dos acordos de pesca na vida e na produção do conhecimento dos pescadores artesanais, enquanto formas de dinamizar suas vidas e de buscar alternativas econômicas coletivas de sobrevivência.

Tal conhecimento, construído na socialização dos pescadores e nos processos de apropriação da natureza, assumiu um sentido mais amplo e possibilitou apreender a pesca artesanal como um sistema, em que os diferentes tipos de pescadores eram seus componentes, além, é claro, dos recursos naturais, dos equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado e das próprias relações de trabalho.

Foi necessário, para isso, estar atento para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como ele evolui, uma vez que o pescador conduz suas interpretações e decisões frente à realidade da qual faz parte e está exposto, alterando seus modos de vida, enquanto constituinte do processo de mudança social.

Através deste trabalho foi possível também identificar que os acordos de pesca apresentam características peculiares, tais como observou Morin (1986):

- uma organização interna que assegura sua reprodução: os diferentes tipos de pescadores estabelecem relações entre si, que podem encerrar desigualdades e/ou complementaridades, mas que são fundamentais para manter o funcionamento do sistema;
- uma “sensibilidade” aos elementos, internos e externos, com capacidade de resposta e adaptação: os pescadores percebem as mudanças ambientais, econômicas, políticas, etc., e as interpretam reagindo através de mudanças nos seus sistemas de produção na pesca, promovendo uma constante evolução destes, ou também através de mudanças em suas estratégias familiares no sentido de assegurarem sua reprodução social enquanto pescadores, o que acaba por assegurar a reprodução desta forma de produção.

Assim, justificamos a necessidade de analisar os acordos de pesca como um sistema, pois, só desta forma é possível perceber como os pescadores se organizam e interagem internamente em seu modo de produzir conhecimento. Ao mesmo tempo, para fugir de um “holismo redutor”, que entenderia a pesca artesanal como um sistema acabado, que existe e se explica por si mesmo, não se pode abrir mão da análise do contexto em que está

inserida, ou seja, como os pescadores artesanais interpretam as condições externas (competição, conflitos socioambientais em torno dos espaços aquáticos, políticas públicas, relações de mercado, etc.), elaborando, mediante os recursos que dispõem, suas estratégias de reprodução social.

Através do trabalho, pode-se dizer que a base para a implementação dos acordos de pesca é a confiança compartilhada por moradores e pescadores de comunidades ribeirinhas. Isto se torna ainda mais verdadeiro quando se percebe que a fase mais difícil para a consolidação dos acordos (segundo as lideranças locais entrevistadas) é justamente a fase inicial, pois os resultados efetivos dos acordos de pesca só se apresentam após um ano ou mais.

Durante esse convívio nas comunidades, as famílias ribeirinhas têm de renunciar ao consumo e à captura mais imediata do pescado, evitando, portanto, a prática da pesca predatória, que se torna uma decisão muito difícil, visto que tais famílias encontram-se em um contexto de crise prolongada, afetando, sobretudo, a pesca. À medida que os resultados dos acordos aparecem (sejam estes de ordem econômica, ambiental, social, cultural ou institucional), as relações de confiança no interior da comunidade aumentam. A partir daí, outras experiências e inovações podem ser suscitadas, resultando inclusive em modificações nas formas de aprendizado coletivo, o que é muito relevante em um segmento considerado bastante tradicional, como é o caso do segmento da pesca.

Tradicional é também o aprendizado na pesca, que é baseada geralmente em conhecimentos tácitos, transmitidos de pai para filho, sendo que o “segredo” do bom pescador (que geralmente é resultado de longos processos empíricos) dificilmente é compartilhado com outros pescadores.

Neste sentido, os acordos de pesca parecem introduzir hábitos que têm modificado paulatinamente essa dinâmica, especialmente em pescas praticadas em grupo, como é o caso das pescas do mapará. Ao introduzir inovações praticadas por outros grupos em outros locais, as comunidades ribeirinhas estão efetivamente exercitando um tipo de saber, corporificado na vivência e nas relações de companheirismo travadas durante o ato coletivo.

Por outro lado, as atividades coordenadas por meio dos acordos já apresentam algum resultado em termos de comercialização dos produtos, que é um ponto-chave para poder diminuir a dependência dos pescadores em relação à pressão exercida pelo rio.

Apesar de ser uma questão que precisa ser mais adequadamente investigada, pode-se inferir que as experiências positivas dos acordos de pesca têm estimulado os

moradores e os pescadores ribeirinhos a aumentar o seu nível de escolarização, como se pôde notar pelas localidades atendidas pelo Projeto Cametá-Tapera, desenvolvido com apoio da Prefeitura de Cametá (na gestão denominada “Administração popular”, ligada ao PT), no período 2001-2004; esse projeto tinha como objetivo aumentar a escolarização de jovens e adultos, especialmente em áreas ribeirinhas. Outro projeto que pode ser citado é o Pescando Letras, do Governo Federal, que buscou alfabetizar pescadores, além de propiciar crédito e financiamento no setor da pesca. Isto é particularmente importante quando se percebe o baixíssimo nível de escolarização dos pescadores e ribeirinhos, que são bastante afetados pela carência de escolas em suas áreas e por currículos escolares inadequados para desenvolver a competência de leitura das realidades que vivenciam.

A organização dos acordos de pesca também tem estimulado a construção de equipamentos coletivos por meio de esforços e recursos da própria comunidade, a exemplo da criação de associações nas comunidades onde acontece a experiência, no sentido de gerenciar o cooperativismo e criar estruturas para dar suporte à comunidade local, como é caso da “Casa do acordo de pesca”, construída na localidade de Jaracuera Grande, inicialmente como observatório para as atividades de fiscalização do acordo, mas que é utilizada também como escola e posto de vacinação, além de reuniões comunitárias.

Cabe salientar que há uma tendência para o fortalecimento organizacional, como demonstrou a pesquisa, pois, a implementação dos acordos de pesca está intimamente ligada ao desenvolvimento sócio-institucional das comunidades ribeirinhas. Em praticamente todas as áreas onde foram implantados acordos de pesca, já havia uma base institucional anterior, firmada e organizada. Em alguns casos, com suporte da CP Z-16, em outros casos com uma trajetória própria de organização social das comunidades ribeirinhas, ou em outras com apoio da Igreja Católica ou de outras religiões.

Em todo caso, a base para a implementação dos acordos de pesca no baixo Tocantins deriva de um acúmulo dos movimentos sociais influenciados pela Igreja Católica, mas que, paulatinamente, parece aprimorar os laços com outros grupos, desenvolvendo a afirmação enquanto sujeitos políticos e levando em consideração o aspecto produtivo e o aprendizado coletivo.

Cabe ressaltar que o êxito dos acordos de pesca está intimamente ligado à sua propagação em escala regional, pois é necessário que moradores de rios e bacias hidrográficas vizinhas também elaborem seus acordos de pesca. Isto é fundamental devido à mobilidade dos

peixes, que findam por serem capturados em áreas onde não vigoram os acordos de pesca, não permitindo que os peixes atinjam a idade adulta, considerada ideal para a captura.

Com base nesta perspectiva de propagação em escala regional, a possibilidade de evolução dos acordos de pesca parece apontar para três tipos de perspectivas: uma delas é a proposta de criação de “corredores ou bacias de reprodução” de peixes, considerados necessários para consolidar o esforço de conservação dos acordos de pesca, devido à migração dos peixes; outra proposta, em linha semelhante à anterior, é a criação de comitês de microbacias hidrográficas, que podem evoluir em uma escala regional, no sentido da criação do comitê regional da bacia hidrográfica do Tocantins; a terceira possibilidade é o “transbordamento” da experiência positiva dos acordos de pesca para atrair outros segmentos sociais, inclusive urbanos. Para isso, torna-se necessário propagar as experiências dos acordos de pesca e seus resultados positivos, especialmente na captura e acesso ao consumo do popular “mapará” e no processo de educação ambiental. Esta última possibilidade aponta para um projeto social de cunho audacioso, ancorado tanto em aspectos *organizativos* quanto em aspectos *econômicos* acumulados pelas experiências.

Há potencial para um tipo de “transbordamento escalar” (do local para o regional) no sentido da formulação de um projeto regional (e/ou “rural”) de desenvolvimento. Não se trata de uma suposição pouco provável, tendo em vista a rápida propagação dos acordos de pesca na região do baixo Tocantins, particularmente nas localidades ribeirinhas do município de Cametá.

Para tanto, torna-se necessária a reformulação das leis e das práticas pesqueiras, de modo a considerar o conhecimento dos pescadores acerca da gestão dos acordos que levem a uma nova postura, amparada no saber e na prática desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALLUT, A. G. *O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras*. In: DIEGUES, AC (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Ed. AnnaBlume/Nupaub/Hucitec, 2000. p. 101-124.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais – Pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- _____. *Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional*. Brasília: Liber livro, 2005.
- ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILLI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARROYO, M. G. ***Formação de Educadores e Educadoras do Campo***. Brasília: MEC, 2004
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.
- BETTO, Frei. *Educação e Direitos Humanos*. Série: Produção de Terceiros Sobre Paulo Freire, 1994.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Porto: Porto, 1994.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências. Disponível em: [Legislação/Decretos-Leis]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987
- BUARQUE, Sérgio. Reflexões e Recomendações sobre Estratégias de Combate à Pobreza. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. (Orgs.). *Reflexões e Recomendações sobre Estratégias de Combate à Pobreza*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 4).
- CARDOSO, Eduardo S. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf>. Acesso em: 2013.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2007.
- COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.
- COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAIO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 51-56.

CHIZZOTTI, Antonio: *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Editora Cortez, 2006.

DIEGUES, A. C. S. *Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítimas*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses, e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.

ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring*. 1877. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>>. Acesso em: maio 2012.

ENGELS, Friederich 1952. *O Papel do Trabalho na transformação do Homem em Macaco*. 1ª Edição: Neue Zeit, 1896.

FALKEMBACK, Elza Maria Fonseca. MST, “Escola de Vida” Em Movimento, Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 137-156, maio/ago. 2001.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2ª. ed. rev. Belém: UNAMAZ, UFPA, NAEA, 2006.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: ABDR, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação*. In: REVISTA CONTEXTO E EDUCAÇÃO. Inijuí, Editora Inijuí, ano 9, nº 34, abr/jun, 1994.

FRIGOTTO, G. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FURTADO, Gislane D.; BARRA, José D. F. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos*. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)

FURTADO, L.G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. In: Amazônia: desenvolvimento, sóciodiversidade e qualidade de vida. Org. Lourdes Gonçalves Furtado.- Belém: UFPA. NUMA: 1997 (Univeriadde e Meio Ambiente, nº 9)

GATTI, Bernade A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília, DF: Plano, 2002.

GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada*. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo. Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. 3.ed. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAGUETTE, T.M.F. (1987) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Henrique Cezar Martins. Para onde sopram os ventos? Escola, vida e cultura dos povos do mar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFC, Fortaleza, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. Contexto & Educação, UNIJUÍ, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITÃO, W. O Pescador mesmo. Um estudo sobre o pescador e as políticas públicas e desenvolvimento da pesca no Brasil. Belém. Universidade Federal do Pará, Departamento de Antropologia. 1997 (Dissertação de Mestrado)

LEFF, Enrique. **As aventuras da epistemologia ambiental**. Da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Série idéias sustentáveis. Tradução de Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LIMA, A. A. B. *Educação popular na Amazônia: as experiências da CUT em qualificação profissional*. Porto Velho: CUT; Escola Sindical Amazônia/Escola Sindical Chico Mendes; Imediata, 2001.

LOPES, S.B. **Arranjos institucionais e a sustentabilidade de sistemas agroflorestais: uma proposição metodológica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

LOUREIRO, Carlos. F. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1988.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MACHADO, N. J. O lugar da Educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 374-378, 1994.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, Egidio. Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-PA. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. V.1.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: s.n., 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

_____.; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica. In: SEMINÁRIO SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1, 1984. *Anais...* Belém, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1984.

MCGRATH, David G. *Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia*. Belém: UFPA, 2002.

_____.; et al. Varzeiros, geleiros e o manejo de recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. *Cadernos do NAEA*, Belém, n. 11, Nov, 1993. p. 91 – 125.

MELLO, Alex Fiúza de. *A pesca sob o capital*. A tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985.

MENDES, Armando. *As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1968.

Ministério do Meio Ambiente. Cametá: *Acordos de Pesca – Uma alternativa econômica e organizacional*. Série Sistematização de experiências. 2006.

MORIN, Edgar. *Para Sair do Século XX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos. Cametá: as experiências nas localidades de Joroca de Baixo e Cuxipiari Carmo. Série Sistematização: comunidades construindo sua sustentabilidade. Brasília: PDA, Revista II, 2005.

POMPEU, Danúzio. *Evolução territorial e urbana do município de Cametá*. Cametá, PA: 2002. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)

RODRIGUES, Doriedson. *Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará*. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, 2012.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, M. (Org.). *Desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29 - 56.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, mai./ago. 2007.

SILVA, Luis Geraldo (org). *Os Pescadores na História do Brasil*. Comissão Pastoral dos Pescadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SILVA, Gilmar Pereira da. Trabalho, educação e desenvolvimento: o Norte da Educação da CUT na Amazônia. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN, Natal 2005.

SIMONIAN, L. T. L.; GLASER, M. Extractive reserves and the question of sustainability: recent experiences in north of Brazil. 2000. Disponível em: <http://www.biologie.uni-amburg.de/bzf/oknu/proceedingsneotropicosys/p0767_simonian.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

SIMONIAN, L. T. L.(org.). Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos xix e xx. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TOZONI-REIS, M. F. C. *Educação Ambiental: Natureza, Razão e História*. Autores Associados, Campinas – São Paulo, 2004

TOURAINE, Alain. *Como sair do liberalismo?* Bauru: EDUSC, 1989. (Coleção Filosofia e Política).

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo)

VIGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

XIMENES, Tereza (Org.). *Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia*. Belém: UFPA; UNAMAZ; 1997.

APÊNDICE A– TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, abaixo firmado e identificado, autorizo, graciosamente, o(a) aluno(a) _____, portador(a) do RG _____ e do CPF _____, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada, primariamente, no material em texto desenvolvido como dissertação de mestrado, ou ainda destinadas à inclusão em outros projetos educativos, organizados e/ou licenciados pela Universidade Federal do Pará (UFPA), sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia ____/____/_____, pelo(a) aluno(a) da UFPA, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD-ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exposições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UFPA, conforme exposto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, o aluno(a) e a UFPA poderão dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins. Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Cametá, PA, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Nome: _____

End.: _____

CPF: _____

APÊNDICE B — Quadro identitário dos entrevistados

1. José Flávio Teles Viana

Profissão: Pescador

Localidade: Pacuí de Cima, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 55 anos

Atuação na Colônia Z-16: Vice Presidente da Colônia (1999 a 2000). Ex- Vereador do PT (2000 a 2008).

Tempo de entrevista gravada: 20 minutos.

VIANA, José Flavio Teles. José Flávio Teles Viana: depoimento [Dezembro 2012].

Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013.

Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência?

2. Martenis Wanzeler

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Várzea São José, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 48 anos

Atuação na Colônia Z-16: Função: Secretário da Z-16. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 35 minutos.

Wanzeler, Martenis: depoimento [fevereiro. 2013. Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

3. Enio Costa

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Guajará de Nazaré, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 60 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenador de Base. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 23 minutos.

COSTA, Enio: depoimento [Dezembro. 2012.] Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

4. Rita Cardoso

Profissão: Pescadora

Localidade: Domicílio em Jorocazinho de Baixo, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 62 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenação de Base. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 33 minutos.

CARDOSO, Rita: depoimento [Novembro. 2012.] Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

5. Ney Lobato Gomes

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Cuxipiari Costa, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 59 anos

Atuação na Colônia Z-16: Ex Tesoureiro. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 26 minutos.

GOMES, Ney Lobato: depoimento [Novembro. 2012]. Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

6. Doriélio Pinto Wanzeler

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Pacuí de Cima, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 58 anos

Atuação na Colônia Z-16: Sócio. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 19 minutos.

WANZELER, Doriélio Pinto: depoimento [Dezembro. 2012]. Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

7. Manoel do Carmo

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Pacuí de Cima, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 62 anos

Atuação na Colônia Z-16: Sócio. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 19 minutos.

WANZELER, Doriélio Pinto: depoimento [Dezembro. 2012]. Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

8. Marçal Wanzeler

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Pacuí de Cima, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 55 anos

Atuação na Colônia Z-16: Sócio. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 21 minutos.

WANZELER, Doriélio Pinto: depoimento [Dezembro. 2012]. Entrevistador: José Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2013. Entrevista concedida para a pesquisa de mestrado A Relação Trabalho e Educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá- Pa: Uma Alternativa Econômica ou uma Prática de Resistência.

**ANEXO A- ATA DO ACORDO DE PESCA DA LOCALIDADE DE JARACUERA
GRANDE - CAMETÁ - PARÁ.**

1

ATA DA REUNIÃO DO ACORDO DE PESCA DA
LOCALIDADE DE JARACUERA GRANDE, MUNICÍPIO DE
CAMETÁ.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e um, reuniram-se na localidade de Jaracuera Grande os moradores da comunidade, bem como as comunidades vizinhas de: Perpetuo Socorro, comunidade cristã São José, Igreja Assembléia de Deus e Igreja Adventista da Promessa; reuniram-se também os representantes do IBAMA, Colônia de Pescadores de Cametá - Z-16, Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, Delegacia de polícia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR/Cametá e a comunidade local. Na reunião foram acordados os seguintes pontos: suspensão da piaba, suspensão da zagaia, suspensão da tarrafa, suspensão da flecha do fundo, suspensão do Puçá, suspensão de malhadeira nº 05, suspensão do Pari, suspensão da malhadeira no poço, suspensão da rede de lancear, suspensão da caça com cachorro nas ilhas e suspensão da captura dos animais silvestre existentes nas 04 ilhas que serão conservadas. Na oportunidade foram discutido todos os procedimentos, que deviriam ser seguidos para que aquela comunidade pudesse concretizar o ACORDO DE PESCA. Mesmo sem ter uma norma para a sua regulamentação naquele momento, foi acordado que a comunidade iria colocar em prática o acordo, visto que, em muitas outras comunidades o acordo já deu certo e a comunidade estar passando por situação de miséria devido a má utilização dos recursos pesqueiros naquela comunidade. Nesse momento o único instrumento

2

legal para motivar os moradores desta comunidade foi a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais) e o Decreto nº 3.179, de 21 de outubro de 1999, com a publicação da Instrução Normativa do IBAMA nº 29/03, que define as condições para a regularização dos Acordos de Pesca elaborados a partir de discussões das comunidades ribeirinhas, esse acordo já consolidado, passou então a discutir com todos os órgãos ambientais a nível local e regionais para a sua legalização perante o órgão ambiental.

A comunidade resolveu fazer o acordo a partir da constatação pelos seus moradores, que não estavam conseguindo, mas tirando, nem mesmo, o seu sustento naquele lugar; em virtude do uso de apetrechos de pesca que causam danos aos peixes e conseqüentemente ao meio ambiente. Então os moradores resolveram realizar o acordo. Foi constatada ainda na comunidade, que existia ainda a pesca predatória do MAPARÁ ao longo de todo o ano. Ato que também foi proibido. O local onde está situado o acordo possui 02(dois) poços de reprodução de várias espécies como: MAPARÁ, PESCADE, TUCUNARÉ, ACARÍ, TAINHA, ACARATINGA, CAMARÃO, MANDUBÊ, ARACU, JACUNDÁ, FILHOTE, DOURADA, SARDA, ARAIA e outros. As ilhas ainda abrigam um número grande de pássaros e répteis como: tartaruga, pato do mato, jaçanã, garça e capivara respectivamente, que convivem harmonicamente com as diversas outras espécies. A área é composta de 04 ilhas (ilha da Fartura, Ilha Jaracuera, Ilha Nova e Ilha Patrimônio) totalizando cerca de 625 ha. E por estarem de acordo com todos os pontos lavrados anteriormente, e não

3
tendo, mas nada a declarar, este acordo de pesca da
comunidade de Jaracuera Grande, vai datada, e por todos
assinado.

Cametá-Pará, 10 de fevereiro de 2002.

ANEXO B- ATA DO ACORDO DE PESCA DAS LOCALIDADES DE PONTA DO XINGU, ILHA MALVINA, ILHA CAPIM E COSTA RICA – CAMETÁ – PARÁ.

ATA DA ASSEMBLÉIA QUE APROVOU O ACORDO COMUNITÁRIO DE PESCA DA PONTA DO XINGÚ, COSTA RICA, ILHA DA MALVINA E ILHA CAPIM/ CAMETÁ-PA

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e seis, em Assembléia Geral, reuniram-se na localidade de Costa Rica/ Cametá-PA os moradores locais em conjunto com o Escritório Regional de Cametá do IBAMA no estado do Pará, conforme lista de frequência em anexo, onde, após os debates, decidiram em maioria simples o seguinte Acordo Comunitário de Pesca:

Artigo 1º Este Acordo diz respeito às áreas acima citadas, localizada na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no município de Cametá, na microrregião de Cametá, no estado do Pará; o Ponto de Referência deste Acordo de Pesca está expresso na coordenada geográfica: PTR - S 02°06'01,4" e W 049°20'18,2"; este Acordo abrange a área, conforme mapa em anexo, com seu início na boca do rio Jacaré Xingú, passando pela ponta do Xingú, pela Costa Rica até a Casa Frade se estendendo em corpos d'água em 200 metros da beira para fora, está incluída também a área da ilha Malvina e ilha Capim, sendo a área de corpos d'água em 100 metros de sua beira para fora; no local coexistem 17 igarapés, 04 furo, 03 canais e 07 enseadas; existe uma biodiversidade tanto de fauna aquática como terrestre, sobressaindo a de camarão e peixe, a vegetação é característica de várzea, sobressaindo o açaizeiro e o buritizeiro; a principal organização social é a comunitária, na qual existem aproximadamente 47 famílias com uma média de 8 filhos por família.

Artigo 2º. Neste Acordo de Pesca fica proibido: Qualquer tipo de malhadeira; tarrafa; piaba; puçá; zagaia; espingardinha de fundo; rede de lancear camarão; pesca de peixe ornamental; físga; pindá; qualquer veneno e explosivo para pega de peixe; cutuca e corte de aturiá; batção de água e de ferro; caça de animais silvestres da fauna brasileira e desmatamento da mata ciliar.

Artigo 3º. Neste Acordo de Pesca fica permitido: Espinhel somente de número 07 para baixo; anzol de linha de mão ou caniço; matapi com no máximo 50 por pescador e ficando o rio "Furinho" liberado para pesca.

Artigo 4º. O manejo do peixe e do camarão será coordenado pelo Conselho do Acordo Comunitário de Pesca da ponta do Xingú, Costa Rica, ilha Malvina e ilha Capim quando houver quantidade, qualidade e tamanho adequado de peixe e que esteja fora do período do defeso da piracema.

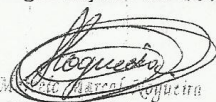
Artigo 5º. A divisão do manejo do pescado será garantido 50% para as famílias locais e 50% para quando for feito por alguma turma de pesca.

Artigo 6º. Os Agentes Ambientais Voluntários do Acordo Comunitário de Pesca cumprirão o papel de: apoiar o monitoramento (estudo) e controle (fiscalização) deste Acordo e do meio ambiente local; orientar os comunitários locais e de outras comunidades sobre estes artigos; advertir as pessoas que descumprirem este estatuto; denunciar aos órgãos competentes aqueles que prejudicarem o Acordo de Pesca e o meio ambiente local; e outras determinações estabelecidas pela Instrução Normativa nº. 19 de 05/11/01 do IBAMA.

Artigo 7º. Aqueles que infringirem este Acordo Comunitário de Pesca responderão conforme o grau da infração e serão punidos em conformidade com as leis ambientais brasileiras.

Artigo 8º. Este Acordo de Pesca entra em fase de experiência na data acima, o qual poderá ser aperfeiçoado através das exigências ambientais e legais, aguardando Portaria Normativa Complementar do IBAMA, conforme a Instrução Normativa nº 29 de 31/12/02 do IBAMA.

Artigo 9º. Este Acordo de Pesca conta com o apoio do Escritório Regional de Cametá do IBAMA no estado do Pará, da Colônia de Pescadores, da Prefeitura Municipal, do Comando da Polícia Militar e de Organizações Não-Governamentais.


CHEFE DO ESCRITÓRIO REGIONAL
DE CAMETÁ/IBAMA/PA
PORTARIA Nº 1.252/03

**ANEXO C- AUTORIZAÇÃO DO IBAMA PARA A ATUAÇÃO DE AGENTE
AMBIENTAL NOS ACORDOS DE PESCA NA ILHA DE TENTEM - CAMETÁ - PARÁ.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA/CAMETÁ
ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMETÁ/PA

A U T O R I Z A Ç Ã O

O Escritório Regional do IBAMA em Cametá/PA, autoriza os senhores abaixo-relacionados para atuarem como COLABORADOR AMBIENTAL na localidade de TENTEM, no Distrito de JUABA, neste município; com a finalidade de coibir a prática de crimes ambientais, como: PESCA PREDATÓRIA e CAÇA DE ANIMAIS SILVESTRES, com o objetivo de atender o "ACORDO DE PESCA" firmado entre os moradores daquela localidade, de conformidade com a legislação ambiental a seguir:

- a) - ART. 1º - Incisos I, II, III, IV (alíneas "a,b,c"), V da Lei 7.679/88.
- b) - ART. 29 da Lei 9.605/98.
- c) - ART. 34 - § Único, incisos I, II e III da Lei 9.605/98 e ART. 35 da referida Lei.

O Colaborador Ambiental que reter qualquer utensílio e/ ou petrecho, deverá comunicar o fato imediatamente ao Chefe deste Escritório Regional, no prazo máximo de 48 (QUARENTA E OITO) horas.

A presente autorização terá a validade de 01 (UM) ano, a contar desta data,

- **COLABORADORES**: ADINAMAR AUGUSTO GARCIA, R.G. nº 2988359-SSP/PA, RONALDO JOSÉ ALVES VIANA, R.G. nº 3425807-SSP/PA, MARÇAL DE SOUZA, R.G. nº 1989034, e MIGUEL ARCANJO, R.G. nº 4863936.

Cametá-PA, 31 de janeiro de 2003.

[Assinatura]
Chefe do Escritório
Regional de Cametá/PA

ANEXO D- LEI DE CRIMES AMBIENTAIS UTILIZADO PELOS MORADORES DE CAMETÁ NOS ACORDOS DE PESCA- CAMETÁ – PARÁ.

LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS Art. 33) Provocar, pela emissão de efluentes ou carregamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas: 1) quem causa degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público; II - quem explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente; III - quem fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica. Art. 34) Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente; Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente; Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem: 1) pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos; II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos; III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apunha e pesca proibidas. Art. 35) Pescar mediante a utilização de: 1) explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante; II - substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente; Pena - reclusão de um ano a cinco anos. Art. 36) Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apunhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidrobios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora. Art. 37) Não é crime o abate de animal, quando realizado; 1) em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;	LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS Art. 38) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. Art. 39) Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Art. 40) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização; Art. 41) Provocar incêndio em mata ou floresta; Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime e culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa. Art. 42) Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano;	LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS Art. 25 - Dec. 3.179/99 Art. 38) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. Art. 39) Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Art. 40) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização; Art. 41) Provocar incêndio em mata ou floresta; Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime e culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa. Art. 42) Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano;	LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS Art. 25 - Dec. 3.179/99 Art. 38) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade. Art. 39) Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Art. 40) Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização; Art. 41) Provocar incêndio em mata ou floresta; Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Se o crime e culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa. Art. 42) Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano;
--	---	--	--

ANEXO E- PORTARIA DA COMARCA DE CAMETÁ SOBRE O USO DOS RIOS E MATERIAIS PESCA DENTRO DOS ACORDOS DE PESCA- CAMETÁ - PARÁ.

ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMETÁ

Portaria nº 03/92.

A Drª Uôra Belém Vieira de Oliveira

Juíza de Direito em exercício da Comarca De Cametá, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações! (art. 225, Caput do CF de 1988).

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público para assegurar efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: preservar e restaurar o processo ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas de, bem como, proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (art. 225, § 1º, incisos I e VII da CF de 1988).

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal, juntamente com os diversos segmentos da sociedade civil, deverá promover desenvolvimento compatibilizado com a exploração racional do meio ambiente, sobretudo nas áreas críticas de poluição e degradação, a fim de que a qualidade de vida e promoção de saúde sejam asseguradas a todo Município e as gerações futuras. (art. 194 da Lei Orgânica do Município de Cametá).

CONSIDERANDO que a condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (art. 225, § 3º da CF de 1988).

RESOLVE levar ao conhecimento de todos:

- 1- Que os rios são considerados bens públicos de uso comum do povo (art. 66, inciso I do Código Civil).
- 2- Que é proibido pescar em cursos d'água (rios, i



ESTADO DO PARÁ

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CAMETÁ

garapés, lagos, riachos), nos períodos em que ocorrem os deslocamentos de peixes para reprodução e, em água parada (poços) ou mar territorial nos períodos de desova de reprodução e de defesa (art. 1º, inciso I da Lei Federal nº 7.679, de 23 de novembro de 1988).

3- Que é proibido pescar espécies animais que devam ser preservados ou indivíduos com tamanhos inferiores aos permitidos (art. 1º, inciso II da Lei Federal nº 7.679 de 23 de novembro de 1988).

*4- Que é proibido pescar em épocas nos locais interditados pelo órgão competente (art. 1º, inciso V da Lei Federal de nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.)

5- Nos cursos d'água e em água parada é permitido durante os períodos de desova e reprodução, apenas a pesca amadora e artesanal com uso de linha e anzol (art. 1º § 1º da Lei Federal nº 7.679 de 23 de novembro de 1988).

6- Segundo o art. 4º da Lei Federal 7.679/88, a pesca realizada sem observância das proibições mencionadas nos itens 2 e 3 e 4 da presente portaria, sujeita os infratores:

6.1- Se o pescador profissional, os infratores a multa de 05 a 20 DTN'S, suspensão de atividades por 30 a 90 dias, perda de produto da pescaria., bem como, os aparelhos e apetrechos proibidos.

6.2- Se pescador amador, multa de 20 a 80 DTN'S, perda de produto da pescaria e dos instrumentos e equipamentos utilizados na pesca.

Cumpra-se.

Cametá, 11 de setembro de 1992.

Drª. Jôra Belém Vieira de Oliveira

Drª. Jôra Belém Vieira de Oliveira
Juíza de Direito em exercício de Cametá.